



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PESSOAL: RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRABALHO DOCENTE Nº 527

(Preencher conforme a norma prevista na Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB Nº 2, de 16 de julho de 2021)

Docente: FRANCISCO VÍTOR MACÊDO PEREIRA (SERVIDOR COM REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PORTARIA SGP 311/, DE 17 DE MAIO DE 2023 - EM ANEXO)	Nº SIAPE 02079545
---	-----------------------------

GRUPO I: ATIVIDADES DE ENSINO

1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

Código	Disciplina (não incluir as disciplinas de orientação de monografia)	Horas semanais	Subtotal (x2)
BHU1005	Iniciação ao Pensamento Científico	04	08

2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E LATO SENSU

Código	Disciplina	Horas semanais	Subtotal (x2)
CMIH0010	Estágio Docente I	4	11
CMIH0018	Educação, Gênero e Etnia	1,5	

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO (PIBID, PET, Monitoria e Pulsar)

Tipo *	Programa	Nome do orientando (caso se aplique)	Horas semanais	Subtotal
C	NUCLI/ILL/UNILAB	Coordenador Pedagógico do Setor de Línguas Estrangeiras Clássicas, no idioma Esperanto.	01	01

*T - tutoria; C - coordenação; O - orientação

GRUPO II: ATIVIDADES DE PESQUISA

4. ORIENTAÇÃO (Monografias)

Situação *	Nome do Orientando	Horas semanais	Subtotal

*A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

5. ORIENTAÇÃO (Dissertações e Teses)

Nível *	Tipo **	Situação ***	Nome do orientando e do programa	Horas semanais	Subtotal
O	S	A	Elúcia Fontenele Soares MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	01	
			Luna Martins de Castro MESTRADO		

O	S	A	INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	01	04
C	S	A	Maria Vitória Silva Cardoso MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	01	
O	S	C	Gabriel Freitas de Sousa MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	01	

*O - orientador; C - coorientador

**S - stricto sensu; L - lato sensu

***A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

6. ORIENTAÇÃO (Iniciação científica ou tecnológica)

Tipo *	Situação **	Nome do orientando	Horas semanais	Subtotal

*IC - iniciação científica; IT - iniciação tecnológica;

**A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E – cancelado

7. PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CL	01/10/2022	Pessoas Trans na UNILAB	02	04
CL	20/09/2022	Oloibá; História e memória do Candomblé no Ceará	02	

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO III: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

8. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal

CL	01/01/2023	TRANS*FORMANDO	02	02

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO IV: FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, ASSESSORIA E COMISSÕES

9. ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA SUPERIOR

Nº da Portaria	Data	Cargo ou função	Horas semanais	Subtotal
74/2023	2023.10.06	Comissão permanente de Aproveitamento de Estudos do BHU	01	05
46/2023	22/06/2023	Membro Colegiado MIH	02	
56/2023	25/07/2023	Membro Colegiado BHU	02	

GRUPO V: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E INOVAÇÃO

10. LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS

Tipo*	Título	Pontuação
Li	A Tia da Escola e a Empregada quase da Família: histórias de trabalhadoras domésticas com Licenciatura em Itapiúna/CE ISBN978-65-80266-94-4	

* Li - Livro; A1 - Artigo A1-B1; A2 - Artigo B2-B5

11. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Tipo*	Título	Pontuação
EI	Reunião de Antropologia do Mercosul. O arquétipo da comunicação e as encruzilhadas da ancestralidade em Exu.	

* EL – Apresentação em Evento local; ER - Apresentação em Evento Regional; EN –

12. PRODUÇÃO CULTURAL

Descrição	Título	Pontuação

13. INOVAÇÃO

Descrição	Título	Pontuação	
CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL:	35	horas	



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 08/12/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0826743** e o código CRC **F5B3F335**.

EMITIDO EM 01/12/2023 07:18

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÕES MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA, Matrícula SIAPE de número 2079545, orientou as seguintes atividades:

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2014.3	BHU032 - TCC III	ANTONIA VANDERLANIA VIEIRA MARTINS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.1	BHU030 - TCC I	LUAN MILHOME OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.2	BHU032 - TCC III	DANIELY CARDOSO DO NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.2	BHU030 - TCC I	JARDEL DE PAIVA FREIRE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	FRANCISCO MARCELINO ROGERIO FILHO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU032 - TCC III	DAYANE FERREIRA PIRES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	SABRINA MARIA SOUSA DO NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	SAMYLO DE ANDRADE SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	TALVANE DE FREITAS DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	EMILIO DOS SANTOS FERNANDES JUNIOR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	JOSÉ HENRIQUE DE ALMEIDA CAVALCANTE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	SAMYLO DE ANDRADE SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	CRYSLANIA DE SOUZA E SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	EMILIO DOS SANTOS FERNANDES JUNIOR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	FRANCISCO MARCELINO ROGERIO FILHO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	JOSÉ HENRIQUE DE ALMEIDA CAVALCANTE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1036 - TCC I	FLAVIA CRISTINA BIBI MEDAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	SIMONE FERREIRA DOMINGUES DE OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	WILMA JOÃO NANCASSA QUADÉ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	SABRINA MARIA SOUSA DO NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	FRANCISCO ITALO COSTA PINHEIRO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	FLAVIA CRISTINA BIBI MEDAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	MARIA CARLENE PEREIRA BARBOSA	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
	(TCC I)			
2017.2	BHU1037 - TCC II	WILMA JOÃO NANCASSA QUADÉ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	CARLOS JEOVANE SOARES LOBO DE PINA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1036 - TCC I	ANTONIO JOHNATAM DE SÁ BRITO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	SIMONE FERREIRA DOMINGUES DE OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	ANTONIO JOHNATAM DE SÁ BRITO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	MARIA CARLENE PEREIRA BARBOSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	VALERIANO DJÚ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1037 - TCC II	FELIPE TABOSA DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	FELIPE TABOSA DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	VALERIANO DJÚ	CUMPRIU	GRADUAÇÃO
2019.1	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	WILMA JOÃO NANCASSA QUADÉ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1057 - TCC II	ISRAEL DE SOUZA VIANA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	COOCP0030 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	ABDU MOREIRA MARTINS GUADALUPE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1056 - TCC I	FRANCISCO ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	CARLOS JEOVANE SOARES LOBO DE PINA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	COOCP0035 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	ABDU MOREIRA MARTINS GUADALUPE	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1056 - TCC I	JOÃO BATISTA DOS ANJOS NETO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	WILMA JOÃO NANCASSA QUADÉ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1056 - TCC I	JOSÉ SANDINO CAVALCANTE DE ALENCAR GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1058 - TCC III	MARCUS VAN BASTEN LOURENÇO DE FREITAS	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	BHU1056 - TCC I	WHALLISON RODRIGUES GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.3	BHU1057 - TCC II	ISRAEL DE SOUZA VIANA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.3	BHU1058 - TCC III	MARCUS VAN BASTEN LOURENÇO DE FREITAS	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1057 - TCC II	JOSÉ SANDINO CAVALCANTE DE ALENCAR GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1056 - TCC I	MARCOS FERNANDO GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1057 - TCC II	WHALLISON RODRIGUES GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	JELDER SILVA DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2021.2	BHU1058 - TCC III	JOSÉ SANDINO CAVALCANTE DE ALENCAR GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	WHALLISON RODRIGUES GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1057 - TCC II	MARCOS FERNANDO GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	SERIFO SALUM	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1057 - TCC II	JELDER SILVA DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	CARLOS JEOVANE SOARES LOBO DE PINA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	BHU1058 - TCC III	MARCOS FERNANDO GOMES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2014.1	LAT0001 - TRABALHO FINAL DE CURSO	MARIA DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS	APROVADO	LATO SENSU
2014.1	LAT0001 - TRABALHO FINAL DE CURSO	MARCONI PAULINO SILVEIRA DOS SANTOS	APROVADO	LATO SENSU
2014.1	LAT0001 - TRABALHO FINAL DE CURSO	CÁSSIO JERONIMO SOARES CALDAS	APROVADO	LATO SENSU
2021-08-06	-DISSERTAÇÃO	GABRIEL FREITAS DE SOUSA	DEFENDIDO	MESTRADO
2022-10-07	-DISSERTAÇÃO	MARIA VITORIA SILVA CARDOSO *	ATIVO	MESTRADO
2023-06-05	-DISSERTAÇÃO	ELÚSIA FONTENELE SOARES	ATIVO	MESTRADO
2023-06-05	-DISSERTAÇÃO	LUNA MARTINS DE CASTRO	ATIVO	MESTRADO
2020-04-08	2023-05-19-DISSERTAÇÃO	LEONARDO DA SILVA LEAL *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2020-04-08	2023-05-09-DISSERTAÇÃO	JULIANA DA SILVA SANTOS *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2020-04-08	2023-04-27-DISSERTAÇÃO	EMILIO DOS SANTOS FERNANDES JUNIOR	CONCLUÍDO	MESTRADO
2020-04-08	2023-04-12-DISSERTAÇÃO	MARIA ESTEFÂNIA SABINO FREITAS	CONCLUÍDO	MESTRADO
2022-10-07	2023-03-27-DISSERTAÇÃO	FERNANDA GISELE SILVA DOS SANTOS *	ATIVO	MESTRADO
2019-02-13	2022-07-25-DISSERTAÇÃO	ROSANE LORENA DE BRITO *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2019-02-13	2022-04-29-DISSERTAÇÃO	FRANCISCO EVANDRO DE ARAÚJO *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2019-02-13	2021-08-09-DISSERTAÇÃO	VITÓRIA RAMOS DE SOUSA	CONCLUÍDO	MESTRADO
2018-02-19	2020-04-22-DISSERTAÇÃO	IANES AUGUSTO CÁ	CONCLUÍDO	MESTRADO
2018-02-05	2020-03-09-DISSERTAÇÃO	FARA VAZ *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2018-02-05	2020-02-18-DISSERTAÇÃO	FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA	CONCLUÍDO	MESTRADO
2017-03-13	2020-01-20-DISSERTAÇÃO	MARCELO FRANCO E SOUZA *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2017-03-13	2019-03-12-DISSERTAÇÃO	RAMON FERNANDES RAMOS	CONCLUÍDO	MESTRADO
2016-10-03	2018-08-14-DISSERTAÇÃO	RITIÉLLY NUNES FELIX *	CONCLUÍDO	MESTRADO
2017-03-13	2018-03-24-DISSERTAÇÃO	PAULO CESAR ALVES GARCIA	CONCLUÍDO	MESTRADO

Legenda:

* Co-Orientando

Redenção, 01 de Dezembro de 2023

Código de Verificação:
2d7a2e888e

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa2.sigaa2

**A TIA DA ESCOLA E A EMPREGADA QUASE DA
FAMÍLIA: HISTÓRIAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS COM LICENCIATURA EM ITAPIÚNA/CE**



**A TIA DA ESCOLA E A EMPREGADA QUASE DA
FAMÍLIA: HISTÓRIAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS COM LICENCIATURA EM ITAPIÚNA/CE**

*Francisco Vítor Macêdo Pereira
Maria Estefânia Sabino Freitas
Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui*

Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos dos autores.

Diagramação e Capa

Déborah Letícia Ferreira de Sousa

Conselho Editorial

Profa. Dra. Lilian Barbosa (UPE, Brasil)

Profa. María Isabel Pozzo (IRICE-Conicet-UNR, Argentina)

Comitê Científico

Profa. Dra. Eva Paulino Bueno (St. Mary's University, Estados Unidos)

Profa. Dra. Kelly Cristiane Henschel Pobbe de Carvalho (UNESP, Brasil)

Prof. Dr. Maged Talaat Mohamed Ahmed Elgebaly (Aswan University, Egito)

Profa. Dra. Véronique Le Dü da Silva-Semik (UNL, Portugal)

A tia da escola e a empregada quase da família: histórias de trabalhadoras domésticas com licenciatura em Itapipubá/CE. Francisco Vítor Macêdo Pereira, Maria Estefânia Sabino Freitas e Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui. São Paulo: Mentis Abertas, 2023. 208 p.

ISBN: 978-65-80266-94-4

DOI:

1. Histórias. 2. Relações de poder. 3. Ética e educação.
I. Título. II. Autores.

CDD: 310

Este livro vai dedicado a Ana Regina (*in memoriam*), por nos inspirar a viver com alegria, generosidade e simplicidade, a Neinha, pelos tantos papéis que assume em nossas vidas e às quatro mulheres interlocutoras da pesquisa de que resultou este trabalho, por suas lutas e conquistas diárias.

Não somos o que aprendemos,
mas o que nos falta aprender.

(Fabrício Carpinejar)



LISTA DE SIGLAS

- APBED** Associação Profissional Beneficente das
Empregadas Domésticas
- BNCC** Base Nacional Comum Curricular
- BNDES** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- VEACRI** Centro de Apoio à Criança
- CLT** Consolidação das Leis do Trabalho
- CNE** Conselho Nacional de Educação
- CRAS** Centro de Referência de Assistência Social
- EaG** *Education at Glance*
- EEEM** Escola Estadual de Ensino Médio
- ENEM** Exame Nacional do Ensino Médio
- FECLESC** Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central
- FEFC** Fundo Especial de Financiamento de Campanha
- FERA** Faculdade de Ensino Regional Alternativa
- FGTS** Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FUNDEB** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEA** *Improvement and Development Agency*
- IDEB** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDM** Índice de Desenvolvimento Municipal
- IFCE** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
- INEP** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira
- INSS** Instituto Nacional do Seguro Social
- IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IFPLANCE** Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
- LDB** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGBTQIAON+** Lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros/travestis, *queer*/
questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero,
pan/polissexuais, não-binários e mais.
- LOAS** Lei Orgânica de Assistência Social

- MDB** Movimento Democrático Brasileiro, antigo PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- MEC** Ministério da Educação
- MUNIC** Pesquisa de Informações Básicas Municipais
- NECAD** Núcleo de Educação Continuada à Distância
- OCDE** Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OIT** Organização Internacional do Trabalho
- OMS** Organização Mundial da Saúde
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PAF** Projeto de Ajuda Familiar
- PAIF** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PDT** Partido Democrático Trabalhista
- PEC** Proposta de Emenda Constitucional
- PIS** Programa de Integração Social
- PNAS** Política Nacional de Assistência Social
- PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PP** Partido Progressista
- PSD** Partido Social Democrata
- PSDB** Partido da Social Democracia Brasileira
- PSPB** Piso Salarial Profissional Nacional
- PT** Partido dos Trabalhadores
- SAEB** Sistema de Avaliação da Educação Básica
- SCFV** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SED** Sindicato das Empregadas Domésticas
- SETAS** Secretaria de Trabalho e Assistência Social
- SUAS** Sistema Único de Assistência Social
- TRF** Tribunal Regional Federal
- TSE** Tribunal Superior Eleitoral
- UDN** União Democrática Nacional
- UECE** Universidade Estadual do Ceará
- UNILAB** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	17
CAPÍTULO 1	
Relações sociais de subalternidade e cuidado: reflexões sobre a feminilização da docência e do trabalho doméstico no brasil	41
1.1 Trabalho e Educação <i>para eles e para elas</i>	41
1.2 Relações de poder e configuração da docência como atribuição feminina	55
1.3 Trabalho doméstico remunerado: analisando as relações patriarcais e capitalistas	73
CAPÍTULO 2	
<i>O caminho das pedras</i> : as possibilidades das mulheres itapiunenses na educação e política	87
2.1. Conjuntura política de Itapiúna nas primeiras décadas do século XXI	89
2.1.1 Origem do município de Itapiúna e trajetória dos prefeitos municipais (1997 – 2022)	91
2.1.2 O atual campo de trabalho para as mulheres itapiunenses ...	99
2.1.3 O clientelismo e os seus efeitos políticos em Itapiúna/CE ..	111
2.2 Poderes legislativo e executivo: analisando os campos de força e atuação feminina no município de Itapiúna/CE	125

CAPÍTULO 3

<i>Quem quer ser professora levanta a mão!</i> Histórias de vida e entrelaçamento das relações de trabalho, educação e serviço doméstico	149
3.1 <i>Eu fui escolhida pra ser doméstica porque fazia faculdade</i>	151
3.2 <i>Professora não é profissão de pobre. A contingência profissional e a expectativa de ascensão social</i>	155
3.3 <i>Desde pequena eu sonhava em ser professora</i>	159
3.4 <i>Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos. A educação como um compromisso ético com o mundo</i>	175
3.5 <i>E o salário, ó! Desvalorização e desprestígio econômico entre trabalho doméstico e docência</i>	184
Considerações finais	193
Referências bibliográficas	197
Sobre os autores	205



APRESENTAÇÃO

O livro nos apresenta uma realidade vivenciada no interior do Ceará, mas que pode ser reconhecida nas histórias de milhares, talvez milhões de mulheres Brasil afora. Mulheres que dedicam as suas vidas ao cuidado alheio, seja no âmbito doméstico-familiar, nas profissões de diarista, empregada doméstica, babá, ou ainda como professoras da educação infantil e/ou do ensino fundamental. Todas elas são mais ou menos vistas como as *tias da escola* ou as *empregadas (quase) da família*, como bem retrata o título da obra.

A abordagem crítica e analítica desenvolvida ao longo do livro nos faz conhecer mais de perto as histórias de quatro mulheres de Itapiúna, na região do Maciço de Baturité, interior do estado do Ceará, que exercem as funções de empregada doméstica, faxineira ou babá mesmo após terem cursado uma licenciatura.

Essas mulheres, que buscaram na possibilidade do exercício qualificado do magistério uma forma de melho-

rar de vida, foram no entanto detidas ante a realidade política e social do clientelismo e do descaso com a educação pública em Itapiúna/CE. Apesar de habilitadas ao exercício profissional do magistério, elas continuam tendo de sobreviver como domésticas, babás e *empreendedoras*, assumindo duplas, muitas vezes triplas jornadas de trabalho, haja vista que todas são também responsáveis pelo cuidado e manutenção de seus lares e pela educação de seus/suas filhos/as.

O contexto abordado ao longo dos três capítulos da obra nos faz pensar sobre a reticente estrutura patriarcal de nossa sociedade, bem como considerar os prejuízos sociais inerentes aos abusos do clientelismo e do mandonismo, que ditam a tônica das práticas político-administrativas das prefeituras no interior do Ceará. Ainda sob esse aspecto, ressalta das análises do autor e das autoras o arcabouço machista das relações familiares e, principalmente, como as mulheres são vistas e se compreendem em contextos sociais de pobreza e escassez de oportunidades de trabalho.

Em um *entrelaçamento histórico das questões de gênero, classe e trabalho* é possível compreender, por meio da leitura da obra, as dinâmicas das mazelas sociais nas quais as entrevistadas estão inseridas, suas percepções sobre si mesmas e a dura realidade de possuir licenciatura, mas não conseguir exercer condignamente o magistério, ou mesmo não exercê-lo de forma alguma, a despeito da carência de mão-de-obra docente nos quadros locais da educação.

Diante desse cenário, a hipótese apresentada logo no

início do livro sustenta a perspectiva de que a precarização do trabalho docente é fruto de “uma associação de causas e efeitos perversos, entrelaçados às desigualdades e injustiças inerentes às questões de gênero, classe e trabalho”. Essa soma de fatores contribui, de fato, para que as mulheres tenham dificuldade em exercer a profissão docente e desse trabalho garantirem a sua subsistência e a de seus/suas familiares, tendo se seguir sujeitas a trabalhos domésticos desvalorizados e invisibilizados, ou sem qualquer reconhecimento.

No primeiro capítulo *Relações sociais de subalternidade e cuidado: reflexões sobre a feminilização da docência e do trabalho doméstico no Brasil*, é possível compreender os atravessamentos teóricos interdisciplinares a partir dos quais as histórias das mulheres entrevistadas e o cenário político de Itapiúna/CE são analisados. Temos aí uma contextualização da temática, na qual as autoras e o autor expõem as diferenças nos processos educacionais direcionados para homens e mulheres, assim como as relações de desigualdade e poder que envolvem o exercício do magistério. Há uma problematização quanto à caracterização do trabalho docente no ensino de base, visto ordinariamente como típica atribuição feminina, bem como quanto à forma através da qual a estrutura patriarcal determina as condições do trabalho doméstico remunerado, sempre a partir das desigualdades e das opressões interseccionais de classe, gênero e raça.

Já no segundo capítulo, *O caminho das pedras: as possibilidades das mulheres itapiunenses na educação e política*, verifica-se uma análise da conjuntura sociopolítica

de Itapiúna/CE e como esse contexto influencia nas oportunidades e possibilidades de inserção das mulheres itapiunenses no campo do magistério e na política. Com um olhar atualizado e crítico, ao longo do capítulo, a temática da presença feminina nas decisões e na condução da vida pública e das condições de subordinação nas quais as mulheres seguem mantidas na escola e na política é delineada, considerando todo o histórico da política clientelista e assistencialista da região. São ressaltadas ainda questões como o apadrinhamento político (para garantir vagas de trabalho na prefeitura), ações políticas assistencialistas à população mais pobre e os nefastos efeitos sociais de tais práticas.

É no terceiro capítulo, *Quem quer ser professora levanta a mão! Histórias de vida e entrelaçamento das relações de trabalho, educação e serviço doméstico*, que chegamos a conhecer as mulheres protagonistas deste livro. A partir de suas próprias vozes e dos olhares atentos e reflexivos do autor e das autoras, temos acesso às análises das entrevistas: nas quais as mulheres narram as suas trajetórias de vida como empregadas domésticas e micro empreendedoras que vislumbraram, na formação em nível superior, o sonho de estudar e trabalhar como professoras. No entanto, ao invés de tranquilamente seguir a carreira docente, elas se depararam com uma série de obstáculos que comumente pareciam/parecem impedi-las de realizar o sonho de estar na sala de aula.

As histórias de vida dessas mulheres itapiunenses, que possuem duas profissões tradicionalmente associadas ao cuidado e à atenção aos demais: o magistério e o

trabalho doméstico, também representam a história de muitas outras que vislumbram a possibilidade de ascensão econômica, de realização profissional, de melhoria de suas condições de vida e trabalho e que se deparam com as mesmas e velhas estruturas machistas e patriarcais de nossa sociedade. São as mesmas histórias de mulheres a quem lhes são recorrentemente impostas as duplas e às vezes triplas jornadas exaustivas de trabalho, que as seguem impedindo de ter acesso à vida e à cidadania nas mesmas condições materiais dos homens.

Marcadas pelas relações de poderes patriarcais, pelo clientelismo e pela constante desvalorização do trabalho docente, elas são resistentes, mas não são guerreiras nem super-heroínas. Por fim, o que as *tias da escola* e as *empregadas quase da família* de todo o Ceará e de todo o Brasil postulam não é a cordialidade nem o reconhecimento de seus patrões e padrinhos políticos. O que elas exigem é o respeito pleno à sua cidadania.

Professora Dra. Raquel Rocha



RAQUEL ROCHA é Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia/UFBA, com Pós-Doutorado em Humanidades no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira /UNILAB. Tem Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Mestrado e Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará/UECE. Atualmente desenvolve pesquisas na área de filosofia política, história da filosofia, filosofia contemporânea, gênero, ética, educação, estética, cibercultura e pensamento decolonial. Atua na área da dança como dançarina do ventre e produtora cultural, também desenvolve trabalhos de mídia digital, como produtora e host do podcast de filosofia e cultura pop *Perdidos na Paralaxe*.

Email: raquelrocharodrigues9@gmail.com



INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma discussão teórica sobre educação, trabalho doméstico e gênero, a fim de entender como uma sociedade marcada por características patriarcais e conservadoras muito profundas subjuga o gênero feminino em diversas esferas da vida. Pretende-se, no que disso se segue, analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por mulheres de Itapiúna/CE, com formação superior (licenciatura plena em pedagogia e geografia), e que trabalharam como empregadas domésticas nas primeiras décadas do século XXI.

Para tanto, exercemos a coleta de dados e a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro interlocutoras, as quais têm em comum um curto período de atuação na educação e a permanência em trabalhos domésticos precarizados, em Itapiúna/CE e na capital do estado.

A pesquisa é construída em uma perspectiva interdisciplinar, com abordagem qualitativa e quantitativa, a fim de associar os fatores que levam à permanência do estado de subjugação dessas mulheres nas relações de trabalho, tendo como marcadores o gênero e a classe social.

Os resultados obtidos demonstram que, no contexto de

Itapiúna/CE, as mulheres permanecem enfrentando múltiplas situações adversas ao tentarem se inserir no mercado de trabalho, nas instituições públicas e privadas e em jornadas de formação acadêmico-profissional. As profissões ditas femininas, mal remuneradas e desvalorizadas, seguem tradicionalmente reservadas (nesse contexto interiorizado e de precarização) às mulheres mais pobres, e o fato de terem de escolher entre ser empregadas domésticas ou professoras comprova o seu limitado campo de possibilidades.

Em antelção a essa análise, buscamos situar a conjuntura local e as evidências empíricas quanto à precarização das condições de vida e trabalho das colaboradoras de nossa pesquisa. De acordo com Almeida (2016), atualmente há uma maior presença da agenda de gênero nas arenas públicas no Brasil, bem como nas discussões políticas e acadêmicas, e o feminismo hoje conta com maior visibilidade do que, por exemplo, nos anos 1990.

No entanto, podemos dizer que a consolidação dessas agendas e políticas de gênero não acontece de maneira uniforme nem gradativa em todos os lugares e contextos. No Brasil, as elites conservadoras e reacionárias têm mostrado muito mais força e recalcitrância em lugares empobrecidos e estagnados economicamente, como é o caso de Itapiúna/CE, impedindo na prática qualquer valorização das diferenças e omitindo maiores discussões sobre políticas e ações de promoção da igualdade de gênero.

Verifica-se em paralelo a isso o ataque e o desmonte sistemáticos, em âmbito nacional, das políticas e discussões de gênero já relativamente estabelecidas. O fogo aberto por setores reacionários e grupos religiosos ultraconservadores contra a propalada *ideologia de gênero* conseguiu promover, por

exemplo, a retirada da atual base nacional comum curricular (BNCC) de todas as discussões e conteúdos relacionados à igualdade de gênero e à diversidade sexual.

Com ênfase, no ano de 2011, o ministério da educação (MEC) recomenda a retirada dos termos *gênero* e *orientação sexual* do plano nacional de educação e, em 2017, da BNCC, dois documentos que estabelecem o que todos/as os/as estudantes devem aprender ao longo da educação básica no Brasil. Para Daniel Cara (2017):

Tratar desses temas vai contra o que algumas pessoas acreditam que seja o conceito de família. A questão se relaciona com feminismo, diversidade sexual, construções familiares e identidade. A retirada dos conceitos é uma pauta proselitista (que tem o objetivo de converter alguém para alguma ideia ou causa) de um passado há muito tempo distante e que não condiz mais com a realidade do país nem da escola atualmente (CARA, 2017)¹.

Diga-se que o termo *ideologia de gênero* foi originalmente cunhado, sem qualquer respaldo teórico-científico, por alas ultraconservadoras da igreja católica espanhola (a exemplo de congregações e denominações como a *opus dei*, dentre outras), as quais desde os anos 1970 têm se insurgido e propagado campanhas contrárias às políticas progressistas e republicanas de gênero, promoção da igualdade entre homens e mulheres e cidadania LGBTQIAPN+.

Conforme a retórica de ódio e desprezo aos direitos humanos por parte desses grupos conservadores religiosos, a

¹ Parte da entrevista de Daniel Cara, coordenador da campanha nacional pelo direito à educação, concedida à revista eletrônica Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>. Acesso em: 12 de nov. de 2021.

luta das mulheres e dos coletivos LGBTQIAPN+ - por igualdade e combate às violências patriarcais - embasar-se-ia em uma suposta *ideologia anti-natural e anti-cristã*. Em decorrência disso, verdadeiras cruzadas anti-gênero têm sido encampadas, nos últimos trinta, quarenta anos, contra a promoção dos direitos humanos e também contra pesquisadores/as, ativistas e intelectuais universitários/as, e de outros espaços e instituições, que têm lançado por terra todas as pseudobases de sustentação da dominação masculina e patologização da sexualidade.

Ao contrário do que proclamam os seus arautos, a tergiversação infundada sobre *ideologia de gênero* não se gestou em nenhuma base social, mas sim no anseio e na cultura de ódio de algumas elites econômicas, de viés moralizante, teologizante e ultraconservador. Quase sempre com inclinações racistas, sexistas e fascistas, esses grupos têm demonstrado, algumas vezes com explícita violência, todo o seu desprezo aos valores da igualdade, da paz e dos direitos humanos.

Atualmente, diversos outros grupos e setores religiosos, igualmente ou ainda mais conservadores (notadamente denominações neo-pentecostais e alguns segmentos espíritas), têm se insurgido no Brasil contra as políticas de igualdade e identidade de gênero, alegando infundadas ameaças à família heteronormativa, aos valores cristãos e mesmo à segurança jurídica das relações sociais e da soberania nacional.

Por sua vez, a retirada dos conteúdos e das discussões de gênero dos currículos escolares cria barreiras para que se promova a igualdade e a justiça social no Brasil, especialmente no combate às violências de gênero, classe e raça. A escola não pode, contudo, ser conivente às discriminações e às violências que os/as sujeitos/as sofrem em decorrência de sua classe so-

cial, de seu pertencimento étnico-racial e/ou de sua identidade ou condição de gênero, tampouco concordar que os debates em sala de aula sejam reduzidos a questões morais ou de cunho religioso.

Uma escola democrática, bem como uma educação libertadora, deve assegurar formação aos/às professores/as para que sejam capazes de tratar da promoção da igualdade social a partir de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade: como ponto de partida para o acolhimento e o respeito da diversidade, eliminando, assim, as discriminações de cunho sexista, racista e patriarcal.

Conforme Freire (2000), a educação emancipadora conduz os/as sujeitos/as à consciência sobre as diferentes formas de opressão, dominação e exclusão que a sociedade lhes impõe, principalmente àqueles/as submetidas/os historicamente a desigualdades e violências estruturais de gênero, classe e raça. Sobre estes/as sujeitos/as se arroja um infundável ciclo de privações e necessidades materiais, cujas causas e origens a educação traz ao seu conhecimento, movendo-os/as à necessidade de buscar a liberdade e a cidadania, na construção de processos democráticos de resistência, luta, participação e emancipação popular.

De acordo com os apontamentos de Soares (2016), nos anos 2000, a cultura de direitos e as políticas de igualdade de gênero ganharam mais corpo devido ao crescimento do emprego formal, ao fortalecimento das representações sindicais e ao aumento expressivo da qualificação profissional das mulheres. Isso se verificou notadamente a partir do ano de 2004, com a criação - durante o primeiro governo do presidente Lula - da secretaria especial de políticas para as mulheres e a dinamização, sem precedentes, dos espaços de inclusão e partici-

pação social feminina. Sob esse aspecto, o autor assevera que:

(...) o sindicalismo foi um ator importante nas lutas que culminaram, por exemplo, na ampliação dos direitos das empregadas domésticas, ocorrida já no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Ademais, ampliou-se a atuação de sindicalistas em espaços de participação e discussão sobre políticas de gênero, na formulação de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres, bem como em diversas lutas de destaque, realizadas junto a vários movimentos feministas populares, o que tem incentivado as mulheres trabalhadoras na luta por mais inclusão, qualificação e participação (SOARES, 2016, p. 06).

No contexto da América Latina, Argentina, Uruguai e Chile vêm dando passos significativos no reconhecimento da dupla e da tripla jornada feminina. Em 2022, esses países regulamentaram os seus sistemas de previdência social a partir de uma perspectiva de gênero, e mulheres que nos últimos anos não conseguiram contribuir, a partir de trabalhos e atividades formais, com a previdência social poderão se aposentar a partir do reconhecimento do *cuidado materno* como trabalho, através de programas de reconhecimento do trabalho doméstico como tempo de serviço ².

Como sabemos, as mulheres enfrentam muito mais situações adversas que os homens ao tentar se inserir no mercado de trabalho, na vida pública, na política e mesmo na formação acadêmica, devido ao fato de lhes serem ordinariamente imputadas as tarefas domésticas e os principais cuidados com a família no âmbito doméstico-privado, folgando os homens dessas atribuições.

² Cf. *Cuidado materno é reconhecido como trabalho e contará tempo para aposentadoria na Argentina*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/cuidado-materno-e-reconhecido-como-trabalho-e-contara-tempo-para-aposentadoria-na-argentina/>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

Como bem esclarece Federici (2019):

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para a nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo. Desde que “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico. O fato de que o trabalho doméstico não é assalariado tem dado a essa condição socialmente imposta uma aparência de naturalidade (feminilidade) que nos afeta independentemente do que fizermos (FEDERICI, 2019, p. 74, grifos do original).

Consciente da manipulação dos discursos capitalistas como forma de opressão contra as mulheres e da necessidade de reivindicação de salário justo para as trabalhadoras domésticas, que realizam diversas tarefas supostamente como *prova de amor à família*, a autora ainda distingue que essa:

É a reivindicação pela qual termina a nossa “natureza” e começa a nossa luta, porque o simples fato de exigir salário para o trabalho doméstico já significa recusar esse trabalho como uma expressão de nossa “natureza”, e, portanto, recusar precisamente o papel feminino que o capital inventou para nós (FEDERICI, 2019, p. 47, grifos

do original).

Pesquisar sobre as histórias de vida, as lutas e os saberes de trabalhadoras domésticas e professoras configura-se, por tudo isso, em um exercício de *caminhar para si*, como nomeia Maria Cristina Josso (2010), ao descrever a associação de técnicas de investigação empírica a trajetórias intelectuais e profissionais de mulheres da classe trabalhadora como verdadeiro incentivo ao empoderamento subjetivo de cada uma e de todas as mulheres ao mesmo tempo.

Dessa forma, “a lógica intelectual e a lógica existencial são duas iluminações do processo de pesquisa” (JOSSO, 2010, p. 19). Portanto, realizar esta pesquisa é também ter a oportunidade de acender uma luz e refletir sobre a trajetória docente e as perspectivas de trabalho enquanto mulher pobre e residente no interior do sertão cearense.

Não noutra sentido, o presente trabalho nos ajuda a também questionar os espaços e as instituições reprodutoras de desigualdades e subalternidades, como a escola, o mercado de trabalho, a família e todas as demais estruturas que reforçam as imposições patriarcais até os dias de hoje.

Eu, Estefânia Freitas, como filha de agricultores residentes no município de Itapiúna desde a década de 1970, com frequência ouvia minha mãe (Esmeralda Sabino) dizer: “Eu nunca quis morar aqui, sempre imaginava como vocês iam trabalhar e ganhar a vida, sem depender de homem, num lugar como esse que não tem nada. Eu queria era voltar pra Fortaleza pra vocês poderem estudar, mas o pai de vocês não quis”.

A seu modo, dona Esmeralda descrevia os limites que o lugar impunha - e ainda impõe - sobre a história de vida das pessoas e das mulheres mais humildes, sem deixar de ressaltar a crença na educação como um caminho possível para o cresci-

mento profissional e a edificação moral de suas quatro filhas e seus dois filhos.

O que se descerrava aos olhos de dona Esmeralda era o cenário rural de pobreza e dependência econômica das elites locais e, hoje, apesar do crescimento populacional e dos modestos incrementos sociais, a realidade ainda impõe limites bastante estreitos ao desenvolvimento profissional e educacional, sobretudo das mulheres. Ante as interfaces políticas, culturais e econômicas de clientelismo e indigência da população, típicas do interior patriarcal do Ceará, o que deveriam ser políticas públicas seguem sendo, na verdade, tráfico de favores e captação de privilégios.

Nesse contexto, em que há gerações a pobreza e a humilhação das pessoas se mantêm como uma indústria eleitoreira e servil, a situação das mulheres da classe trabalhadora se agrava ainda mais, não lhes restando muitas *oportunidades* fora do casamento e do apadrinhamento político. Diante de tudo isso, romper com o ciclo da subalternidade patriarcal é algo muito difícil para as mulheres pobres de Itapiúna. Ainda assim, algumas delas, notadamente por meio da educação a que tiveram acesso nos últimos anos, começam a esboçar criticamente a sua consciência feminista e de classe, se insurgindo contra os abusos do patriarcado e da dominação masculina.

Na reflexão sobre as dificuldades e disparidades da luta das mulheres por emancipação e melhores condições de vida e trabalho em nosso país, e no intuito de construir a sua análise sobre o cenário dos movimentos feministas, Oliveira (2011) entende que:

A trajetória das mulheres brasileiras em busca do espaço público do trabalho vai se modificar decisivamente durante a década de 1970, quando se manifesta a ex-

pansão da atividade feminina, sobretudo entre as mulheres dos segmentos médios e entre as mulheres casadas e mães. A mudança no padrão de atividade da mulher foi propiciada, em grande medida, pelas transformações ocorridas no sistema produtivo e pelas alterações levadas a efeito no quadro dos valores e das pautas de comportamento. De todo modo, esse avanço não é uniforme, muito menos definitivo. Para as mulheres da classe trabalhadora os desafios ainda são enormes e estamos ainda muito longe da igualdade entre homens e mulheres (OLIVEIRA, 2011, p. 04).

Entre as causas que pessoalmente motivam esta pesquisa, destacamos o fato de a primeira autora ter tido uma irmã que foi empregada doméstica no interior e na capital do estado, tendo encerrado o seu ciclo de vida com apenas trinta e um anos de idade, em decorrência de um câncer na coluna, no ano de 2013. Ao mesmo tempo em que investigamos as trajetórias de mulheres itapiunenses, empregadas domésticas com formação docente, identificamos diversas semelhanças na construção do ideal de feminilidade de jovens mulheres pobres do interior: entre a docência e o trabalho doméstico, a precarização e a desvalorização destas duas profissões.

O fato de comumente se considerar as profissões de professora, em especial da educação infantil, e de empregada doméstica como *ocupações essencialmente femininas* traz diversas consequências negativas às lutas por justiça e equidade de gênero. Trata-se de algo que permeia e reduz os modos e os comportamentos de vida de todas as mulheres, mas, sobretudo, os daquelas que se encontram em situações de maior vulnerabilidade, tais como as que residem em contextos como o de Itapiúna, com acentuada pobreza e dependência socioeco-

nômica.

Analisando as condições de trabalho das mulheres na primeira década do século XXI, Oliveira (2011) observa que o fato de a maioria das brasileiras ainda se engajar em atividades tradicionalmente consideradas femininas corresponde a uma indicação clara da continuidade dos padrões *patriarcais* de segregação e ocupação *de gênero dos séculos XIX e XX*.

Em oposição e resistência a isso, torna-se relevante demonstrar que não são de nenhum modo as características sexuais em si, mas a forma retrógrada e machista como essas assumem valor e são representadas na sociedade - com pensamentos, símbolos, discursos de afetividade, práticas de discriminação e omissões de gênero - que faz com que as mulheres sigam sendo vistas, em pleno século XXI, como incapazes ou inferiores aos homens no que toca ao desempenho desta ou daquela função.

Sabemos que as relações patriarcais associam os trabalhos domésticos às mulheres. Desde a infância, as meninas pobres são responsabilizadas pelo cuidado da casa, dos/as irmãos/ãs mais novos/as e pela cozinha. Há até não muito tempo, as famílias mais numerosas priorizavam os estudos dos meninos, não das meninas.

Desta maneira, parece natural que o trabalho doméstico remunerado - diga-se mal remunerado e desvalorizado - siga, na maioria das vezes, sendo reservado às mulheres pobres e negras. O fato de se *poder escolher* entre ser empregada doméstica ou professora ratifica, dentro desse espectro do que naturalmente se consente quanto aos papéis de gênero, o rol limitado de *escolhas* para as mulheres pobres de lugares como Itapiúna.

Itapiúna está localizada a 113 km de Fortaleza, pela ro-

dovia estadual CE-060. É o município com maior extensão territorial do Maciço de Baturité, com uma área total de 593 km², sendo um dos maiores de todo o estado. Predominantemente inserida no clima semiárido e coberta pela vegetação de caatinga, Itapiúna enfrenta - como a maioria dos municípios do sertão - recorrentes problemas hídricos nos períodos de estiagem (Cf. Anuário Estatístico do Ceará. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/anuario-estatistico-do-ceara/>. Acesso em: 13 de jul. de 2023)

De acordo com o censo do IBGE de 2022, Itapiúna conta com 17.841 habitantes, das/os quais 8.755 são mulheres, o que equivale a cerca de 49,5% da população. Desse contingente populacional, a maioria (9.347 pessoas) se espalha entre as zonas rurais e os distritos de Itans, Palmatória e Caio Prado, sendo este último o mais populoso, com aproximadamente 5.200 moradores/as (Cf. censo demográfico de 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 de jul. de 2023).

A dinâmica econômica do município se baseia na agricultura familiar de subsistência, na criação extensiva e arcaica de bovinos e caprinos, no comércio local constituído por lojas, armazéns e mercearias de pequeno porte, no funcionalismo público e na folha de aposentados/as, pensionistas e demais beneficiários/as do INSS e de programas federais de auxílio social, como o *bolsa família*.

O índice de desenvolvimento humano de Itapiúna é de 0,633, considerado dentro da média dos demais municípios do Maciço de Baturité (0,620), mas tido como baixo em relação ao índice geral dos municípios brasileiros, que é de 0,700. Conforme dito, a cidade conta com três distritos: Palmatória, Itans e Caio Prado. É no distrito de Caio Prado, distante cerca

de 11 km da sede, onde residem as interlocutoras que se disponibilizaram a participar e contribuir com a realização desta pesquisa qualitativa.

Pretendemos discutir, na conjuntura local, as condições de vida e trabalho de mulheres que desejam atuar ou que já atuam ou tenham atuado na docência e que, ao mesmo tempo, foram ou seguem sendo empregadas domésticas em Itapiúna e/ou na capital do estado. É importante pontuar que identificamos no distrito de Caio Prado pelo menos dez mulheres que têm em comum, na sua trajetória profissional, o trabalho doméstico (mal) remunerado e informal, a qualificação docente (tendo já cursado alguma licenciatura) e a falta ou a dificuldade em conseguir oportunidades de emprego em uma, em outra ou em ambas as funções. São perceptíveis, como marcas comuns nos seus percursos de vida e de trabalho, a desvalorização e a invisibilidade, seja como professoras ou como empregadas domésticas.

A presença recorrente do clientelismo nos quadros da política brasileira, notadamente nos municípios de pequeno porte como Itapiúna, é uma das principais causas da manutenção de privilégios, do comprometimento da eficiência, da impessoalidade e da moralidade do serviço público e mesmo da pouca oferta de trabalho e estagnação econômica. Mediante essas malsinadas práticas de desvio e utilitarismo político se negocia a troca de favores entre chefes do poder público e agentes externos, a fim de, por exemplo, se garantir vagas de emprego temporário para apoiadores/as, afilhados/as e protegidos/as políticos/as.

De acordo com SILVA (1987), em seu *dicionário de ciências sociais*, a expressão mais comum das práticas politiquieiras caracterizadas como clientelismo é aquela conferida pela

ação de agentes públicos, mandatários ou de carreira, que “baseiam sua atuação e máquina eleitorais na capacidade de atender demandas de benefícios visíveis e imediatos em troca da garantia de votos” (SILVA, 1987, p. 277).

Em paralelo a esse contexto de descalabro moral e absoluta leviandade política, têm se disseminado nos interiores do país alguns cursos superiores ofertados por diversas faculdades particulares, seja na modalidade semipresencial (com aulas apenas aos finais de semana) ou à distância, dentre os quais o mais comum é o de Pedagogia.

Ocorre que a maior parte das pessoas formadas nesses cursos, quase todas mulheres pobres e que se sacrificam muito até as suas formaturas (a si e às suas famílias), sequer chegará um dia a assumir uma sala de aula. Isso porque elas necessariamente têm de se submeter ao clientelismo e ao apadrinhamento político, a fim de que tenham alguma chance de ser *contempladas* com contratos temporários na prefeitura.

A maioria simplesmente não consegue, não há concursos, não há vagas nem *padrinhos* para todas, e assim diversas profissionais qualificadas vão ficando de fora do quadro de professores/as, a despeito da contínua carência de profissionais e da alta rotatividade na ocupação das vagas.

Diante de situações como essa e levando-se em conta que, tanto na educação infantil como no ensino fundamental, a maior parte do corpo docente dos municípios é composta por mulheres, estudos como este - que ora apresentamos com recorte de gênero, trabalho e classe social - tornam-se verdadeiramente relevantes, também para se pensar políticas públicas afirmativas de gênero, formação e valorização do magistério.

As mulheres são, de fato, a imensa maioria, tanto na docência quanto na gestão da Educação Básica. Na educação in-

fantil, etapa em que se inicia a trajetória escolar, elas são praticamente a totalidade de quem educa: 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola. No ensino fundamental, dotado e gerido em sua quase totalidade por secretarias e sistemas municipais de educação, das/os 1,4 milhão de docentes no Brasil 77,5% são de mulheres. Já no ensino médio, elas correspondem a 55,7% do total.

A situação somente se inverte no ensino superior e ainda mais na pós-graduação *stricto sensu*, onde há mais privilégios, estabilidade e as carreiras são bem mais atrativas, predominando o quantitativo de professores (homens) em 53%. É o que revelam os dados do censo escolar 2022, realizado anualmente pelo instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao ministério da educação (MEC) (Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 19 de out. de 2022).

Considerando, portanto, essa expressiva maioria feminina, qualquer medida que se proponha no melhoramento da qualidade da educação deve necessariamente levar em conta as questões de gênero. A superação política e social da cultura de se atribuir unicamente às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos/as filhos/as trará consequentemente, como retorno, mulheres mais saudáveis, professoras mais qualificadas, cidadãs mais engajadas e aulas muito mais condizentes ao atendimento das necessidades das crianças e de sua formação em bases de mais equidade e justiça social.

No intuito de contribuirmos a esse fim, trataremos aqui da formação e das condições de atuação das professoras domésticas (ou domésticas professoras) que se propuseram a

participar desta pesquisa, buscando entender como se deram as suas *escolhas profissionais* entre *as casas de família* e a docência, onde e como se formaram, os desafios por elas enfrentados nessa formação e como conciliam as suas duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Verificou-se que as dinâmicas de vida de algumas dessas *tias da escola*, que também são *empregadas quase da família*, compõem-se, portanto, de trabalho em casa, de casa, na escola, da escola, do casamento, no caso, na cozinha, na alcova e na sala de aula.

Submetidas como prendas fixas entre faxinas, diárias, diários de classe, livros, provas, cadernos, refeições; presas entre exercícios, receitas, favores, cuidados e asseios, com crianças ou com idosos/as, aos finais de semana ou não, elas se desdobram e cumprem, como domésticas, docentes ou diaristas, dóceis, *desclassificadas*, na classe, na *casa de família* - sejam a casa ou a família *as suas* ou as dos seus patrões - e nas escolas, com atenção e dedicação, os *seus deveres*.

Entre anseios, cuidados *naturalizados*, subalternidade patriarcal, maternagem e ordinária desvalorização de seus trabalhos e corpos *de mulheres* elas seguem *empregadas* (às vezes desempregadas), quase sempre muito mal pagas, quando não têm o seu trabalho inteiramente expropriado por patrões, coronéis, caciques políticos, vereadores, prefeitos, funcionários da prefeitura, líderes religiosos, esposos, pais e filhos.

Pedagogicamente, o planejamento, a sequência (didática?) parece ser a mesma: do bê-á-bá à babá, por sob os letrados de onde se leem seguidos de homenagens os nomes das escolas (ambientes familiares) pintados nas fachadas, elas são as profissionais (mães? professoras? santas? prostitutas?) que, *com amor*, não por dinheiro, trabalham de forma continu-

ada para os homens, na ordem e no treino do que se convém chamar de *ambiente familiar*.

Nesse ambiente político-institucional do patriarcado, de dominação masculina, exploração e subalternidade das mulheres e de seus corpos (familiar), questionamos: quais as diferenças entre ser *professora* e *empregada doméstica*, em lugares de precarização, pobreza e exploração sistemáticas das mulheres trabalhadoras?

Sabemos que as relações entre classe e trabalho são simultaneamente marcadas pelas distinções sociais e econômicas de gênero. Eis porque, ao realizarmos este estudo, tencionamos discutir feminilidade, dominação masculina, vulnerabilidade, família e carreira profissional; pensando, ao mesmo tempo, nas trajetórias de mulheres em busca da compreensão social e superação de seu estado de subjugação, questionando os marcadores sob os quais são determinadas as suas subjetividades, os seus lugares e as suas relações de subserviência no mundo.

Para Soares (2016),

As políticas de gênero possuem uma necessidade iminente de transversalizar temas. Por um lado, porque é preciso considerar as diferenças como homens e mulheres se inserem nos diferentes espaços públicos e privados; por outro, porque as desigualdades de gênero se manifestam de maneira transversal com diversos outros temas: desigualdades de raça e orientação sexual, saúde do trabalhador, emprego, salários etc (SOARES, 2016, p. 27).

Ao refletir sobre a formação docente e a jornada de trabalho enfrentada por mulheres pobres, interioranas e fustigadas por tarefas domésticas e atribuições servis, ponderamos me-

lhor acerca das raízes históricas da estrutura patriarcal local, além de evidenciar a necessidade das lutas feministas pautadas na igualdade das condições de vida, trabalho, educação e emancipação.

No que tocam as disposições metodológicas de nossa proposta, a fim de discutir essas trajetórias de mulheres *domésticas com formação docente*, mediante as categorias de análise gênero, trabalho e classe social, partimos de uma concepção interdisciplinar, especificamente com base no que diz Frigotto (2008, p. 26): “tal concepção impõe-se pela própria forma de o ser humano produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social”.

O percurso interdisciplinar entre as ciências humanas propicia, além disso, práticas e abordagens alternativas à inteligibilidade da vida social, conferindo novo sentido *a velhos problemas*, os quais sem a metodologia adequada permanecem recorrentemente imperceptíveis, elididos ou ainda invariáveis à análise de quem os investiga. Na trilha desse percurso, torna-se então possível fazer descobertas de forma autônoma, repensar categorias e apontar novas hipóteses de trabalho e significação para os problemas sob estudo.

Em face dos diversos desafios que se apresentam na produção epistemológica antissexista e antipatriarcal, diante da realidade de mulheres materialmente alienadas, com vidas fragmentadas, tão unas e tão diversificadas ao mesmo tempo, recorreremos, então, à pesquisa interdisciplinar: no intuito de igualmente evidenciarmos as intersecções de fatores políticos, econômicos, culturais e ideológicos nos quais se tramam as suas histórias de vida e se estruturam as suas relações de submissão ao patriarcado.

Na concreção disso, a fim de tratarmos de forma clara e

propedêutica dos conceitos e mudanças no entendimento acerca do que são trabalho, gênero e as construções sociais em torno da feminilidade e da produção de subalternidade, impõe-se como previamente necessário um estudo bibliográfico, que nos permita rever e atualizar as relações teóricas entre esses distintos fatores.

Do que disso se segue, intentamos perceber, nesse mesmo sentido, como as mulheres por nós entrevistadas produzem as suas vidas sob as relações subalternizantes de classe, cultura servil, gênero e subjetividade, ao mesmo tempo em que buscamos a análise dos mecanismos que lhes perpetuam ditas exclusão, alienação e desigualdade. Percebemos que, além de sua compreensão autônoma da realidade e das justas representações para a sua existência, elas demandam obstinadamente a sobrevivência material, a despeito das inúmeras injunções que as seguem atando à dependência masculina, e as quais procuraremos evidenciar e discutir ao longo deste trabalho.

A que a isso se acresce, o percurso metodológico em questão assume uma abordagem qualitativa. É dessa forma porque a pesquisa qualitativa possibilita melhor compreensão situacional e atitudinal dos/as envolvidos/as na investigação, bem como a sua relação direta com o contexto no qual, em meio à singularidade de suas relações e à práxis de seus enfrentamentos, eles/as se inserem. Segundo Minayo (2001),

(...) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2001, p. 21).

No processo singular de escuta, registro e análise das histórias de vida das minorias sociais (mulheres!) no tempo presente, os depoimentos nos servem não apenas a objetivos acadêmicos, mas constituem-se como artefatos ressignificativos de lutas, resistências e identidades. Através da compreensão das escolhas narrativas, das relações entre indivíduo/a e sociedade, das trajetórias e regularidades existentes entre as mesmas, confere-se a potenciação a transformações sociais as quais são comumente elididas pelas rotinas de alienação ordinária da vida e do trabalho.

Como afirma Portelli (1997a, p. 31), “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária”.

A nossa pesquisa teve como fase inicial um percurso exploratório, em meio à sondagem e à seleção das mulheres as quais se dispunham - e teriam interesse - em participar da investigação; tendo de, para isso, romper com o receio de serem individuadas e, não raro, superar o medo de sofrerem retaliações pessoais e políticas.

Em meio a essas dificuldades, definimos que participariam interlocutoras com perfis relativamente diferenciados, embora todas tivessem em comum o fato de terem cursado licenciatura e trabalhado como empregadas domésticas. Optamos, ademais, por omitir os nomes das entrevistadas (e das/os demais colaboradoras/es da pesquisa), a fim de conferirmos ênfase na problematização de suas histórias de vida e não de deixarmos em evidência as suas identidades pessoais.

Desse modo, selecionamos entre as entrevistadas mulhe-

res que se formaram em cursos de licenciatura (ou quase) e que nunca ou pouco tiveram a oportunidade de lecionar; ou seja, que tiveram apenas um curto período de experiência na educação básica, mas que, mesmo assim, constroem a história do município de Itapiúna, erigindo as condições necessárias às suas sobrevivências e às de suas famílias.

Chamaremos de *entrevistada A* a interlocutora que concluiu o seu curso de licenciatura, mas que nunca atuou na docência. É solteira, tem uma filha adolescente e a sua principal fonte de renda é como diarista aos finais de semana em Fortaleza, mesmo trabalhando com diversas vendas no município, entre elas as de material escolar e de construção civil.

A *entrevistada B* concluiu o curso de licenciatura em geografia e já teve a oportunidade de atuar brevemente no ensino fundamental. Atualmente, no entanto, ela se mantém como empregada doméstica no próprio município. Casada, ela ainda não tem filhos/as.

Já a *entrevistada C* hoje atua no magistério de outro município. Contudo, no curso de sua trajetória acadêmica, ela teve de desenvolver diversos trabalhos; entre eles, vendedora de bolo, manicure e diarista aos finais de semana em Fortaleza, de modo a que pudesse sustentar o seu filho e se manter na faculdade.

Por fim, a *entrevistada D*, que durante a semana é trabalhadora doméstica (diarista) em Itapiúna e, aos finais de semana, também faz faxinas em Fortaleza. Viúva e com dois filhos, ela atuou como professora somente no ano de 2016 e ainda não conseguiu concluir o último período do seu curso de pedagogia.

Quais os fatores que seguem contribuindo para a *naturalização* da situação de pobreza, vulnerabilidade e dependência

econômica dessas mulheres aos *favores* do patriarcado local, mesmo que elas estejam formadas e que nunca tenham se esquivado de trabalhar?

Partimos da hipótese de que há, na realidade em estudo, uma associação de causas e efeitos perversos, entrelaçados às desigualdades e injustiças inerentes às questões de gênero, classe e trabalho; gerando assim, em específico, a precarização e a desvalorização da docência e, no geral, das condições de vida e trabalho das mulheres pobres do interior cearense.

Diante disso, como objetivo prático desta pesquisa, tentamos tecer uma crítica a essa naturalização das condições de vida e trabalho, impostas às mulheres pelo patriarcado e pelas estruturais desigualdades de classe.

Através da análise da conjuntura local, elencamos ainda os seguintes objetivos específicos: debater sobre o campo de possibilidades para as mulheres na política e na educação em Itapiúna e compreender como essas mulheres com formação em licenciatura (e que seguem como empregadas domésticas) significam as suas profissões, a partir do entrelaçamento das relações de trabalho, educação e serviço doméstico.

Pensando nas histórias de vida como narrativas de cunho sociológico, buscamos os fios que unem as diversas trajetórias das interlocutoras; as quais, embora encerrem semelhanças, produzem símbolos e representações diferentes, merecendo por isso mesmo ser distintamente analisadas: a fim de que bem compreendamos a origem dos seus discursos e experiências, em seus específicos tempo e lugar. É como bem destaca Pinheiro (2018):

As histórias de vida, dessa forma, possibilitam apreender uma variedade de representações, visões e estratégias dos indivíduos socialmente inseridos em posições

semelhantes, mas que, nem por isso, possuem, necessariamente, percepções similares. (...) Tais trajetórias, por sua vez, nos auxiliarão a refletir acerca das identidades e representações que, acreditamos, se remodelem na mobilidade, no percurso (PINHEIRO, 2018, p. 17).

Ainda sobre a contribuição da história de vida em uma investigação social, Becker (1997) enfatiza que:

Ela (a história de vida) descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista a nossa imagem do processo subjacente que a história de vida serve aos propósitos de verificar pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados (BECKER, 1997, p. 110).

Desenvolver esta pesquisa trabalhando com as histórias de vida de domésticas-professoras (ou professoras-domésticas) nos confere, assim, a possibilidade de conhecer o lado subjetivo dos seus processos sociais, construídos em meio a relações trabalhistas, familiares, públicas e privadas comumente invisibilizadas e desvalorizadas. Não se trata, contudo, de simplesmente narrar os fatos, mas de buscar a condição essencial dos jogos e das tramas sociais, a fim de desnaturalizá-los e ressignificá-los.

No intuito de perscrutarmos a lógica do cotidiano dessas mulheres e as suas especificidades, com o intuito de problematizar a manutenção das condições de produção da subalternidade feminina e de explicitar os modos pelos quais elas são oprimidas, desenvolveremos esta pesquisa em três capí-

tulos.

No capítulo I, *Relações sociais de subalternidade e cuidado: reflexões sobre a feminilização da docência e do trabalho doméstico no Brasil*, abordamos as relações entre a invisibilização do trabalho doméstico e a desvalorização da educação e, mais especificamente, da docência: como fatores associados às estruturais desigualdades e injustiças de gênero e classe nas sociedades patriarcais. Buscamos problematizar a construção do trabalho docente como atribuição feminina e a origem do trabalho doméstico como função feminina, exercendo a crítica à estruturação histórica do patriarcado e do capitalismo.

No capítulo II, *O caminho das pedras: as possibilidades das mulheres itapiunenses na educação e política*, discutimos brevemente a conjuntura histórico-social de Itapiúna nas primeiras décadas do século XXI, a fim de compreendermos os fenômenos localmente envolvidos na educação, nas relações políticas e empregatícias; bem como investigamos o sentido da presença de instituições privadas de ensino superior no município, a oferta de cursos de licenciatura, o contexto da formação docente e da extensa jornada laboral feminina.

No capítulo III, *Quem quer ser professora levanta a mão! Histórias de vida e entrelaçamento das relações de trabalho, educação e serviço doméstico*, fazemos **a análise de dados das entrevistas**, por meio da qual discutimos as condições de vida e trabalho, os sonhos e os desafios das mulheres professoras e domésticas do município de Itapiúna/CE.



1. Relações sociais de subalternidade e cuidado: reflexões sobre a feminilização da docência e do trabalho doméstico no Brasil

1.1 Trabalho e Educação *para eles e para elas*

As mulheres brasileiras têm, nas últimas décadas, conquistado espaços de trabalho nas mais diferentes áreas. Ainda assim, sua condição geral segue permeada por estigmas de opressão e desigualdade, advindos de uma sociedade que segue estruturada no patriarcado. Índícios disso podem ser vistos na persistente associação das possibilidades e atribuições femininas à vida privada, ou seja, atreladas ainda necessariamente ao âmbito doméstico. Desse modo, é sempre relevante problematizar as condições de subalternidade nas quais ainda vive a maioria das mulheres, principalmente no que se refere às suas relações de trabalho.

Partindo da categoria *trabalho* como base das relações econômicas e sociais, buscamos compreender e articular os discursos e estereótipos comumente associados às mulheres e à desvalorização de suas atribuições profissionais. Verifica-se que, de fato, as relações entre classe e trabalho são atravessa-

das longitudinalmente pelas distinções de gênero. Torna-se, então, um desafio problematizar questões referentes à subalternidade, à feminilidade e à vulnerabilidade social, inseridas em carreiras profissionais desprestigiadas, destacando a diversidade de papéis que as mulheres acumulam, a despeito de sua ordinária desvalorização.

A limitada produção acadêmica na intersecção desses fatores pode colaborar para a naturalização da subalternização do trabalho feminino em posições historicamente relegadas ao desprestígio. Debater sobre a formação docente e o trabalho doméstico significa, portanto, contribuir com as discussões sobre desigualdade social e de gênero, de modo a almejar melhores políticas educacionais e trabalhistas para todas as mulheres.

Tendo-se em conta que a maioria - imensa, por sinal - do quadro docente do ensino fundamental e da categoria de trabalhadores/as domésticos/as é de mulheres, qualquer medida que se proponha a melhorar a qualidade da educação e das condições desse trabalho deve considerar, preponderantemente, as questões de gênero.

Superar socialmente a cultura de atribuir, exclusivamente, às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos/as filhos/as significará, por outro lado, uma conquista substancial na luta pela equidade de gênero, significando relações laborais mais justas e equilibradas no atendimento das necessidades sociais de desenvolvimento responsável e sustentável em benefício de todas/os.

Para a elaboração desta pesquisa, a fim de tratarmos com propriedade dos conceitos e das alterações no entendimento acerca das intersecções entre trabalho, gênero e educação, fez-se necessário um prévio levantamento bibliográfico. Sabe-

mos que, historicamente, quando as/os sujeitas/os produzem as bases materiais de sua existência, igualmente produzem a consciência e as representações simbólicas a propósito de suas vidas e subjetividades.

Do que disso se segue, vem à tona o compromisso de perscrutar, no plano epistemológico dos saberes interdisciplinares em humanidades, as maneiras conforme as quais esses/as próprios/as sujeitos/as pautam as suas vidas, precisamente na intersecção de suas relações e representações entre classe, gênero e trabalho. No atendimento desse escopo, tencionamos a análise dos mecanismos reprodutores de exclusão, alienação e desigualdade nas correlatas implicações entre gênero, docência e trabalho doméstico nas vidas das mulheres colaboradoras de nossa investigação.

Ao lançarmos o olhar sobre os processos, por meio dos quais a humanidade organiza e significa historicamente a produção de sua existência, percebemos que *trabalho* e *educação* são faces da mesma moeda, haja vista que se fazem inerentes à formação da consciência que os/as sujeitos/as têm e assumem de si mesmos/as. Para Saviani (1996, p. 152): “a educação coincide com as origens da própria humanidade, uma vez que, diferentemente dos animais, por meio do trabalho, os homens (sic) transformam a natureza para produzir as suas condições de existência e, ao agir sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades, os mesmos se educam nesse processo”.

Desse modo, as transformações ocorridas no mundo do trabalho influenciam direta, e profundamente, as estruturas e paradigmas da educação, e vice-versa. No contexto de escolarização da educação, o currículo, por exemplo, é proposto de acordo com as necessidades e exigências do mercado de trabalho, bem como a formação e a seleção de professoras/es se

dão com base em critérios e habilidades que atendam a demanda mercadológica.

Ao pensar as relações e as interações entre trabalho e educação, Frigotto (2008) destaca que as diferentes mediações que se estabelecem entre estes processos ocorrem de forma mediata, perpassadas por múltiplas determinações econômicas. O conflito existente entre capital-trabalho atravessa, então, todas as relações sociais, inclusive, e especialmente, as práticas e instituições educacionais. Dessa forma, a produção e a utilização do saber constituem-se, também, como relações de classe e de gênero.

De acordo com o censo da educação básica de 2022, em todas as etapas da educação básica as mulheres são maioria; ou seja, as professoras correspondem a 96% da docência na educação infantil, sendo ainda 88,1% nos anos iniciais, 66,8% nos anos finais do ensino fundamental e 55,7% do quadro docente do ensino médio (Cf. censo da educação básica de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 19 de out. de 2022).

Vale salientar mais uma vez que, apenas no nível de ensino em que a renda salarial é mais alta e a carreira é mais valorizada, é que há uma predominância masculina no corpo docente; o que reforça, ainda mais, os marcadores discriminatórios de classe e gênero na atualidade. Vejamos a respeito disso as conclusões apresentadas pelo Panorama da Educação no Brasil:

Na média, as mulheres representam 70% do total de docentes de todos os níveis educacionais combinados. A maior concentração delas está, contudo, nos primeiros níveis educacionais; conforme esses níveis se elevam, essa concentração diminui. Isso acontece tanto na mé-

dia dos países da OCDE e parceiros quanto no Brasil. Enquanto mulheres representam 95% dos professores da pré-escola no Brasil, na educação superior, o corpo docente é formado em sua maioria por homens; as docentes correspondem a apenas 45% dessa última categoria (BRASIL, 2020, p. 31).

Esses são dados importantes para a compreensão das causas de desvalorização da docência na educação básica e de detenção da mão de obra feminina sob as injunções patriarcais do capital. Em quase todos os países considerados subdesenvolvidos, o magistério de crianças e adolescentes é uma profissão bastante desvalorizada, confundida com atribuições de cuidado e maternagem.

Ao tecerem uma análise sobre as faces e estruturas excludentes do capitalismo, Marx e Engels (1977, p. 70) esclarecem que “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Neste arranjo, as mulheres foram impelidas a se manter, muito mais do que os homens, no âmbito doméstico e a se ocuparem do cuidado dos/as filhos/as, do marido e do lar; experimentando, por consequência, diversas privações atributivas. Os homens, ao contrário, eram/são encorajados a sair do recesso doméstico e a *prover o sustento da família*, a eles lhes sendo atribuído o domínio de diversas outras esferas da vida, com o conseguinte acesso a melhores condições de educação e trabalho.

Engels (1978, p. 17), em *A Origem da família, da propriedade privada e do estado*, observa as causas das desigualdades no mundo do trabalho a partir das estreitas relações entre classe e gênero. Para ele, “o primeiro antagonismo de classe que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâm-

mico, e a primeira opressão de classe com o sexo feminino pelo sexo masculino”.

Os ideais elaborados pelo capitalismo de família, socialidade e feminilidade criam instrumentos ideológicos para a subalternização das mulheres, delimitando e organizando os espaços privados com base no modelo familiar patriarcal. O lar e a família tornam-se então eternamente dependentes do pai e do marido (protótipos domésticos do capitalista), que devem ser os provedores, os chefes do núcleo doméstico e que, por isso mesmo, têm o seu trabalho socialmente mais valorizado do que o das mulheres (mães, esposas, filhas e agregadas); sendo eles - e não elas - os trabalhadores que, em tese, produzem e socializam, de forma visível, as mercadorias.

Na verdade, essa disposição social, baseada na suposta fragilidade e necessidade feminina dos homens, “era a representação requerida e estratégica para o sucesso de três projetos de peso: a nova ordem capitalista; a colonização dos territórios invadidos; e a própria conjuntura da modernidade” (SOUSA, 2017, p. 40).

Conforme Walter Mignolo (2017):

A colonialidade equivale a uma matriz ou padrão colonial de poder, o qual ou a qual comporta um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, do progresso e da felicidade), justificando, por exemplo, a violência das invasões, dos genocídios, dos estupros, das espoliações e da escravização. A descolonialidade é a resposta necessária à colonialidade, tanto às suas falácias e ficções de progresso e desenvolvimento (que a modernidade contempla), como às suas próprias formas de violência (racistas e sexistas) (MIGNOLO, 2017, p. 13, grifos nossos).

A imposição da colonialidade é expressa, com efeito, na subjugação das mulheres através do sistema de gênero; reproduzido, por seu turno, no entrelaçamento das categorias opressivas de raça, classe, família nuclear e trabalho alienado. Tal imposição se exerce de modo a justificar e fortalecer o padrão da dinâmica e dos poderes capitalistas com base na autoridade dos homens.

Nessa conjuntura, os homens são entendidos como os detentores do capital, dos meios de produção e dos poderes de exceção e uso da violência, desde as suas casas até o comando de estados, exércitos e grandes grupos econômicos; ao passo que às mulheres lhes resta a condição de súditas, agregadas, empregadas, cuidadoras, domésticas, mães, esposas e amantes, cuja capacidade relativa precisa ser complementada pelo reconhecimento e a autoridade masculina de seus chefes, líderes, patrões, pais, protetores, maridos e representantes.

Desse modo, além da questão econômica, existe a problemática ligada ao gênero, que facilitou ou naturalizou a utilização das mulheres, em diferentes segmentos econômicos, como meio, insumo ou auxiliar da produção do *mundo dos homens*, reduzindo-as à mera condição de massa de manobra do sistema produtivo patriarcal (SOUSA, 2017, p. 43).

Analisando, portanto, a presença das mulheres e os papéis de ordinário por elas exercidos nas estruturas organizacionais e ocupacionais da conjuntura político-econômica da modernidade, Zientarski e Oliveira (2019) afirmam que:

Contemporaneamente, ainda é comum mulheres estarem em guetos profissionais, elas são maiorias em profissões como enfermeiras, professoras da educação básica e, principalmente, empregadas domésticas. Estas últimas carregam toda sorte de estigmas e preconcei-

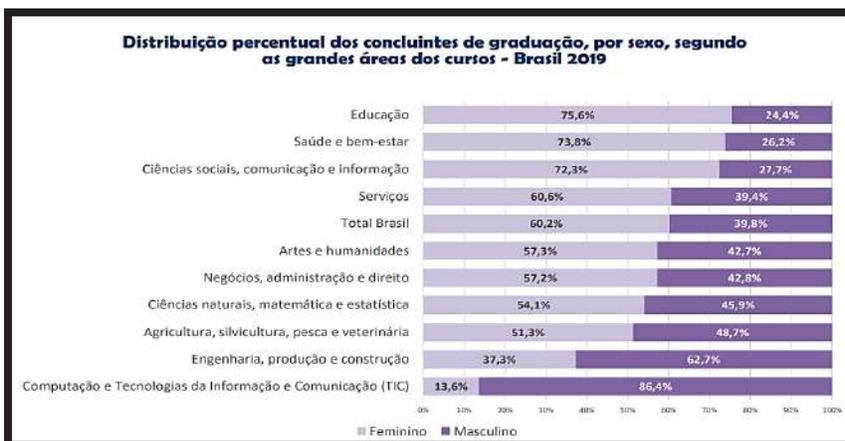
tos, o que representa o retrato mais fidedigno do trabalho precarizado, desregulamentado e que guarda o ranço da escravidão exercido em sua maioria por mulheres negras (OLIVEIRA; ZIENTARSK, 2019, p. 265).

As mulheres estão portanto na antessala do mundo dos homens, na recepção de seus negócios, nos motivos dos *lazers para homens* e também em suas cozinhas, banheiros, alcovas e áreas de serviço. São elas as que se levantam mais cedo, dormem mais tarde e deixam tudo preparado antes deles chegarem e assumirem o controle. São elas as que faxinam os seus ambientes, preparam as suas refeições, arrumam-lhes as roupas, cuidam de seus herdeiros, aliviam-lhes as tensões, limpam e deixam tudo propício para que eles, sérios, se tornem *homens de sucesso* e mantenham-se no governo do mundo.

Do que disso se segue, não sobram às mulheres nem tempo nem energia tampouco oportunidades *como as dos homens* para se qualificarem, estudarem, exercerem funções e ocuparem cargos de prestígio e decisão nos rumos e na governança do mundo (pertencente aos homens). A persistência da ordem patriarcal e da dominação masculina, que segue no tempo presente reduzindo as mulheres à derivação ou à condição acessória dos homens, assume uma de suas maiores evidências na educação.

De fato, apesar das mulheres hoje serem numericamente maioria em todos os níveis educacionais, inclusive no ensino superior, os segmentos nos quais os homens continuam amplamente dominando correspondem ainda às carreiras de maior prestígio, controle e governança da vida econômica, política e social. Relativamente a isso, vejamos na Figura 1 a atual proporção de homens e mulheres concluintes por área do ensino superior.

Figura 1 – Distribuição percentual por sexo das/os concluintes de cursos de graduação nas grandes áreas do conhecimento - Brasil 2022.



Fonte: Censo da educação superior 2022, p. 68.

Do que nos confirmam os dados do censo, podemos observar um aumento expressivo da escolaridade e da qualificação das mulheres. Entretanto, elas ainda permanecem marginalizadas em campos como os da engenharia, computação, tecnologia da informação e da comunicação e construção, nos quais os homens predominam com um percentual de mais de 85% do total de profissionais formados/as. Essas são justamente as áreas e carreiras mais promissoras, com maior desenvolvimento, retorno financeiro e mais amplo destaque no mercado de trabalho.

As mulheres predominam em larga escala em áreas bem menos prestigiadas, como a educação (licenciaturas e pedagogia), com 75% do total de concluintes, as ciências sociais, com mais de 72% do total, e as formações não médicas da área de saúde e bem-estar, como fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, com mais de 73% do total. O nicho

das melhores e mais atuais oportunidades permanece, portanto, como um amplo reduto masculino, restando às mulheres carreiras, oportunidades e condições de trabalho, em regra, bem mais precarizadas, restritas e desvalorizadas do que as dos homens.

Evidencia-se, diante disso, a persistência da disparidade de gênero na educação superior e no mercado de trabalho, pois, embora se verifique na atualidade uma predominância do percentual feminino nas matrículas em faculdades e universidades, as oportunidades de estarem empregadas, depois de concluídos os seus cursos, são menores para as mulheres, e as chances de ocuparem cargos de destaque e comando seguem-lhes sendo ínfimas quando comparadas às dos homens.

De acordo com o relatório internacional *Education at a Glance* (2021), divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)³, “em média, nos países da OCDE, 80% das mulheres com ensino superior (com idades entre 25 e 34 anos) estavam empregadas em 2018, em comparação com 87% dos homens na mesma situação. No Brasil, as taxas de emprego para portadores/as de diplomas de ensino superior foram de 77% para as mulheres e de 85% para os homens” (BRASIL, 2021, p. 07).

Observando a detenção do pensamento e dos comporta-

³ A organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) juntamente com o instituto internacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgam o relatório anual com estatísticas educacionais com o objetivo de estabelecer uma comparação internacional, levando em conta a realidade educacional dos diferentes países e promovendo subsídios para a formulação de políticas públicas locais e internacionais de fomento à educação. A OCDE é uma organização de países ricos, composta por trinta e oito países-membros e oito parceiros (entre esses, o Brasil). Participaram do *EaG* 2022 os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça e Turquia. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/inep-divulga-education-at-a-glance-da-ocde> Acesso em: 10 de nov. de 2022.

mentos de vida ocidentais a diversos paradigmas binários da modernidade, como, por exemplo, homem/mulher, pobre/rico, selvagem/civilizado, e os prejuízos e preconceitos que as raízes patriarcais reforçam, Sousa (2017, p. 41) comenta que “ainda hoje se alimenta a sobrevivência do binarismo, excludente e machista, que insiste em subjugar, por oposição, aquilo ou aquele/a que é desigual. Essa situação é agravada pela questão de classe social, carimbo nefasto das sociedades capitalistas”.

Segundo Lugones (2014, p. 942), é somente por meio da crítica ao sistema de gênero que conseguimos dimensionar a real força opressora da modernidade e da colonialidade, bem como a sua extensão principalmente sobre as vidas e os corpos de mulheres e homens de cor, pois “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às mulheres colonizadas e reduzidas à subalternidade servil”.

É-nos possível então pensar as dinâmicas do mundo do trabalho sem a perspectiva de gênero e as dicotomias da colonialidade? Decididamente, não. É certo que para entendermos a disposição dos conceitos de classe e trabalho um dos pontos de partida é a divisão sexual do trabalho em doméstico, profissional, formal, informal, remunerado e não remunerado, algo que estruturalmente impõe às mulheres a realização de atividades totalmente gratuitas, socialmente desvalorizadas e com baixíssima remuneração.

Como afirma Lugones (2008, 2014), a colonialidade do gênero permite-nos “compreender a opressão contra as mulheres como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e historicamente engendrados, na qual cada uma pode ser vista como um ser vivo radicalmente reduzido ao controle patriarcal” (LUGONES, 2014, p. 941).

A desigualdade na divisão sexual do trabalho determina assim as injustiças sociais entre homens e mulheres e a opressão daqueles sobre estas, limitando-lhes a participação em atividades profissionais social e financeiramente mais valorizadas, confinando a maioria delas em trabalhos contínuos de cuidado, repetição e informalidade. É desse modo que podemos afirmar que as dinâmicas sociais de classe e trabalho não podem ser compreendidas sem a perspectiva crítica de gênero.

Alguns indivíduos condensam em torno de si múltiplos fatores discriminatórios como é o caso das mulheres negras trabalhadoras. Estas pertencem a uma classe social, a um gênero e a uma etnia marcados por exploração econômica e dominação política. Esse processo é pautado nos mais diferentes níveis de expropriação e isso explica a posição dessas mulheres na base da pirâmide social brasileira, onde recebem os piores salários e trabalham majoritariamente em empregos precarizados. Nesse prisma, é a mulher negra que melhor simboliza a total ausência de direitos sociais no Brasil (OLIVEIRA; ZIENTARSKI, 2019, p. 262-263).

O trabalho doméstico sub-remunerado, exercido majoritariamente por mulheres negras e/ou oriundas de regiões e situações de extrema pobreza, é, por sua vez, uma das atividades mais comumente disseminadas em todo o mundo capitalista até os dias de hoje. Já o trabalho doméstico sem qualquer remuneração, tradicionalmente expropriado pelos homens, exercido por muitas mulheres em seus lares como prova de amor e dedicação à família, é uma forma de reforçar a desvalorização do trabalho feminino e de impulsionar-lhes ao acúmulo de atividades exaustivas, não reconhecidas e à sua perma-

nência em contingências estruturais de vulnerabilidade social e econômica.

Segundo Hirata (2014):

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção (HIRATA, 2014, p. 64).

Homens e mulheres negras têm, de fato, mais dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho, correspondendo ao maior quantitativo de trabalhadoras/es em situação informal, sem carteira assinada e consumidos/as por condições precárias de vida e trabalho. Conforme Santos (2007, p. 02), as desigualdades sociais são “produtos das condições de acesso desproporcional aos recursos materiais e simbólicos, frutos das divisões sociais”.

Desse modo, é imprescindível considerar a análise das desigualdades e injustiças sociais a partir das categorias de gênero e classe, sem que com isso nos esqueçamos das imposições raciais e coloniais, assentadas como formas estruturais de controle e reprodução de opressões e supressões de direitos, mantidas como base de dispensação e critério de distribuição do poder econômico.

Para Santos (2007, p. 14), “a noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos quanto aos poderes e aos recursos determinantes na estruturação produtiva de padrões e interações sociais”. Portanto, ao falarmos em classe,

não nos referimos a grupos com uma mesma ocupação profissional, mas sim aos/às sujeitos/as mantidos/as invariavelmente nas mesmas posições econômicas, inerentes à ordem de relações desiguais de produção, distribuição e uso de bens e recursos.

Dito isso, partimos do entendimento de que os/as sujeitos/as contingentes a uma mesma injunção ou estrutura de classe irão desenvolver relações sociais semelhantes, dispondo de um campo de possibilidades mais amplo ou mais restrito nas diversas esferas da vida, segundo as condições de acesso à educação, ao trabalho, à saúde e ao bem-estar que lhes sejam assignadas. É perceptível, portanto, a lógica que opera distintivamente na distribuição de renda, riqueza e oportunidades em benefício de algumas vidas e em detrimento de outras.

Nesse sentido, conforme nos explica Antunes (2000):

As relações entre Gênero e Classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 109).

Por muito tempo se pregou que os homens são superiores às mulheres, dadas a constituição de sua natureza e a sua força física. Essa apreciação desigual das capacidades de homens e mulheres, socialmente construída com base em preconceitos sexistas e pressupostos deterministas, ainda exerce um impacto bastante profundo nas diversas formas de opressão

exercidas sobre a vida das mulheres e os seus corpos.

Mediante o intuito de pesquisarmos sobre os efeitos das contingências de gênero nas complexas relações entre educação e trabalho doméstico, é necessário então considerar e especificar a posição que as mulheres - notadamente as mais pobres - ocupam enquanto classe social historicamente reduzida pelo capitalismo e pelo patriarcado à condição de subalternidade.

De fato, somente é possível compreender as consequências das expropriações materiais e simbólicas do patriarcado e da dominação masculina sobre as suas vidas se vislumbramos, a partir dos lugares que elas ocupam, os elementos que seguem propiciando e potencializando as relações de subordinação, precariedade e redução de suas escolhas, notadamente de suas trajetórias pessoais e profissionais.

1.2 Relações de poder e configuração da docência como atribuição feminina

O mercado de trabalho, a partir da segunda metade do século XX, passou por transformações muito profundas, as quais foram substanciais para as classes trabalhadoras. Dentre essas mudanças, a despeito das mais recentes flexibilizações neoliberais de direitos e garantias laborais, destacamos a entrada progressiva e definitiva das mulheres em todos os setores e segmentos produtivos, ainda que minoritária a sua participação em cargos estratégicos de liderança e de importantes decisões políticas, econômicas e tecnológicas.

Apesar de ser considerada uma grande conquista, a inserção paulatina das mulheres no âmbito das relações trabalhistas e institucionais ainda lhes opõe uma série de barreiras e

resistências, as quais - de ordinário - são praticamente desconhecidas pelos homens. Por outro lado, o fato de profissões como *professora da educação infantil* e *empregada doméstica* seguirem quase que exclusivamente sendo reconhecidas como *femininas* também traz persistentes consequências negativas às condições de vida e trabalho da maioria das mulheres.

As associações, sutis ou não, de muitas profissionais da educação aos estereótipos de *tias*, *segundas mães*, *moças moralmente corretas*, *cuidadoras gentis*, *solícitas* e *atenciosas*, sempre disponíveis para servir e cuidar amorosamente das crianças, acompanham, de fato, as professoras que atuam nos anos iniciais da educação básica. Mesmo àquelas que buscam qualificação e reconhecimento seguem sendo-lhes atribuídos, até os dias de hoje, tais estereótipos e espera-se das mesmas, antes do exercício profissional, a execução vocacionada de um sacerdócio.

Relativamente às empregadas domésticas *quase da família* são-lhes atribuídos *nomes e apelidos carinhosos*, são vistas como emotivas, limitadas intelectualmente, incapazes de exercer outro tipo de ofício ou função, afeitas à servidão. Admitem-se os seus corpos como naturalmente talhados para os serviços de limpeza, para o cuidado amável da casa e dos *patrões*, quando não para a iniciação sexual dos filhos adolescentes e o deleite dos homens da residência.

A elas comumente se conferem hipocorísticos, *Mariazinha*, *Lourdinha*, *Zefinha*, *Corrinha*, sendo generosamente elogiadas pelas patroas em conversas amenas e espontâneas. São, contudo, solicitadas, chamadas ou advertidas, não por seus nomes, mas por vocativos como *menina* ou *bichinha*, do que se infere a sua condição de vidas tuteladas, custodes, menores, protegidas, incapazes e desumanizadas ante a vontade

e o alvedrio de seus amos, patrões e padrinhos.

Um as iguais que as outras, presume-se que as boas *professorinhas* e as dedicadas *empregadas domésticas* fazem *tudo o que fazem*, não por dinheiro nem precisamente para a sua sobrevivência e a de sua família, mas antes por amor, dom, sentimento maternal e devoção natural aos seus patrões e protetores. O seu prêmio não é exatamente o reconhecimento profissional nem muito menos um pagamento justo, mas o afeto patriarcal das relações emotivas de posse e proteção pelo *grande domínio*. Das cozinhas, das salas de aula, das áreas de serviço, das alcovas e das creches espera-se a gratidão de *professoras* e *empregadas* pelo reconhecimento e a afeição à sua importância na manutenção do grande domínio patriarcal.

Com ênfase, ao se inserirem em uma sociedade mantida em critérios patriarcais, clientelistas e conservadores, que em todos os expedientes de poder e institucionais valoriza a supremacia do homem branco, a maioria das professoras e empregadas domésticas se depara no Brasil com uma enormidade de práticas e preconceitos machistas, contrários a si, aos seus modos de subjetivação e ao seu reconhecimento profissional.

Especificamente com relação às professoras, além da estruturação dos fatores que seguem associando as suas carreiras da educação infantil e do ensino fundamental a uma *improvisada e desprestigiada* ocupação feminina, temos a observar a específica condição histórica de formação de nosso capitalismo periférico e tardio: racista, sexista, elitista, colonial e, conseqüentemente, de planejada desvalorização do magistério e desmonte da educação pública como medidas de impedimento à conscientização social e política e ao exercício mais amplo

da cidadania.

Vale ainda salientar que não é apenas o fator *gênero* que reforça a subalternidade feminina no mundo do trabalho. São vários os marcadores que concorrem para isso: institucionais, morais, religiosos, ideológicos, estéticos, além das desigualdades étnico-raciais, de origem e, finalmente, de gênero.

Scott (1995, p. 88), ao analisar os impactos e as inflições do gênero nas relações sociais - simbólicas, culturais e institucionais - define o mesmo como um campo político, segundo o qual o poder é organizado para a manutenção hierárquica do patriarcado e de suas ordens de controle e produção de bens, recursos e costumes. Para a pesquisadora, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

Dessa forma, “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1995, p. 88), haja vista que as percepções e as admissões sociais em torno do masculino e do feminino correspondem a formas de dominação e a disposições socialmente construídas, exercendo impactos determinantes sobre os aspectos subjetivos e concretos da vida, tais como o direito de agir e de decidir a respeito do próprio corpo.

Os efeitos do gênero podem ainda ser percebidos no mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), estruturando e limitando, assim, as profissões com as quais as mulheres devem se identificar, os cargos e as funções com os quais devem se envolver, tendo de reconhecer, mesmo ali em seus recessos, a anterioridade e a ascendência do mundo patriarcal que lhes rege e autoriza a ali estarem e serem quem são.

Tanto é dessa forma que, mesmo com a feminilização e a feminização da docência ⁴, os homens ainda são os mais bem remunerados, são as maiores autoridades e preenchem os cargos de maior destaque e prestígio na área educacional. Não diferentemente, a cozinha é relegada - de ordinário - como recesso doméstico de subalternidade e de trabalhos compulsórios às mulheres. Quando, no entanto, se fala de gastronomia e de arte culinária em renomados restaurantes, são novamente os homens que assumem o protagonismo como grandes *chefs*, sem que se os confunda com simples cozinheiros ou as técnicas que desempenham com a atividade banal de uma cozinheira.

Do que de tudo isso se depreende, como nos diz Scott (1995, p.88), gênero e poder se constroem efetivamente de forma recíproca. Essa constatação nos convoca a questionar as condições e os papéis impostos às mulheres que permitem a proliferação de diversas formas de dominação sobre as suas vidas, os seus corpos, as suas formas de pensar, ser e agir, as suas emoções e sentimentos. Trata-se, portanto, de um compromisso feminista, em favor da vida e da humanização das mulheres e de todas as pessoas.

Lugones (2014, p. 940) nos esclarece que “o feminismo não fornece apenas uma narrativa sobre a opressão de mulheres. Vai além da questão opressiva, ao fornecer ideias e mate-

⁴ Costuma-se dizer que a *feminização* das profissões e das ocupações tem a ver com o fato de as mesmas terem se ordinarizado, banalizado, perdido a sua importância, valor ou complexidade, tornando-se consequentemente *coisa ou assunto para mulheres*, ao passo que a *feminilização* tem a ver com o acréscimo do quantitativo de mulheres que passam a se dedicar ou a exercer aquela atividade. Nesse sentido, tanto a *feminilização* de uma determinada ocupação ou setor produtivo se dá em decorrência de sua *feminização* como pode acontecer o contrário, a depender dos fatores envolvidos no desenvolvimento da atividade, como o uso da tecnologia, sua obsolescência, sua (ir)relevância econômica entre outros aspectos. A esse respeito, conferir o artigo de Silvia Cristina Yannoulas, *Feminização ou Feminilização: apontamentos em torno de uma categoria*, publicado no v. 01, n. 22, do ano de 2012, da Revista *Temporalis*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/191>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

riais que permitem às mulheres compreender a sua situação sem sucumbir a ela”. Nesse sentido, “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis feminista. É decretar uma crítica radical às opressões de gênero racializadas, coloniais, capitalistas e heterossexualizadas, visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940).

Scott (1995), por sua vez, ao tecer críticas à opressão machista e à forma como o gênero imprime o sentido hierárquico das relações sociais, propõe a superação de todas as desigualdades entre homens e mulheres, reforçando o compromisso feminista com análises que conduzam a mudanças verdadeiramente profundas da conjuntura patriarcal do capitalismo; entre elas a total superação de ideias e representações de inferioridade da mulher, que - diante do homem - segue sendo vista como uma categoria ontológica e epistemológica derivada, subsidiária ou mesmo vazia de significados próprios.

Mais do que isso, questionar o gênero implica em entender que todas as relações que foram construídas de forma dicotômica e excludente podem ser ressignificadas e referenciadas a partir de critérios de equidade, justiça e alteridade. Desse modo, “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política, econômica e social, que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93).

Já conforme a acepção de Hirata (2015, p. 03), “não podemos mudar a divisão sexual do trabalho profissional sem mudar a divisão sexual do trabalho doméstico, tampouco distinguir entre a divisão sexual do poder e a do saber na sociedade”. Para a especialista em sociologia do trabalho e gênero, a precarização do trabalho feminino tem, por isso mesmo, origem na divisão sexual e paradoxal do trabalho. Ela ainda des-

taca que:

(...) as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. Essas relações entre trabalho/família/sociedade, e trabalho/saber/poder, formam um círculo vicioso e não virtuoso (HIRATA, p. 2015, p. 04).

Portanto, “não se nasce professora, tornar-se professora⁵”. Logo, podemos afirmar que não existe um destino biológico ou um desejo natural nas mulheres que as dispõe a querer assumir somente as profissões e os encargos em que se lhes seja exigido um perfil ou uma formação com ínsitas habilidades *femininas*. Articulando uma reflexão sobre as condições de feminização da docência, Chamon (2006) aponta que:

A associação entre ensino elementar e trabalho feminino tem sido considerada como um fato natural nos mais diferentes contextos e segmentos sociais em todo o mundo ocidental. A personificação do ideal da professora da escola elementar foi se cristalizando ao longo dos anos no imaginário social como uma profissional da virtude, do amor, da dedicação e da vocação. A dignidade do ofício, a nobreza de sua missão, a exaltação do zelo só comparável às causas religiosas e patrióticas, ainda hoje, materializam a ética do ideal de ser profes-

⁵ Expressão que parafraseia a clássica citação “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 13), da filósofa feminista Simone de Beauvoir. Para ela, não há um destino biológico que define o que necessariamente é ser mulher, havendo distinção - e não uma relação biunívoca e funcional - entre *sexo* e *gênero*. O *sexo* é compreendido como fator biológico, ligado à constituição físico-química e fisiológica do corpo humano e o *gênero* é construído pela sociedade, não sendo um dado natural. Corresponde, antes, a um padrão de comportamento sobre o *que é ser homem ou mulher*, atribuindo a cada qual diferentes marcadores, expectativas e estereótipos de *gênero*.

sora. Essa idealização, no entanto, não é um fenômeno singular da sociedade brasileira, mas algo que passou a integrar o imaginário social em diferentes contextos culturais, a partir de determinados momentos históricos. Esse fato nos leva a supor que tal idealização não se deu de forma gratuita, mas que foi construída historicamente para cumprir específicas funções políticas, econômicas e sociais (CHAMON, 2006, p. 03).

Daí, entender sob quais circunstâncias o trabalho docente se configura em uma típica atribuição feminina permite-nos, de modo crítico, indagar os processos historicamente atualizados na divisão sexual e social do trabalho. Ditos processos se mantêm, de fato, com fins a hierarquizações profissionais as quais reforçam o sistema binário de gênero, subsidiando a opressão e a supressão de direitos das mulheres, notadamente em cenários como o do município de Itapiúna/CE.

A constatação disso nos leva a querer desmistificar e desnaturalizar seus ideais e formas de controle social. “Falar em termos de divisão sexual do trabalho deve permitir ir bem além da simples verificação de desigualdades. E aqui se chega à acepção segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é mostrar que essas desigualdades são planejadas e sistemáticas” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Partindo da crítica a esse princípio de separação do trabalho em funções e atribuições *de homem* e *de mulher*, assim como ao pressuposto hierárquico segundo o qual o trabalho *de homem* vale mais que o *de mulher*, teceremos algumas considerações sobre as representações históricas da docência e do gênero feminino, capturadas em nosso processo tardio de formação social e capitalista periférico pelas estruturas modernas do pensamento europeu hegemônico, assim como pe-

las imantações ideológicas e simbólicas do patriarcado e da colonialidade, entendidos aqui como pilares de nosso atraso e como índices de nossa alienação quanto às desigualdades e injustiças de raça, classe e gênero até o tempo presente.

A feminilização do magistério coincide no Brasil com o processo de urbanização e industrialização de nossa sociedade, que crescentemente exigia das mulheres a sua redução à dominação masculina, conforme os moldes da nova família nuclear patriarcal e pequeno-burguesa. Antes disso, até pelo menos o começo do século XX, as mulheres tinham a sua credibilidade posta em dúvida com relação à tarefa de educar, haja vista que a maioria delas era analfabeta, sem qualquer acesso à ilustração, às letras e à cultura científica.

Até então inexistiam cursos de formação para o magistério e a quase totalidade das poucas escolas existentes era absolutamente elitizada, confessional e entregue à cúria de clérigos e superiores de congregações católicas. Além disso, as ciências de bases evolucionistas e racistas da época corroboravam a percepção de que as mulheres eram física e moralmente inferiores, além de menos inteligentes e capazes do que os homens.

Outros discursos tiveram de, portanto, ser criados e disseminados a fim de que doravante se justificasse a docência como um trabalho essencialmente feminino; entre eles a ideia de que a sala de aula seria uma extensão do lar e a educação uma ampliação da maternidade, partindo-se assim do pressuposto de que toda mulher desejaria ser mãe e dona-de-casa, tornando-se facilmente, por isso, também cuidadora e preceptora de crianças.

Vejamos o que nos diz Louro (2004) a esse respeito:

(...) passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência dever ser percebida mais como um sacerdócio do que como uma profissão. Tudo foi muito conveniente para que se construísse a imagem das professoras vistas como trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras; o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salários, carreira, condições de trabalho etc (LOURO, 2004, p. 450, grifos do original).

A configuração do trabalho docente como uma atribuição feminina é ideada então a partir de matrizes e performances referenciadas na concepção de família patriarcal europeia, a qual privilegia o papel do homem nos núcleos familiares e sociais e arroja à mulher tarefas de cuidado, repetição, organização, limpeza e manutenção do bem-estar.

O homem, o chefe da família, deve ser nesse contexto o principal provedor do lar, aquele que exerce o trabalho considerado realmente produtivo, buscando fora de casa o sustento daqueles/as *que dele dependem*. Já às mulheres correspondem papéis absolutamente secundários, acessórios aos do homem, devendo remanescer no lar, na família e na sociedade como força de trabalho massiva, desqualificada e residual.

A elas lhes cabe primordialmente ser mães e donas-de-casa, podendo, todavia, trabalhar perto da família ou em contextos análogos ao familiar, desde que em serviços e ocupações considerados repetitivos e/ou de baixa complexidade, sempre subalternas e nunca como profissionais liberais ou empreen-

dedoras. Só se lhes admite uma remuneração ou renda salarial baixa, nunca superior à dos homens, a qual apenas deve servir para o complemento das despesas da casa.

Diga-se, contudo, que nesse mesmo contexto a mão-de-obra feminina passa a ser considerada estratégica e indispensável em alguns setores desprestigiados, posto que indispensáveis ao desenvolvimento das sociedades urbanas e industriais, como são o chão da escola, da fábrica e do hospital, nos quais se julgam convenientes a paciência, a simplicidade, a sensibilidade, a resiliência e a humildade das mulheres.

Do que disso se segue, tanto a feminização quanto a feminilização do magistério são produtos da colonização e da modernidade capitalista, instauradoras e disseminadoras das imagens do gênero feminino associadas à sensibilidade, à fragilidade, à hipossuficiência e à disponibilidade. É no bojo dessa disposição que se reduzem as mulheres à indefectível supervisão masculina e à tutela doméstica, efetivadas nas autoridades do pai, do marido e do patrão. Nessa matriz de referências patriarcais e coloniais, o gênero feminino é percebido então como o que *precisa estar sob a égide e a proteção masculina*, podendo, por isso, ser concomitantemente menosprezado, secundado e subjugado.

Dessa forma, a conciliação das funções domésticas e familiares do gênero feminino com as necessidades do capitalismo em sua evolução às sociedades urbanas possibilitou às mulheres a *conquista* da sala de aula e, portanto, a atribuição da docência como atividade tipicamente feminina. Dá-se, assim, um acúmulo de tarefas para as mulheres, que passam a se desdobrar entre a vida familiar, doméstica e profissional, ao mesmo tempo em que se lhes é confiada a função de propagar os valores morais e civilizacionais burgueses, cristãos e capitalistas,

do acatamento à ordem e ao desenvolvimento do trabalho no espaço escolar.

Consciente da necessidade de destacar o trabalho docente desse enleio ideológico de generificação e degradação capitalista, o educador Paulo Freire (1997) se recusa a nomear as professoras como *tias*, precisamente porque esse termo associa a presença das mulheres na escola, e mais especificamente na sala de aula, à ideia de intimidade, disponibilidade e susceptibilidade alienante, eclipsando - sob uma falsa aparência afetiva e familiar - a verdadeira raiz da equação que associa em um só termo a desvalorização da mulher e do magistério.

Na verdade, a origem e a difusão do termo *tia*, associado às professoras da educação infantil e do ensino fundamental, se dá a partir das creches e pré-escolas, que, há bem pouco tempo, existiam apenas na rede privada de ensino⁶. Designar as professoras de *tias* implica, nesse contexto, em propagar o estereótipo de que elas são como as babás e as cuidadoras *fora de casa*, de que *na escola* elas não representam senão a conti-

⁶ A constituição de 1988 definiu a creche e a pré-escola como direito das crianças e da família e como dever do estado (artigo 7º, inciso XXV e artigo 208, inciso IV). A lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB nº 9.394/96) corrobora dito direito das crianças e de suas famílias em seus artigos 4º, 29 e 30, *capita* e incisos, os quais prescrevem que a educação infantil deverá ser oferecida gratuitamente em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até quatro anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade, em estabelecimentos próximos às suas residências. Entretanto, a educação infantil somente passa a integrar o currículo da educação básica e a sua gestão a ser inserida nos respectivos sistemas educacionais a partir do ano de 2013, mediante a promulgação da lei nº 12.796/2013, pela então presidenta Dilma Rousseff, deixando as creches e pré-escolas de ter caráter assistencialista e passando a ser dotadas no orçamento público da educação federal, dos estados e municípios. Dita lei altera o artigo 4º, inciso I da LDB, determinando a compulsoriedade da matrícula na educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade e incluindo a pré-escola no âmbito da educação básica e dos sistemas educacionais de todos os entes federados, obrigando os municípios a atender com creches e pré-escolas a totalidade de sua população a partir dos quatro anos de idade. Antes disso, os equipamentos públicos de creches e dos até então conhecidos *jardins de infância* eram muito mais escassos, pois que integravam políticas de secretarias de ação social, com dotações desvinculadas e discricionárias, ao contrário do que hoje são: incluídos no organograma da educação, com dotação vinculada nos sistemas educacionais das três esferas administrativas. Como resultado disso, antes de 2013, as mães de crianças de até seis anos de idade, que não tinham condições de pagar uma creche, eram praticamente impedidas de arrumar um emprego. Um último e importante passo nessa trajetória acontece em 2017, quando a educação infantil é incluída na base nacional comum curricular (BNCC), integrando-a definitivamente à educação básica.

nuação do mesmo esquema doméstico, burguês e patriarcal da família nuclear do capitalismo moderno.

A essas *tias* não lhes cabe questionar muita coisa, haja vista serem tratadas, supostamente, como agregadas *da família*. A intensidade do contato e do vínculo afetivo entre as trabalhadoras da educação e as crianças não deve, todavia, em nenhum caso, se tornar motivo para explorações e abusos, como desrespeitos, assédios, pagamento irrisório e sobrecarga de trabalho. Ao exercer a crítica ao termo *tia*, Freire (2000) salienta que “ensinar é profissão que envolve certa tarefa, militância e especificidade, enquanto *ser tia* é, diversamente, viver uma relação de parentesco” (FREIRE, 2000, p. 09, grifos nossos).

Há de se entender que o espírito positivista e reacionário que fundamentou as bases da república no Brasil esforçou-se por delegar às mulheres a incumbência de difundir valores morais e familiares adequados aos seus princípios burgueses e conservadores, ajustando-se perfeitamente às referidas profissões e à concepção de que a instrução feminina só assumiria sentido se trouxesse algum benefício ao universo familiar e privado e, é óbvio, se irradiasse seus ímpetos moralizadores para a vida pública.

Nesse sentido, dificilmente será identificado lugar mais propício à disseminação de ideias conservadoras e à intervenção estatal na ordem do desenvolvimento capitalista urbano e industrial do que a escola, de forma que “o magistério de crianças configurou-se bastante adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria” (ALMEIDA, 1998, p. 33). Entretanto, a docência como base do adestramento ao acato moral e à subserviência da classe trabalhadora ao espírito pequeno-burguês nem sempre foi uma

profissão específica ou majoritariamente feminina. O início desse processo se dá na Europa justamente a partir do século XIX e se concretiza no mundo colonizado já no século XX.

Ante a propagação do capitalismo urbano e industrial e a exigência de novos mercados de trabalho, a fim de que os homens pudessem buscar outras oportunidades de emprego e uma melhor renda, seria prudente arregimentar as mulheres (*por natureza* mães e esposas) como salvaguarda moral e conciliatória desse então atual processo civilizacional pequeno-burguês na educação. Nessa mesma conjuntura, tornar-se-ia igualmente desonroso para os homens continuar em uma profissão que foi gradativamente sendo desqualificada, massificada e adquirindo um baixo prestígio social.

A desvalorização e o esvaziamento dos sentidos da educação às técnicas condicionantes da expropriação urbano-industrial do capital reduziam então a docência a programas e diretrizes cujos principais esforços consistiriam em, dali então, fazer subsumir o pensamento e a liberdade ao adestramento oficial de currículos, conteúdos e técnicas em promoção à ideologia e ao trabalho em suas formas alienadas.

Vamos ao que nos diz Chamon (2006) sobre esse processo:

As relações de trabalho tinham sido concretamente redefinidas numa nova organização do processo produtivo, que passou a desprezar o saber do professor e a desvalorizar o seu trabalho, pagando baixos salários pelos serviços prestados. Por outro lado, o governo não assumia a educação senão como um sistema de instrução, cuja responsabilidade pelos insucessos e frustrações recaía inteiramente sobre o professor (CHAMON, 2006, p. 07).

No Brasil, com a então difusão do sistema de educação (instrução) pública a partir da primeira república, às mulheres foi-lhes conferida a missão civilizatória de educar as crianças *para o futuro*, introduzindo-as funcionalmente à compreensão leitora, às operações matemáticas e à escrita básicas, conduzindo-as à iniciação das técnicas e ao treino para o mundo do trabalho além de, concomitantemente, à instrução da moral para o uso e a prática dos bons costumes. Atribuía-se inegavelmente, mediante a feminização dessa tarefa, um caráter quase devocional e veladamente filantrópico à profissão docente.

Mediante essa articulação, define-se ainda uma nítida hierarquização classista e sexista das profissões, “com destaque para o ensino, que se prestava tanto ao papel de propagação do ideal doméstico de feminilidade, docilidade e submissão, quanto ao de regulador da distância entre as mulheres das diferentes classes sociais” (CHAMON, 2006, p. 56).

No século XX, a docência consolida-se assim no Brasil como uma atividade tipicamente feminina. Isso se deve igualmente às transformações sociais e políticas em curso na América Latina, que possibilitaram a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Nesse período, o projeto de vida da maioria das mulheres não deixou de estar baseado, contudo, no casamento e na formação de um núcleo familiar.

De fato, romper esse padrão significava ameaçar a ordem social. Desse modo, a despeito da gradual abertura ao mercado de trabalho em nichos como o da educação, o que permanecia reservado à maioria das mulheres eram os laços matrimoniais, conseqüentemente a dependência econômica do marido e a manutenção da hierarquia social do patriarcado.

Note-se que, assim como para os homens, era um desprestígio também para as mulheres das classes média e burguesa

ser professora. É para as mulheres trabalhadoras, em situação de vulnerabilidade econômica, que o magistério surge como uma possibilidade de se manter sem a total dependência do marido ou de outros familiares. Sobre a configuração do trabalho docente como ocupação de mulheres de classes inferiorizadas, Magaldi (1992) nos esclarece que:

(...) a profissionalização da mulher proveniente dos segmentos sociais médios e dominantes, representada principalmente pela função de professora, era, naquele contexto social, uma hipótese remota, apenas admitida como solução em um caso de extrema necessidade muito imperiosa e, mesmo assim, significando quase que uma vergonha para a mulher ou a família que a adotasse (MAGALDI, 1992, p. 68).

Apesar de, nesse contexto, a profissão docente disseminar-se marcada por estereótipos de maternidade, exploração, alienação e precariedade, ela representou o primeiro passo dado por muitas mulheres da classe trabalhadora para obterem alguma instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional formal. Mesmo diante de tantas barreiras e preconceitos impostos pelas opressões do patriarcado e do capital, elas conseguiram acessar o espaço público e escrever a sua história na educação para além dos inúmeros estereótipos, transcendendo os papéis de docilidade, subserviência e mansidão.

Superando os discursos de vocação, filantropia e amor piegas, as mulheres trabalhadoras vêm crescentemente assim se inserindo no campo da educação: com intelectualidade, ousadia, inovação, vanguarda na luta pelos direitos humanos e autonomia crítica na promoção de debates e reivindicações por melhores condições de vida e trabalho.

Os desafios nesse sentido permanecem, todavia, plenamente atuais. O projeto de redução do ensino e da educação à instrução e ao treino técnico para o trabalho alienado continua em seu curso de precarização das condições de vida de homens e de mulheres pobres. Nesse roteiro, atualmente sob as mais novas feições de flexibilização de direitos, dominação financeira e dependência digital-tecnológica, são elas as que seguem sendo admitidas como exército de reserva à manutenção do poder capitalista e patriarcal.

A despeito da força e da resistência das mulheres, sobre a atualização do poder disciplinar do capital e do patriarcado, na insistência do desmonte e da desumanização das condições de vida da classe trabalhadora, pode-se afirmar que:

Não há dúvida de que tanto o patriarcalismo quanto o capitalismo não pouparam esforços para difundir e consolidar mais e mais as prerrogativas de suas ideologias, contudo é importante mencionar a atuação artilhada do “poder disciplinar” como instrumento reforçador dos ímpetus dominadores de tais ideologias, atualizando-as às tecnologias do tempo presente no exercício dessa dominação (SOUSA, 2017, p. 46, grifos do original).

O internamento ideológico-subjetivo da disciplina capitalista, como condição ou dispositivo de manutenção da lógica de ganho e produção da vida, mantém-se assim mediante as diferenças essenciais de gênero; ainda arrojando as mulheres, perante o mundo do trabalho de critérios e valores patriarcais, a regimes e representações de inferioridade. Ao analisar, mais especificamente em uma perspectiva de gênero, as permanências e as mudanças no âmbito das relações entre formação e trabalho nas primeiras décadas do século XXI, Hirata (2015, p. 07) aponta que “a despeito do melhor desempenho

escolar das mulheres em relação aos homens em quase todos os países industrializados, a situação de inferioridade das mulheres no mercado de trabalho permanece”.

Em decorrência dessa restrição é que se mantêm o desprestígio e a desvalorização tanto da docência quanto do trabalho doméstico remunerado, considerados ainda como as mais comuns portas de entrada das mulheres pobres e *desqualificadas* no mercado de trabalho.

Como observa Sousa (2017, p. 45), “poder, classe social e sexismo abrangem questões dolorosas, que implicam nas posições de inferioridade ainda preponderantemente relegadas às mulheres; algo que, apesar dos vigorosos esforços de libertários(as), progressistas e feministas, persiste intensamente na pauta da história recente”.

Portanto, ao mesmo tempo em que as mulheres tentam satisfazer as suas necessidades materiais e as de seus/suas familiares, ocupando as funções mais desprestigiadas a elas atribuídas pelo capitalismo patriarcal, elas (nós!) são as que mais seguem ampliando a mais-valia, isto é, a produção da riqueza com a intensificação da exploração de seu trabalho, de seus corpos, o assujeitamento de suas vontades e a diminuição direta de seus ganhos e salários. Afinal de contas,

(...) a questão de fundo que se esconde no patriarcado, no capitalismo e nas disciplinas é a que diz respeito ao lugar do sujeito na ordem produtiva do mundo, mediante o poder que se exerce sobre o corpo e as vontades da classe trabalhadora. Não se trata da demonstração do poder ou da imposição do poder, ou ainda da outorgação (*sic*) do poder. É o poder atuando por meio de uma anatomia que conforma, esculpe, ajusta os corpos, mas não para deles se apossar no sentido literal. (...) nesse

cenário, à mulher cabe procriar, cuidar e propiciar o seu e os demais corpos para esse fim. À mulher são bem-vindas as profissões “maternais”. À mulher, o espaço doméstico e a submissão. À mulher, o recato e o silêncio no lar e no mundo do trabalho (SOUSA, 2017, p. 45, grifos do original).

Desse modo, ao se inserirem no mercado de trabalho de forma mais vulnerável e precária, as mulheres atendem principalmente aos interesses econômicos do sistema capitalista, através da exploração de sua mão-de-obra e de seus corpos por critérios distintivos de gênero, mediante o recebimento de salários pífios e sem os mesmos direitos e garantias trabalhistas reservados aos homens.

1.3 Trabalho doméstico remunerado: analisando as relações patriarcais e capitalistas

O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão e, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é o lugar com o maior número absoluto de empregadas domésticas - entre mensalistas e diaristas - de todo o planeta, estando mais de setenta por cento delas em situação de informalidade ⁷.

A fim de que seja mantida uma vasta oferta de mão de obra barata, tal como a que se deseja para o trabalho domés-

⁷ De acordo com a OIT, em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os, das/os quais 92% eram mulheres. Apenas 42% dessas trabalhadoras contribuíam para a previdência social e só 29% possuíam carteira de trabalho assinada. Infimos 4% da categoria de trabalhadoras/es domésticas/os é sindicalizada. O número de crianças e adolescentes em situação de trabalho doméstico infantil no Brasil teve uma diminuição de 61,6% entre 2004 e 2015, passando de 406 mil para 156 mil, mas começou a aumentar veementemente de novo a partir do ano de 2017. Estima-se que hoje haja mais de 700 mil crianças e adolescentes em situação de exploração em residências de todo o país. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

tico, lugares como o Brasil planejam e fomentam uma ampla desigualdade social, a qual justifique e permita às classes mais abastadas a manutenção de privilégios, mediante a sistemática exploração das demais (em contínuo menoscabo e situação de vulnerabilidade socioeconômica).

Dimensionar a extensão do regime colonial moderno como base de formação e manutenção da sociedade brasileira é fundamental para a compreensão crítica da exploração da mão de obra feminina: situada como eixo de configuração estrutural de nossa realidade planejada e mantida em bases de desigualdade histórica e injustiças institucionais.

Apesar da independência e do fim do sistema escravista, a colonialidade segue presente nos pilares institucionais e nas tramas do cotidiano marcado por racismo velado/escancarado, sexismo, misoginia, elitismo, mandonismo, fisiologismo político, hegemonia da razão e dos valores eurocêntricos e desprezo pelos saberes e comportamentos de vida indígenas e africanos.

Compreendendo o contexto de exploração do trabalho doméstico e as questões de gênero, raça e classe aí interseccionadas, destacamos que na situação das mulheres latino-americanas o conceito de colonialidade nos ajuda a compreender melhor como as relações entre trabalho doméstico e desigualdade social são fatores que contribuem para que as mulheres, em especial as mulheres negras, sigam relegadas aos espaços de subalternidade e inferioridade.

Em 2017, o caso de racismo com a professora e historiadora Luana Tolentino, de Belo Horizonte, ganhou visibilidade nas redes sociais. Em seu trajeto para casa, ela foi gratuitamente abordada na rua por uma senhora de pele branca que, com a intenção de lhe contratar para serviços domésticos,

perguntou-lhe *se ela fazia faxina*. Com segurança, a professora respondeu: “Não faço faxina, faço mestrado”. Diante dessa situação, Luana comenta sobre o racismo estrutural que associa o trabalho doméstico à cor, à classe e ao gênero:

No imaginário social está arraigada a ideia de que nós negras devemos ocupar somente funções de baixa remuneração e que exigem pouca escolaridade. Quando se trata de mulheres negras, espera-se que o nosso lugar seja o de empregada doméstica, faxineira, babá e catadora de papel. Não importam os caminhos pelos quais a vida me leve, os espaços pelos quais eu transite, os títulos que eu venha a ter, os prêmios que eu receba (TOLENTINO, 2017, n. p)⁸.

A professora Luana Tolentino afirmou que já foi faxineira até os primeiros anos de sua graduação e que, ao responder à abordagem racista, não quis desqualificar a profissão de doméstica, mas questionar os estigmas que historicamente carrega pelo fato de ser uma mulher negra ⁹. Nesse sentido, não importam a sua qualificação, a sua posição, a relevância ou mesmo a excelência do que quer que ela faça ou do que quer que ela seja. *Ser uma mulher negra* chega à frente de tudo isso, e permite que um/a racista a interpele e a desrespeite em qualquer situação ou circunstância do cotidiano.

⁸ A professora e historiadora Luana Tolentino costuma escrever em suas redes sociais sobre feminismo, questões raciais e práticas pedagógicas. Por ocasião da abordagem que sofreu, ela chama a atenção para o racismo estrutural contra as mulheres negras em nosso país, como forma de questionar a sociedade e a herança cultural colonial do racismo e do sexismo (Cf. <https://www.instagram.com/luanatolentino/>. Acesso em: 22 de nov. de 2022).

⁹ Nessa mesma entrevista concedida à *Carta Capital* de julho de 2017, a professora Luana afirma não ter se sentido ofendida com a pergunta, “durante uma passagem da minha vida arrumei casas, lavei banheiros e limpei quintais. Foi com o dinheiro que recebia que por diversas vezes ajudei minha mãe a comprar comida e consegui pagar o primeiro período da faculdade. O que me deixa indignada e entristecida é perceber o quanto as pessoas são entorpecidas pela ideologia racista. Sim. A senhora só perguntou se eu faço faxina porque carrego no corpo a pele escura” (TOLENTINO, 2017, n. p). Leia mais em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/voce-faz-faxina-nao-faco-mestrado-sou-professora/>. Acesso em: 22 de nov. de 2022.

Refletindo sobre as relações coloniais que atravessam as formações históricas latino-americanas, Lugones (2014, p. 948, grifos nossos) assevera que “a tarefa da feminista descolonial inicia-se nela mesma, com ela mesma vendo e distinguindo as diferenças coloniais, e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de se apagar (a si mesma)”.

Afirmar-se, portanto, fora das perspectivas e expectativas coloniais (racistas, classistas e sexistas) é assumir uma postura descolonial. É também contribuir decididamente com a reconstrução de narrativas que foram silenciadas e de conhecimentos que foram subalternizados. É ainda desenvolver uma percepção singular para as/os sujeitas/os capazes de reconhecer, com propriedade, as suas trajetórias, mediante múltiplas dimensões e possibilidades de resistência contra as injunções todas de violência e exploração do capital e do patriarcado. É ir além da visão condicionante do regime colonial moderno, que segue racistamente rotulando determinados corpos, seus saberes e suas vidas, *como inferiores*.

Ainda na perspectiva de Lugones (2014):

É nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos (...). Conforme a colonialidade infiltra cada aspecto da vida pela circulação do poder nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da imposição de tributos, da introdução da propriedade e da expropriação da terra, sua lógica e eficácia são enfrentadas por diferentes pessoas palpáveis, cujos corpos, entes relacionais e relações com o mundo espiritual, não seguem a lógica do capital (LUGONES, 2014, p. 948).

Na dinâmica do sistema capitalista de bases coloniais, as

classes mais privilegiadas jamais abriram mão de tirar proveito das desigualdades de gênero, das desigualdades sociais e raciais também. A mão de obra feminina com baixa escolaridade, e sem experiência profissional, é intensamente inserida no mercado de trabalho desse sistema através da exploração do serviço doméstico informal e/ou mal remunerado.

Observe-se que, ainda que sejam recorrentes as crenças e as práticas patriarcais as quais seguem associando, em grande parte do mundo, o trabalho das mulheres às ocupações do lar, manuais, servis e de cuidado com as crianças, os homens e as pessoas idosas, Engels (1978) nos afirma que, nem sempre, elas estiveram submissas aos homens e ao grande domínio doméstico-patriarcal.

O que historicamente teria deflagrado as opressões e as desigualdades de gênero seria a origem da propriedade privada, especificamente mediante a nova forma de organização e ordenação familiar, mediante a qual a percepção do status da mulher, enquanto trabalhadora, passou a vigorar. É com a acumulação primitiva do capital que se finda a igualdade entre os gêneros e o trabalho feminino passa a ser internado no âmbito doméstico, controlado e subordinado à esfera privada do patriarcado.

De acordo com essa concepção de Engels (1978), a propriedade privada dos meios de produção ultimou a subordinação das mulheres ao poder masculino, o que se transmitiu às diversas esferas sociais subsequentes à família burguesa: na economia, na política, na cultura e, notadamente, na organização do trabalho. Notadamente no contexto colonial do sistema-mundo-moderno, as sociedades periféricas, (ex)dominadas e de origem escravocrata, intensificaram, ainda mais, essas matrizes capitalistas de submissão, exploração e violên-

cia generalizada contra as mulheres, sobretudo as negras, as mestiças e as mais pobres.

De acordo com um estudo do instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), no Brasil, o perfil do trabalho doméstico (sub)remunerado ainda:

(...) é caracterizado como uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio. Mais de 6 milhões de brasileiras/os dedicam-se a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, cozinheiras, motoristas, jardineiros/as ou quaisquer outros/as profissionais contratados/as para cuidar dos domicílios e das famílias de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres - em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda (BRASIL, 2019, p. 69- 70).

De fato, as mulheres negras sempre foram vistas como sinônimo de exploração laboral e manutenção do sistema econômico, sendo nelas *desnaturalizados* a dignidade humana e os traços de feminilidade, segundo o que usualmente ou comumente se espera como atributos apenas das mulheres brancas. Nesse sentido, para Pereira (2012), não é possível superar a herança do período escravocrata apenas com a regulamentação da profissão doméstica, enquanto subsistir na cultura brasileira a representação da mulher negra como criatura destituída de humanidade, talhada apenas para o trabalho e a servidão, em suas formas mais abusivas e alienantes.

O trabalho doméstico carrega um estigma social difícil de ser simplesmente compensado com aumento de salário ou garantias extraordinárias advindas de negociações formais ou informais. As discriminações estão

fortemente alicerçadas nos domínios culturais. Os processos de superação dos modelos tradicionais de organização, movidos pelas agências modernizadoras que impõem a questão da profissionalização, encontram obstáculos nos substratos ideológicos que contribuem para a naturalização do servir entre as mulheres pobres e, sobretudo, negras (PEREIRA, 2012, p. 105).

As raízes históricas dessa disposição têm, como dissemos, a sua origem na escravização, sobre a qual se assentam as bases de nossa formação histórica e sociocultural. Analisando as condições de trabalho e as desigualdades de raça e gênero mantidas como herança do período do tráfico e da escravidão de africanos/as no continente americano, Davis (2016) ratifica que:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 39).

Por aqui, a partir da década de 1940, devido à redução das importações durante a segunda guerra mundial, verifica-se um aumento do número de trabalhadores/as na indústria e na produção agrícola. A mão de obra oriunda das levas de imigrantes europeus, aqui ingressados/as entre o final do século

XIX e o início do século XX, mostra-se insuficiente e é só então, a partir desse período de urbanização e industrialização nascentes, que a primeira geração de ex-escravizados/as começa a relativamente se inserir no mercado formal de trabalho.

Nessa época se dá igualmente um aumento das reivindicações da classe trabalhadora, ocasião em que as mulheres também postulam a sua igualdade de direitos e garantias em relação aos homens. A legislação trabalhista é então consolidada pela primeira vez em nossa história, sistematizada com a criação da Justiça do Trabalho, em 1941, e com a promulgação da CLT, em 1943.

Vale ressaltar, no entanto, que em 1942 a associação das empregadas domésticas do Brasil, criada por Laudelina de Campos Mello, foi fechada pelo estado novo de Getúlio Vargas. A trabalhadora doméstica mineira é hoje referência da luta das mulheres negras e trabalhadoras, por tentar criar o primeiro sindicato de empregadas domésticas do país, em 1936, e por se empenhar aguerridamente na reivindicação pelos direitos e garantias das mulheres e da população negra no curso de toda a sua vida ¹⁰.

¹⁰ Dona Nina (1904-1991), como era mais conhecida pelas companheiras de luta, passou a atuar de forma mais intensa em movimentos populares, de cunho político e reivindicatório, especialmente depois de se filiar ao partido comunista brasileiro, em 1936. Neste mesmo ano, ela fundou na cidade de Santos/SP a primeira associação de trabalhadoras domésticas do país, fechada durante o estado novo e somente voltando a funcionar em 1946. Sua luta contra o racismo e o sexismo foi incansável. Posteriormente, a associação profissional beneficente das empregadas domésticas (APBED), por ela igualmente fundada em Campinas/SP, no ano de 1961, esteve em diversas frentes e lutas, em especial contra o preconceito racial. Mil e duzentas empregadas domésticas estiveram na inauguração daquela associação, em 18 de maio de 1961. No ano seguinte, Laudelina foi convidada para participar da organização de diversos sindicatos da categoria em outros estados, colaborando também com diversos movimentos negros e feministas. Para que a associação não fechasse, devido ao golpe militar de estado de 1964, Dona Nina aceitou abrigá-la na então união democrática nacional (UDN). A entidade acabou, contudo, se dissociando, depois que ela ficou doente em 1968, período em que se desvinculou temporariamente de todos os movimentos sociais. No ano de 1982, porém, por insistência de suas antigas companheiras, ela retornou à referida associação. Depois da promulgação da constituição de 1988, a associação se converteu em sindicato das empregadas domésticas (SED) e continuou a lutar em favor do direito das trabalhadoras, combatendo a discriminação da sociedade brasileira em relação ao trabalho exercido sobretudo pelas mulheres negras, exigindo melhor remuneração e igualdade de direitos sociais para todas as trabalhadoras domésticas. Laudelina, no entanto, morreu

Inobstante todos os esforços das mulheres negras, elas não receberam do estado brasileiro (nunca receberam!) o mesmo tratamento e os mesmos direitos conferidos às brancas. De fato, as reivindicações das trabalhadoras domésticas foram silenciadas no terceiro mandato do presidente Getúlio Vargas, que foi irônica e indebitamente consagrado como *pai dos pobres* e como responsável pelo desenvolvimento das leis trabalhistas no Brasil.

Ante essa medida ditatorial de cassar a liberdade de organização associativa e sindical das trabalhadoras domésticas, permaneceu garantida de forma tácita a continuidade da exploração da mão de obra feminina negra, com clara origem no escravismo e no patriarcalismo coloniais: mantidos como substrato axiológico e ideológico da sociedade brasileira e de suas instituições até os dias atuais.

Com ênfase, as classes dirigentes do país exigiam (ainda exigem) que as mulheres pobres, em sua maioria negras, se mantivessem semi-escravizadas na intensa labuta doméstica, sem nenhum reconhecimento, sem quaisquer garantias formais, sem respaldo legal e sem pagamento digno. O presidente que garantiu às mulheres o direito ao voto na década de 1930 (pauta das mulheres brancas progressistas da classe média) é, por isso, o mesmo que proibiu as trabalhadoras domésticas (negras, descendentes de ex-escravizadas) de exercer a democracia por meio da luta e da representação sindical.

sem que as condições de trabalho das empregadas domésticas fossem formal e materialmente equiparadas às dos/as demais trabalhadores/as. Somente no ano de 2015, vinte e quatro anos após a sua morte, e depois de muita luta dos movimentos sociais e das entidades de classe, é que veio a ser promulgada pela presidenta Dilma Rousseff a lei complementar nº 150/2015, que confere às trabalhadoras domésticas, não todos, mas quase todos os mesmos direitos inerentes aos contratos laborais das demais categorias de trabalhadoras/es. Vê-se, com isso, que passados mais de 135 anos da abolição oficial do trabalho escravo no Brasil, as conquistas sociais e o reconhecimento da dignidade das trabalhadoras domésticas seguia e ainda segue ao alvedrio da casa grande (Cf. *Quem foi Laudelina de Campos Melo, pioneira na luta por direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54507024>. Acesso em: 30 de nov. de 2022).

Saffioti (1978, p. 196), ao discorrer sobre trabalho doméstico e capitalismo, considera que a empregada doméstica é “vítima de uma exploração tipicamente mediada pelo modo de produção capitalista. Ela serve ao sistema na medida em que cria as condições para a sua reprodução”. Até a década de 1970, o trabalho doméstico era, com efeito, regulamentado e caracterizado como *atividade sem fins lucrativos*, o que diferenciava a sua *natureza* da dos demais tipos de trabalhos e contratos laborais.

Sob esse aspecto, “a qualificação em lei da atividade como “não lucrativa” - contrapondo-lhe a noção generalizada de complexidade e ganho material -, não apenas confirma a inexistência do lucro direto, mas atribui um sentido de marginalidade e inferioridade ao trabalho doméstico” (PEREIRA, 2012, p. 104, grifos do original).

Salientando que as lutas para equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas não são recentes e estão ainda longe de alcançar um termo ou patamar justo, Lima e Prates (2019) esclarecem que:

Em 2006 apenas foi editada uma lei que alterou a lei de 1972 e incorporou benefícios previstos na Constituição de 1988: os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) adquiriram direito a férias de trinta dias, estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho (LIMA; PRATES, 2019, p. 153).

Também de forma tardia, a proposta de emenda constitucional nº 72, popularmente conhecida como PEC das domésticas, foi promulgada em 2013, sedimentando a luta pelos direitos trabalhistas que foram negligenciados às empregadas e

trabalhadoras domésticas ao longo de toda a história do país: como salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho, aposentadoria por idade e tempo de contribuição etc.

Conforme as análises de Lima e Prates (2019, p. 150), “a PEC das domésticas afetou basicamente dois aspectos cruciais da subordinação imposta a essa categoria: a regulação da hora extra e do trabalho noturno, situação que afeta as empregadas que dormem no trabalho.”

Em 2015 é finalmente aprovada e promulgada a lei complementar nº 150/2015, que regulamenta a referida emenda, estendendo às trabalhadoras domésticas quase todos os mesmos direitos já garantidos aos/às trabalhadores/as em geral¹¹. Essa lei outorgou às empregadas o direito ao FGTS, seguro-desemprego, adicional noturno, de horas extras e de viagens. A conquista se deveu, principalmente, à mobilização das trabalhadoras, dos movimentos sociais, das ONGs, dos sindicatos e das entidades de classe, que participaram de seminários, audiências na câmara e senado e de intensas campanhas nas ruas, nas universidades públicas, nas mídias e nas redes sociais por vários anos a fio.

Na prática, até o ano de 2015, antes da promulgação dessa lei complementar pela então presidenta Dilma Rousseff, o trabalho doméstico era visto como um serviço que não agrega nenhum lucro ao empregador (patrão, pessoa física), não devendo por isso ser remunerado dentro das mesmas regras de

¹¹ A relação de trabalho no emprego doméstico é de pessoa física para pessoa física, não sendo considerada uma relação empresarial. Portanto, a empregada doméstica, mesmo com carteira de trabalho assinada, não tem direito ao abono salarial do PIS (programa de integração social), que é um fundo garantido pelo governo federal por meio do qual, na prática, o/a trabalhador contratado/a pela iniciativa privada deve receber um 14º salário. Outra peculiaridade é que, pelo fato de a empregada doméstica ter uma lei específica para tratar do seu seguro-desemprego, isso faz com que o valor do benefício seja diferente daquele previsto para os/as trabalhadores/as comuns. O valor do seguro-desemprego da empregada doméstica é único para todas as faixas de salário: R\$ 1.320,00 (valor de um salário mínimo atual).

uma atividade econômica.

A lógica da *troca de favores*, do *acolhimento da empregada doméstica sob o afeto familiar do grande domínio patriarcal* prevalecia, e ainda prevalece até os dias de hoje, fazendo com o que o estado não reconhecesse nem protegesse a relação de trabalho doméstica, conferindo à mesma uma natureza de prestação *intuitu personae*¹², sob a qual se presume que os vínculos afetivos se sobrepõem à cidadania e aos direitos sociais das trabalhadoras.

A lógica escravista, racista e sexista sob o teto do grande domínio da família patriarcal prevalece, *desonerando* o empregador de encargos sociais com *empregadas que são, por favor moral burguês e por caridade cristã, protegidas*, convertidas assim em *seres quase da família*.

A proteção trabalhista garantida às empregadas domésticas traz, de fato, um imenso descontentamento para a classe média do país, uma vez que esta costumava contratar as mulheres pobres para os cuidados da casa e da família através de relações quase que absolutamente informais e precárias.

Em conformidade novamente com os interesses da classe média e empresarial, atendendo as tratativas do golpe antidemocrático de 2016, a consolidação das leis trabalhistas foi modificada pela reforma trabalhista do governo de Michel Temer em 2017, que, através da medida provisória nº 808/2017, permitiu profundas flexibilizações e alterações na jornada de trabalho das empregadas domésticas, caracterizando novamente o trabalho doméstico no Brasil como mal remunerado, informal e precário.

Teorizando sobre a manipulação do trabalho doméstico,

¹² De acordo com o verbete do Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva (ACQUAVIVA, 2002, p. 486), a expressão latina *intuitu personae* implica em um motivo que determina a vontade ou o consentimento de certa pessoa para com outra, a quem quer favorecer, ou com quem contrata, atenta à consideração ou ao apreço que ela lhe merece.

Federici (2019, p. 247) considera que “o modo de produção capitalista pressupõe a existência constante de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras exploráveis.” Analisando, por sua vez, as heranças coloniais e as suas implicações entre poder e subordinação, Pereira (2012, p. 16) relaciona “a utilização do trabalho doméstico remunerado a um estilo de vida burguês, e aponta para as razões culturais mais amplas que contribuíram, ao longo dos anos, para a disseminação do serviço no Brasil”.

Desse modo, tanto no plano simbólico quanto no econômico, poder contratar uma pessoa para delegar funções pessoais e domésticas, desenvolver trabalhos manuais e de cuidado da casa e da família, significa exibir uma posição social de privilégio, como assim foi no período escravista. De acordo ainda com Federici (2019, p. 27), o verdadeiro *homem* que se beneficia do trabalho doméstico - através da subordinação da força de trabalho feminina ao sistema capitalista - é o estado.

Trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças - os trabalhadores do futuro -, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p. 68).

Ante essa conjunção perversa e estruturalmente adversa, a fim de garantir a sua independência, as mulheres se veem compungidas a assumir várias funções nos espaços públicos e privados. Como ainda bem nos esclarece Federici (2019, p. 68), quanto mais pobre a família, maior a escravidão a que a mulher estará submetida, não somente por questões econômicas, mas pelo machismo. Ao final, são tantos os papéis por elas assumidos, que não caberiam no substantivo singular *mulher*.

No entanto, a disposição em dinâmicas de vida, trabalho, cuidado e formação, com duplas, triplas jornadas, não lhes assegura, ainda dentro das atuais relações regidas pelo capitalismo patriarcal, o horizonte histórico à sua real emancipação. O que ainda vemos são a força e a capacidade de trabalho das mulheres pobres ser subvertidas ao improviso, aos expedientes de alienação, mitigação de direitos, exploração e invariável precarização.

Desse modo, podemos afirmar que, para a construção de uma nova ordem social, é inadiável a emancipação feminina de todos os estereótipos e supressões de gênero, o que só será possível por meio de relações que lhes garantam o efetivo respeito à vida, ao trabalho e à educação em condições de absoluta igualdade formal e material com os homens.



2. O *caminho das pedras*: as possibilidades das mulheres itapiunenses na educação e política

*Tinha uma pedra no meio do caminho,
no meio do caminho tinha uma pedra*
(Carlos Drummond de Andrade).

Neste segundo capítulo, iremos debater sobre o campo de nossa pesquisa, isto é, sobre as especificidades políticas e sociais do município de Itapiúna/CE, tanto quanto sobre os sonhos e os desejos que, entre as suas pedras pretas, nascem (e morrem?) para as mulheres itapiunenses. Buscaremos levar em consideração as diversas facetas que compõem a realidade do município, coadunando para compreensão do objeto de nossa investigação: as condições que incidem sobre a vida de mulheres que, mesmo com formação acadêmica na docência, têm sua principal fonte de renda com o trabalho doméstico e não na área da educação.

Para isso, exerceremos uma síntese da estruturação política do lugar e da tradicional atuação dos poderes executivo e legislativo municipais, bem como de sua relação local com a manutenção das assimetrias (dis)funcionais de classe e gêne-

ro. Interessa-nos o entendimento sobre a dinâmica das tradicionais vicissitudes que informam a condução da política local, que reduzem o lugar das mulheres itapiunenses a um *não lugar* ou que ainda perpetuam a ausência delas (a nossa ausência) nos espaços políticos, econômicos e educacionais de controle e decisão pública.

Para promover a densidade desse debate é necessário problematizar as memórias e as histórias locais, referenciadas oralmente nos depoimentos das interlocutoras de nossa pesquisa, pois:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1989, p. 08).

Nesse sentido, faremos uso da história oral, não apenas para evidenciar ou conferir lastro aos fatos e acontecimentos, mas também a fim de compor um campo metodológico mais democrático, na mesma medida em que consideramos as diversas fontes narrativas como igualmente importantes. Com suas experiências, sensibilidades, singularidades, resistências e trajetórias, os/as diversos/as ¹³ entrevistados/as contribuem, cada qual ao seu modo, para o nosso melhor entendimento acerca da atual composição política do cenário ou do

¹³ Entre as/os entrevistadas/os, temos professoras/es do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior, além de donas de casas. Entre estas/es, há pessoas negras, brancas, mulheres e homens. O seu critério de seleção se deu pelo fato de que todas/os têm experiências significativas no campo da educação, além de conhecerem bem a história local e a formação das estruturas e dinâmicas políticas de Itapiúna/CE.

campo que pesquisamos.

Além disso, todas/os elas/eles dão vida, impulsionam a pesquisa, à medida que seus depoimentos nos desvelam a complexidade do tecido social itapiunense. Trazem igualmente leveza, empatia e conhecimento de vida. Novamente, a fim de bem compreendê-las/los, se faz necessário problematizar as suas memórias, os modos como constroem a representação dos fatos. Neste fazer, preferimos omitir a identidade das/os entrevistados/as, nossas/os interlocutores/as, a fim de garantir que não sintam receio de futuras censuras, como forma de possível represália mediante a divulgação de nossa pesquisa.

2.1. Conjuntura política de Itapiúna nas primeiras décadas do século XXI

Para bem compreender o movimento da história e das/os sujeitas/os que a fazem, mais do que descrever o espaço físico e geográfico, situando-o no tempo e no contexto político e social, é imprescindível perceber as forças que nele atuam e como operam. Barros (2006), sob esse aspecto, nos escurece que:

Quando se diz que a História é o estudo do homem (*sic*) no tempo, rompe-se com a ideia de que essa mesma História deve examinar apenas e necessariamente o passado. O que ela estuda, na verdade, são as ações e transformações humanas (ou as suas permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período, mais ou menos longo ou curto (BARROS, 2006, p. 461)¹⁴.

¹⁴ Aqui o autor faz referência à tão citada definição de história como o *estudo do humano no tempo*, proposta por Marc Bloch, na obra *Apologia da História* (1997, p. 55).

Ao abordar os espaços produzidos historicamente como *campos de forças políticas e socioeconômicas*, a partir da concepção da nova geografia humana e do materialismo histórico, Barros (2006) ainda nos concede a seguinte metáfora:

Fabricar mercadorias (ou controlar a produção de mercadorias) é invadir um espaço, é adentrar esse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. Produzir ideias é se assenhorear de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos, por fim, implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras, limites e interdições que foram tão bem estudadas por Michel Foucault (BARROS, 2006, p. 475).

Para desenvolver a reflexão sobre esse espaço físico e simbólico, a propósito de suas mudanças e permanências, discutiremos aqui com moradoras/es de Itapiúna e funcionárias/os do serviço público sobre as conjunções e injunções políticas do município, para que também possam externar a sua visão e compreensão da realidade local - e do que nela há de peculiar -, notadamente quanto às relações do executivo e do legislativo itapiunenses com a população.

No campo de pesquisa da história oral, tão relevante ou mais do que os referenciais teóricos, são os/as próprios/as entrevistados/as que, partindo das suas experiências, observações e leituras diversas, vão nos ajudar - cada um/a a seu modo - a construir as análises em torno dos significados da construção de uma pesquisa interdisciplinar: envolvendo de-

sigualdades locais de classe, gênero e trabalho docente. Como discorre Portelli (1997b, p. 23) sobre o método da história oral, “somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante”.

2.1.1 Origem do município de Itapiúna e trajetória dos prefeitos municipais (1997 - 2022)

O município de Itapiúna está localizado na mesorregião norte-cearense do maciço de Baturité, a 135 km da capital Fortaleza. Segundo registros do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) do ano de 2022, o município surgiu como um povoado na segunda metade do século XIX, inicialmente denominado de fazenda Castro, em referência ao riacho que ainda corta a localidade. A origem do nome Castro, por sua vez, teria relação com o sobrenome da família de um grande fazendeiro, que ocupou a região desde o começo do século XIX.

Conforme Abul-El-Haj e Sousa,

A habitação, do então distrito de Baturité, teve um impulso decisivo com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, em 1872, como principal via de escoamento de algodão ao porto de Fortaleza. O plantio de algodão e seu beneficiamento, principalmente no distrito de Caio Prado, conhecido até 1938 por Cangati, foi outro fator importante na atração da população ao maciço de Baturité (ABUL-EL-HAJ; SOUSA, 2003 p. 260).

Por volta do ano de 1885, devido à construção da estrada de ferro de Baturité (o que lhe rendeu uma pequena estação ferroviária), o lugarejo passou a existir no mapa oficial do maciço, vivenciando um relativo desenvolvimento, o que lhe con-

feriu, inclusive, o status de distrito do município de Baturité, em 1912.

O distrito de Itapiúna desmembra-se politicamente de Baturité apenas em 1955, quando é elevado à categoria de município. Sua divisão territorial própria, a mesma até a atualidade, é composta pelos distritos de Itapiúna (distrito sede), Caio Prado (que também era distrito de Baturité), Palmatória e Itans.

Possuindo uma área de 585,68 Km², Itapiúna está localizada, como dissemos, a cerca de 130 quilômetros da capital do estado do Ceará, Fortaleza. De forma geral, em relação ao clima, relevo, fauna e flora, o município apresenta características similares às que temos no sertão nordestino: de formação cristalina, com terra seca, castigada pela estiagem intermitente, vegetação xerófita e escassez de recursos hídricos.

Itapiúna é o município mais ao sul do maciço de Baturité, extremando com a macrorregião do sertão central. Apresenta, também, uma região mais alta e fria em algumas épocas do ano, o que permite o cultivo sazonal de hortaliças. Entre outros aspectos, podemos dizer que a efervescência religiosa é uma das características do lugar, pois as igrejas católicas e evangélicas são responsáveis por diversas festividades e momentos de sociabilidade durante todo o ano: como festas de padroeiro, missões, festivais de prêmios, quermesses, louvores, jantares e almoços beneficentes.

Além das igrejas, há instituições como o CEACRI (centro de apoio à criança) e o projeto de ajuda familiar (PAF), que têm promovido atividades para a formação continuada de jovens e adultos, estimulando o protagonismo juvenil nas comunidades da sede e dos distritos de Itapiúna.

Para Amorim (2017), pesquisador itapiunense, desde an-

tes da luta pela emancipação do município, a elite econômica de proprietários rurais sempre esteve à frente da administração pública, prática que vem se perpetuando ao longo do tempo, e o controle das verbas e dos recursos públicos determina - num ciclo vicioso de dependência, indigência e clientelismo - os sinistros rumos políticos do município. O pesquisador complementa:

Esse fato reflete na vida cotidiana dos munícipes, seja porque estes veem, em alguns momentos, o “amparo” do poder público como a única via de se conseguir prover o sustento da família, ou quando simplesmente entendem-se como partes de um jogo de xadrez: onde, como peças, mesmo que eventualmente importantes, seguem à mercê dos jogadores (AMORIM, 2017, p. 48, grifos do original).

É importante salientar não só a dependência em que são estruturalmente mantidas as famílias carentes ante os *favores* da classe política, mas antes a perpetuação de uma verdadeira cultura de clientelismo e mandonismo nas relações com o poder público local, que na prática funciona como uma espécie de balcão de negócios e interesses das mesmas oligarquias de coronéis dos séculos XIX e XX.

Desse modo, essa pequena elite agrária e de poucos grupos de empresários segue assaltando o erário, as verbas, os recursos e as políticas públicas para a administração de seus interesses privados, e para a perpetuação da indigência e da dependência institucional das/os munícipes. Ainda que os *hombres públicos* que se revezam nos cargos municipais do executivo e do legislativo sejam apontados como gestores bem-sucedidos em suas empresas e vidas privadas, não precisando locupletar-se dos benefícios públicos, “o foco assistencialista

sobre o social apenas ajuda velhas figuras a intensificar características já historicamente enraizadas no município, a exemplo do clientelismo político” (AMORIM, 2017, p. 49).

Apreciando a sucessão dos gestores municipais de Itapiúna, do fim da década de 1990 até a primeira década dos anos 2000, Amorim (2017, p. 37) afirma que na política local “predomina uma verdadeira disputa de oligarquias, na qual apenas um ou outro grupo permanece alternadamente no poder por um longo período”. O que de fato prevalece na cultura política e, sobretudo, nas eleições do município é uma trama de narrativas e disputas, enredadas em intrigas familiares e pessoais, por argumentos mesquinhos e motivos cabotinos. Na prática, são os mesmos grupos familiares que se alternam, com candidatos que são títeres de velhos mandantes.

Tal ciclo só foi rompido temporariamente pela eleição do então deputado estadual Pedro Uchôa de Albuquerque, que renunciou o mandato de prefeito, passando o cargo para o seu vice, o senhor Raimundo Lopes Júnior, natural de Itapiúna e que ficou na prefeitura no período de 1997 a 2000, tendo sido reeleito para o mandato de 2001 a 2004. Não conseguindo este fazer seu sucessor, voltou mais uma vez ao cenário político local a família Clementino Ferreira, então representada pelo médico Felisberto Clementino Ferreira, que administrou o município no período de 2005 a 2008, sendo reeleito no último pleito municipal para os anos de 2009 a 2012 (ABUL-EL-HAJ e SOUSA, 2003, p. 271).

Para os autores, a vitória de Júnior Lopes¹⁵ e Pedro Uchôa

¹⁵ Júnior Lopes (Raimundo Lopes Júnior) já tinha sido vereador de Itapiúna entre os anos de 1992 e 1996, é sobrinho do ex- prefeito Zequinha Campelo. Ambos pertencem à família que antigamente tinha o controle sobre a produção de algodão na cidade, entre os anos 1950 e 1970. Na década de 1970, Júnior Lopes é contratado pela fábrica de confecção Del Rio, como auxiliar de escritório, depois

não retrata, porém, senão a aliança mais recente das classes médias urbanas locais (comerciantes) com as repaginadas elites estaduais (de cunho mais progressista e feição menos coronelista), dissidentes de velhas associações com figuras como Tasso Jereissati, Gonzaga Mota e Paes de Andrade (herdeiros políticos (in)diretos da ditadura militar no Ceará, justamente no período de transição à redemocratização a partir da década de 1980).

Essas *novas* configurações de alianças visam à garantia de uma mobilidade social ascendente, representada sobretudo nos setores e interesses de médios comerciantes e empresários, mas sem promover grandes transformações estruturais nem na composição dos quadros nem nas dinâmicas da política local, sem quaisquer compromissos sociais no combate à pobreza nem na melhoria das condições de vida da população. Ainda assim, o deputado Júnior Lopes consegue criar um novo reduto eleitoral no Maciço de Baturité e tem, desde então, mantido o seu mandato como deputado estadual.

Tais *mudanças* que, contudo, representariam o fim do ciclo de dominação política dos latifundiários do sertão cearense e a ascensão das classes médias urbanas, não alteram, conforme dito, o fundamento da velha lógica de dependência da população pobre e do tradicional clientelismo com o poder público. As *mudanças* são, portanto, apenas circunstanciais e não implicam em reformas substanciais da estrutural subserviência política e econômica.

De fato, os já citados autores apontam que, nesse quadro, houve apenas sucessões *modernizadas* ou atualizações pon-

chegou a dirigir o setor pessoal e, em 1989, participa da fundação da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Confeção do Estado do Ceará. Júnior Lopes nasceu no distrito de Caio Prado, onde seu pai possuía fazenda e casas. Com a total decadência do algodão, parte dos bens foi vendida e a família foi morar em Fortaleza, posto que sempre tenha mantido laços e influências em Itapiúna (Cf. ABUL-EL-HAJ; SOUSA, 2003).

tuais no quadro político-capitalista de atraso e dependência econômica do povo e do estado do Ceará. Abul-El-Haj e Sousa (2003) nos falam sobre a superficialidade dessas sucessivas ondas:

A primeira associada à decadência da antiga fazenda e à ascensão política de classes médias profissionais. A segunda iniciada com as eleições de 1996 e consolidada em 2000, com a derrocada dessas elites e o ressurgimento de parcelas modernizadas das antigas elites tradicionais. Não são mais pecuaristas nem plantadores de algodão, mas um novo quadro empresarial disposto a estabelecer as bases de uma economia capitalista de mercado no sertão cearense (ABUL-EL-HAJ; SOUSA, 2003, p. 287).

No que se segue dessa tendência, em 2013, Wauston Cavalcante assumiu a prefeitura de Itapiúna, então apoiado pelo ex-prefeito Júnior Lopes e pela propagação da ideia de que um *novo filho da terra* iria assumir o poder. Alguém oriundo de uma família de agricultores e tornado um empresário bem sucedido, dono de depósitos de construção em Itapiúna e em Capistrano/CE.

Mesmo sendo empresário, ele construiu uma imagem de homem simples, acessível ao povo, menos rude e insensível do que os coronéis e mandatários de antes, por supostamente conhecer a população e morar no município desde sempre. Promoveu-se então como alguém capaz de fazer algo pelo povo.

Num ensaio em superação ao antigo espectro mandonista e reacionário da política itapiunense, Wauston representava um empresário bem-sucedido e admirado pela população local, sem, no entanto, nenhuma experiência política, nem de gestão pública. Muitos o chamavam de *filho da terra*, amigo

dos/as agricultores/as e alguns passaram mesmo a comparar a trajetória política de Wauston com a do presidente Lula: por sua origem humilde e a perseverança em chegar ao cargo de chefe do executivo municipal.

Porém, no curso de seu mandato, ele sofreu muitos ataques e, principalmente, com a paulatina retirada e falta de apoio dos *poderosos* de Itapiúna e da região do Maciço. Em sua segunda candidatura, em meio a várias turbulências e isolado das oligarquias políticas locais, ele representou a continuidade da esperança em um novo cenário político, o suspiro de uma incipiente renovação da política local, sem que, porém, conseguisse se reeleger.

De fato, diferentemente de seus antecessores, Wauston Cavalcante não conseguiu se reeleger. Seu antigo apoiador foi, depois, o seu principal rival. Desse modo, é o também empresário Dário Coelho quem vence as eleições municipais em sua primeira candidatura. Em 2017, ele assumiu a prefeitura de Itapiúna como aliado dos velhos caciques e ex-prefeitos, Dr. Felisbesto e Júnior Lopes, conseguindo também, no fluxo da onda bolsonarista, garantir a sua reeleição em 2020. Nessas duas eleições, de ascensão conservadora e bolsonarista, Wauston é derrotado.

Ainda analisando essa conjuntura política, em entrevista a nós concedida em 25 de fevereiro de 2022, um professor da área de humanidades, conhecedor da história local e atuante no município, nos diz o seguinte:

Na verdade, Wauston se distanciou de parte de seus apoiadores e entregou sua gestão nas mãos de seu secretariado. Acabou se omitindo diante dos problemas locais, teve uma gestão marcada por críticas, principalmente de seus antigos apoiadores políticos e entusias-

tas de seu mandato. Problemas de atrasos na folha de pagamento dos funcionários municipais fragilizaram em muito o seu mandato nos anos finais. Júnior Lopes logo declarou apoio político a Dário e à antiga oligarquia política da família Clementino, indicando o vice para a chapa municipal. Foi motivado também pelo forte potencial econômico da campanha e, sobretudo, pela rejeição e o voto crítico à gestão de Wauston. A vitória de Dário, tido como forasteiro por seus adversários políticos, representa uma retomada da gestão pelas oligarquias locais e um novo desafio para a renovação política itapiunense (PROFESSOR 01, 2022)¹⁶.

Como se vê, as velhas oligarquias não deixam nunca de, por último, serem as verdadeiras mandantes do jogo político. Qualquer *novo* candidato que pretender avançar no *tabuleiro de xadrez* tem de necessariamente incensá-las e *render-lhes tributo*. Araújo (2010), observando esses fenômenos políticos da cidade, nos diz que:

(...) as ações políticas demonstram o quanto a dominação dos “donos do poder” consegue continuar influenciando vidas, mantendo-as sob seu jugo. Outro fator importante é a forma como se deu a sucessão dos prefeitos, que inicialmente foram pessoas do próprio lugar. Não obstante, é oportuno salientar que tais pessoas eram oriundas das famílias economicamente mais favorecidas, evidenciando que a atividade política seguia estritamente ligada às questões econômicas, já que seus representantes viveram o eterno jogo da luta pela manutenção do *status quo* e pela defesa dos seus interes-

¹⁶ O professor 01 é doutorando e professor da área de humanidades. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2022.

ses particulares (ARAÚJO, 2010, p. 30-31, grifos do original).

Dessa forma, *na sequência da movimentação de peças*, Júnior Lopes, Wauston Cavalcante e Dário Coelho, independentemente da cor e do lado em que estejam ou estivessem no *jogo de xadrez*, fazem parte da mesma reserva de médios empresários que, mais recentemente, acederam à representação do executivo itapiunense. Todavia não são eles, nunca foram eles, os que de fato *controlam o jogo político*. Diante disso, vê-se que há muito mais permanências do que mudanças nas regras e nas práticas da governança local.

Como veremos mais adiante, essa ingerência histórica e estrutural das mesmas elites políticas compõe o cenário de estagnação econômica e degradação social do município, não proporcionando à população nada além das mesmas promessas vazias de modernização e desenvolvimento local. Todavia, a conjuntura política e socioeconômica permanece fundamentalmente inalterada. Na cultura do *ganha-ganha*, do *toma lá, dá cá*, os gestores reproduzem, com ênfase, os mesmos vícios e vitupérios políticos das décadas passadas: controle pessoal do funcionalismo público, assistencialismo, clientelismo, manipulação dos programas e dotações federais, mandonismo e populismo.

2.1.2 O atual campo de trabalho para as mulheres itapiunenses

Desde o declínio da cotonicultura, ainda na década de 1970, como já descrevemos no primeiro capítulo, trata-se Itapiúna de um município estagnado economicamente. Nesse cenário que rescende a coronelismo em decadência e a remanescentes de elites falidas, as relações se cristalizam em torno

do diminuto comércio local e das dotações e pagamentos da esfera pública.

No que toca especificamente à situação das mulheres pobres, a situação se agrava em muito. Outro professor da área de humanidades, igualmente residente no município, em entrevista a nós concedida em 23 de fevereiro do ano de 2022, ao descrever o campo de possibilidades para as mulheres em Itapiúna, observa o seguinte:

Podemos observar que não há lugar de destaque para a mulher itapiunense nem na economia, nem na política municipal, de modo que elas não contam com praticamente nenhuma qualificação no local. A formação que elas têm é por conta própria. Podemos perceber que o capitalismo de mando masculino delega os setores de privilégios e poder somente aos homens, e os setores que não lhes interessam em nada são os que sobram para as mulheres. Mesmo assim, as mulheres fazem uma revolução silenciosa. Elas sempre estiveram bem presentes nas atividades agrícolas do município, seja plantando ou com a venda de ovos, verduras e animais de criação, e dali muitas tiram o sustento de suas famílias. Os maridos saem para vender em outras cidades, já a feira de Itapiúna tem presença majoritariamente feminina. Mães e filhas trazem os produtos das comunidades e são a maioria nos dias de feira. Na saúde, a maioria é de enfermeiras e nas lanchonetes, pequenas lojas, no trabalho doméstico, nos serviços gerais de limpeza da prefeitura e da educação elas também predominam, ainda que em funções subalternas (PROFESSOR 02, 2022)¹⁷.

¹⁷ Professor 02 da área de humanidades. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2022.

Para o professor, apesar das incontáveis restrições e obstáculos impostos pelo patriarcado, as mulheres de Itapiúna sempre procuraram ser independentes financeiramente, se qualificar, se formar e desempenhar diversas funções, embora a maioria delas ainda ligadas a profissões e funções subalternas e/ou de cuidado: como na agricultura familiar, na economia informal, nos serviços gerais e de auxiliar de enfermagem, por exemplo. Apesar de todo o machismo, elas conseguem ganhar visibilidade e garantir o sustento de suas famílias, retirando dos homens, *aos poucos*, o antigo papel patriarcal de provedores da família.

Em 2012, foi criado em Itapiúna o conselho municipal dos direitos das mulheres, a fim de desenvolver políticas sociais e debates sobre as condições de vida das mulheres, bem como combater a violência e a discriminação de gênero. Em 2015, dito conselho foi responsável pela primeira conferência municipal de políticas para a mulher, com o tema *mais direitos, participação e poder para as mulheres*.

Com o golpe de 2016, no entanto, o incentivo e as políticas públicas de promoção dos direitos e das lutas das mulheres foram, cada vez mais, perdendo a primazia, até que, naquele mesmo ano, o poder público encerrasse as atividades do referido conselho. Na verdade, a entidade não pôde mais se manter ativa nem capaz de articular ou resolver as demandas das mulheres, como: transporte para as feirantes, criação de uma delegacia regional da mulher e investimento na qualificação profissional feminina, considerando a diversidade do público e as necessidades das mulheres itapiunenses. Ainda para o ano de 2022 houve a promessa do atual gestor municipal de reativação do conselho municipal dos direitos das mulheres de Itapiúna, o que até agora não se concretizou.

Atualmente, a secretaria de trabalho e assistência social (SETAS) é a única responsável em promover ações de proteção social básica, através do centro de referência de assistência social (CRAS). Os serviços ofertados nas unidades do CRAS são: proteção integral à família (PAIF) e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV). Esses programas mantêm-se como serviços de acompanhamento, que visam direcionar as famílias assistidas a participar de planos assistenciais, conforme orientação da política nacional de assistência social (PNAS), da lei orgânica de assistência social (LOAS) e do sistema único de assistência social (SUAS).

Sobre as atividades proporcionadas especificamente para o público feminino, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e o serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), da secretaria do trabalho e assistência social de Itapiúna (SETAS), têm se limitado à doação de *kits* de natalidade para as gestantes e a oferecer palestras e cursos de artesanato, culinária e lapidação (de pedras artesanais e decorativas). Nos finais de anos, promovem também bailes de debutantes e festas de confraternização, com motivos como *os anos dourados* (tema da festa promovida pelo PAIF e pelo SCFV a todas as mulheres assistidas no ano de 2021) e *uma noite em Las Vegas* (tema da festa oferecida às debutantes da sede do município em 2019).

Não deixamos aqui de reconhecer a importância dessas ações, mas não podemos igualmente deixar de notar que a concepção e a proposição desse tipo de *política de assistência e ação social*, voltada para as mulheres pobres de Itapiúna, carregam a marca da institucionalização do sistema colonial de gênero, normatizando interesses de classe e privilégios econômicos, por meio da perpetuação do assistencialismo e

da subalternização das mulheres. Conforme analisa María Lugones (2014):

O longo processo de subjetivação dos/as colonizados/as em direção à adoção/internalização da dicotomia *homens/mulheres* como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado por meio da redução das mulheres à condição de assistidas pelos homens e suas instituições (LUGONES, 2014, p. 943, grifos nossos).

Podemos observar no direcionamento das mulheres a atividades como *artesanato* e *culinária* e a temas como *anos dourados* e *uma noite em Las Vegas* a reprodução de um padrão cultural que mantém, de forma profícua e perversa, a subordinação econômica e a alienação em suas bases de gênero. A formulação e a execução desse tipo de proposta não questionam nem muito menos resolvem quaisquer crises ou problemas relativos às desigualdades e às injustiças sociais (nas quais se fundam a produção capitalista em suas dicotomias de gênero, raça e classe).

Quando, por exemplo, oferecem um curso de *culinária* ou de *estética corporal* especificamente para mulheres e/ou atividades que exijam ou primem pela delicadeza, a emotividade e o cuidado, os serviços da secretaria municipal não fazem senão reproduzir as expectativas de gênero inerentes às matrizes da dominação masculina. Tais propostas e práticas preconizam, com ênfase, as superestruturas ideológicas de dispositivos capitalísticos e patriarcais, como algo elaborado a partir de padrões universalizantes, falocêntricos e opressores, com interferências intensas e diretas sobre a subjetividade e a personalidade das mulheres.

Para a filósofa Judith Butler (2010):

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade, verdadeiras ou permanentes, também são constituídas como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2010, p. 201).

O que, portanto, em sua aparente naturalidade, é evidenciado como *habilidade feminina* (a ser potencializada como índice de efetivação de uma política) é, na verdade, o resultado de sistemáticas injunções performáticas: quanto ao fazer-se e apresentar-se como mulher nos diversos campos da vida social, política, econômica e ideológica. É também resultado material do atravessamento dos discursos, dispositivos e atuações de poder, como produção e controle das atividades generificadas e condizentes a cada corpo, raça, classe, posição e função social.

Sempre que se determinam ou privilegiam estereótipos, efetiva-se a tentativa de se negar a individuação dos/as cidadãos/ãs, de se desabilitar os seus modos e comportamentos de vida, de se desacreditar as suas histórias e trajetórias pessoais e familiares, em circunstância à classificação de seus papéis de gênero e classe social. Consequente e incoerentemente, isso faz com que as/os sujeitos/as assimilem, muitas vezes sem perceber, mesmo os padrões que os/as desprezam e excluem, em favor da manutenção da ordem social e dos privilégios de outrem.

Sobre as oportunidades de crescimento e formação para

as mulheres pobres de Itapiúna, a entrevistada *Mulher de Itapiúna*¹⁸ nos respondeu em 12 de março de 2022:

Aqui, quando a prefeitura oferece cursos pras mulheres, é pra aprenderem a fazer bolo, doces e salgados. Deviam ser ofertados outros cursos profissionalizantes e não de bolo ou de crochê. Eu queria que aqui tivesse cursos de auxiliar de escritório, farmácia, laboratório, odontologia, contabilidade e informática. Eu acho que a mulher pode atuar onde ela quiser, o que impede a gente é a politicagem, é a mesquinhez dos poderosos. Aqui já teve mulher que foi diretora do hospital, de escolas e secretária municipal, mas ainda são muito poucas (MULHER DE ITAPIÚNA, 2022).

Vê-se que a entrevistada tem a consciência de que as mulheres têm aptidão para atuar em diversas áreas e funções, e que, de certo modo, ela nega a visão estereotipada das profissões femininas (posta em destaque na distorcida oferta das políticas municipais de qualificação *para mulheres*). Tencionamos dizer que a entrevistada expressa uma visão que descoloniza as políticas de gênero, na medida em que abjura a oferta de tais cursos que, culturalmente, seguem internando as mulheres na subalternidade. Caberia às políticas públicas municipais de ação social, ao contrário disso, fomentar o acesso das mulheres a novas formações e oportunidades, provocando, para tanto, questionamentos sobre o padrão universal de *ser mulher e submissa* ao patriarcado.

A partir de suas experiências e observações ante as sucessivas gestões itapiunenses, especificamente no que concerne à não efetividade das políticas públicas e ao clientelismo que

¹⁸ A *Mulher de Itapiúna* já trabalhou em um órgão da prefeitura municipal de Itapiúna, tem três filhos e mora com o marido no distrito de Caio Prado. Entrevista concedida em 12 de março de 2022.

aparelha as relações da administração municipal, a *Mulher de Itapiúna* (2022) exclama:

No tempo do Júnior (prefeito Júnior Lopes), o lema da administração era *o povo na administração*, foi quando a gente viu o povo daqui começar a trabalhar, a ter alguma oportunidade. A gente conhecia os secretários, eram todos daqui, a gente falava com eles, antes e agora são tudo de fora. Mas isso foi por pouco tempo. Itapiúna é uma cidade de gente talentosa, mas que não tem oportunidade. Tem artistas, tem pintores, artesãos, poetas da terra e diversos profissionais. Nos últimos anos, a saúde melhorou, não falta médico e tem carro pra o hospital. A maior dificuldade é a falta de trabalho, falta fonte de renda e a violência que está crescendo. Eu acho que deveriam ser feitos um concurso e uma fábrica para melhorar a renda do município. A maior fonte de renda daqui é a prefeitura e as pessoas que têm mais oportunidade são as do grupo político que está no poder no momento. Não importa se é homem ou se é mulher, se tem amizade eles deixam você trabalhar na área em que a pessoa está especializada. Mas se não tiver amizade você não consegue nada! Aqui não se vê muito a capacidade, se vê é o lado político. Por isso, as pessoas não votam por consciência, votam por obediência e dependência.

Vale observar, no entanto, que o prefeito que foi eleito mediante o lema *o povo na administração* não realizou concurso público na sua gestão, e manteve a mesma relação de dependência, clientelismo e subalternidade com a sua base eleitoral. Para ter, portanto, oportunidade de trabalhar temporariamente nos empregos disponibilizados pela prefeitura, a regra,

na verdade, nunca mudou: clientelismo. “Se não tiver amizade, você não consegue nada!” (MULHER DE ITAPIÚNA, 2022).

A prefeitura sempre foi a maior fonte de renda local e de proventos para a população de Itapiúna, isso não mudou desde o ciclo do algodão. O que o aludido gestor fez foi dar oportunidade a algumas pessoas da cidade a assumirem cargos ou chefias executivas, como, por exemplo, a direção do hospital, além de algumas secretarias municipais, ainda que durante um curto período em seus mandatos, entre os anos de 1997-2000 e 2000-2004.

Em seguida, a entrevistada constrói, de forma cronológica, uma inesperada e espontânea metáfora familiar-patriarcal a respeito da atuação das primeiras-damas na gestão municipal. Vale ressaltar que esse olhar para as primeiras-damas foi uma análise inteiramente inopinada por parte da interlocutora, que fluiu livremente na hora de sua entrevista.

Não houve, portanto, nenhum tipo de indução de nossa parte para tratar de qualquer protagonismo ou ausência das primeiras-damas nos quadros ou na atuação administrativa. Jamais esperaríamos essa ponderação da interlocutora, mas decidimos mantê-la e considerá-la, tendo em vista a sua significação quanto à distorção que prepondera sobre a percepção das mulheres no seio do clientelismo falogocêntrico e das relações político-familiares de lastro patriarcal.

Eu acho que o prefeito é como um pai e a primeira-dama uma mãe. A população é como se fosse os filhos deles, tudo como uma família. Quando um ajuda o outro, quando tem apoio deles, todo mundo tem mais sucesso. Quando tem uma primeira-dama que tem garra e gosta de trabalhar com o público, a administração tende a ser um sucesso. A primeira-dama conta muito em uma ges-

tão. Quer ver?! A Madalena (esposa do Júnior Lopes) era muito popular, dava muitas coisas ao povo. Foi quando o povo veio conhecer o que era uma secretaria de ação social; a Conceição (esposa do Wauston Cavalcante) era apagada politicamente. Ela sempre dizia: “eu não sou primeira-dama, eu “estou” primeira-dama”. Então deixou os outros secretários atuarem. Já a Ginna (esposa do atual prefeito Dário Coelho) não é muito de dar as coisas, mas ela gosta de promover eventos, como a festa do município (alusiva à emancipação política), o *natal de luz*, a festa do ABC e do 9º Ano, os bailes de debutantes, tudo é ela que faz (MULHER DE ITAPIÚNA, 2022, grifos nossos).

A compreensão demonstrada pela entrevistada, no que atine à participação feminina na política, condiz inteiramente com o papel e as expectativas de gênero mantidas pelo patriarcado com relação às mulheres: de simples consortes de seus maridos. Em sua fala, as primeiras-damas não teriam um *papel secundário nos assuntos públicos* porque representariam a *garra das mulheres* que fazem a diferença na gestão *junto aos seus homens*. Vê-se que, sob esse aspecto, ela atribui a essas mulheres as qualidades conciliadoras e maternas para administrar, especialmente quando diz: “Uma mãe é sempre mais zelosa, cuidadosa e habilidosa, assim também é uma primeira-dama” (MULHER DE ITAPIÚNA, 2022).

Ela acredita, então, que a harmonia na administração vai depender da capacidade das primeiras-damas em consentaneamente serem as *mães do povo pobre* e as *grandes mulheres por detrás dos bem-sucedidos homens públicos*, sendo elas *decisivas* para o bom desempenho de seus maridos à frente da administração municipal. Essa seria a sua representação ideal

quanto à competência de se ser mulher atuante na política.

Destacamos que a imaginação em torno da compreensão de gênero e da atuação política por parte de nossa interlocutora, uma senhora de cinquenta anos de idade e que viveu a vida inteira em Itapiúna, confere multiplicidade às hipóteses de nossa investigação, ao mesmo tempo em que amplia os limites da memória mediante a utilização das fontes orais na pesquisa social. Nesse sentido, Pollak (1989) observa que:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. (...) a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1989, p. 04).

A memória da entrevistada reflete, pois, as suas concepções de organização pública e político-social, em consonância com a hegemonia dos critérios dicotômicos e patriarcais de gênero, nos quais são internadas as suas referências e os seus comportamentos de vida. Se para ela o lado positivo de se ter uma mulher *com garra* (como cônjuge do administrador) consiste nas doações e nos eventos que ela promove junto à população mais pobre, percebe-se como lhe são ainda entranhadas a cultura do clientelismo e da subalternidade das mulheres da classe trabalhadora.

De acordo com o professor Amorim (2017), essa cultura

de promoção do clientelismo, do assistencialismo e da utilitariedade dos recursos e serviços públicos como balcão de benefícios à disposição de aliados políticos sempre se deu por intermédio das intervenções diretas e/ou indiretas da ação social do município. Tal intermediação na distribuição de favores e benefícios é, por seu turno, tradicionalmente vista como uma agência das primeiras-damas: o que, de fato, se apresenta como nota característica da política itapiunense.

Um aspecto que merece atenção e análise é a articulação de todos os setores da administração municipal com a assistência e a ação social, privilegiando as movimentações coordenadas pela primeira dama do município. Assim como merece também atenção o fato de que todas as secretarias sofriam certo patrulhamento da secretaria de ação social, quando se tratava de atender às solicitações coletivas ou individuais dos cidadãos. Necessariamente, as ações de impacto precisavam passar pela secretaria de ação social, superdimensionando as atividades da mesma. Não foi por acaso que a primeira dama do município (também secretária de ação social) logo foi chamada, por populares, de *Santa Madalena*, com demonstrações de carinho e admiração que cresciam proporcionalmente às filas que se formavam semanalmente em seu local de trabalho (AMORIM, 2017, p. 82).

A política assistencialista desenvolvida pela gestão municipal cria assim alguns mitos para o imaginário coletivo, entre eles a imagem de que uma boa gestão deve manter sempre relações familiares e de amizade com o povo, mesmo que essa situação gere uma constante manipulação e dependência das pessoas. Como ainda afirma Amorim (2017, p. 78), “o foco so-

bre o social apenas vai ajudar a intensificar características já historicamente enraizadas no município, a exemplo do clientelismo político”.

É fato que a entrevistada também aponta a necessidade de se realizar concurso público no município, porém o gestor Júnior Lopes e a *sua* primeira dama, Madalena Lopes (que ficaram na memória coletiva como os que valorizaram os *filhos da terra*), não proporcionaram a realização de nenhum concurso em dois mandatos consecutivos, mantendo assim o ciclo de dependência dos/as seus/suas eleitores/as na postulação/re-
novação de contratos de emprego temporário, principalmente junto às secretarias de educação e saúde do município.

2.1.3 O clientelismo e os seus efeitos políticos em Itapiúna/CE

Podemos asseverar que o clientelismo é um tema que ecoa nas produções acadêmicas relacionadas ao município de Itapiúna. De acordo com Nunes (2003), o clientelismo tende a ganhar força em sociedades politicamente marcadas pela desigualdade social e a exclusão econômica, onde as relações são pautadas por critérios pessoais, utilitários e de manutenção de privilégios de grupos e setores específicos, em detrimento do interesse público e das pessoas mais vulneráveis.

Monalisa Lima Torres (2018), por sua vez, caracteriza o clientelismo como uma “troca entre agentes que ocupam posições desiguais na esfera social e política” (2018, p.19). No cenário itapiunense, essas trocas se dão principalmente mediante o comércio de interesses e favorecimentos pessoais, mas também por meio do *oferecimento de vagas* na prefeitura, encomendadas e garantidas por vereadores e prefeitos em

troca de fidelidade eleitoral. Esse costume se estabelece como nefasta cultura politqueira do lugar, sendo a educação uma das secretarias mais prejudicadas por tal prática.

O município de Itapiúna tem de fato as suas práticas políticas invariavelmente marcadas por relações e dinâmicas clientelistas, estabelecidas mediante a negociação de interesses pessoais, em detrimento do atendimento das políticas públicas àqueles/as que realmente delas necessitam ou que melhor a elas fariam jus. No tocante à ocupação e à indicação de cargos e funções públicas é onde mais se denota essa prática.

Araújo (2010), ao investigar sobre a trajetória de formação e profissionalização de professoras leigas do município, apresenta as seguintes considerações quanto às causas históricas da cultura política ainda vigente em práticas de abusos e desmandos:

(...) no que se refere à história política local, é importante salientar os traços de um sistema que marcou toda a história nacional: referimo-nos ao fenômeno do coronelismo, existente desde o Brasil Colônia, tornado regra na realidade do Império e preponderantemente atuante na maior parte do período republicano até os dias de hoje. O fenômeno fica explícito na medida em que ainda hoje as ações políticas demonstram o quanto a dominação dos “donos do poder” consegue influenciar vidas e decisões públicas, mantendo-as sob seu jugo. Outro fator importante é a forma como se deu a sucessão na prefeitura, inicialmente ocupada apenas por pessoas do próprio lugar. Não obstante, é oportuno salientar que tais pessoas eram oriundas das famílias economicamente mais favorecidas, pertencentes às elites rurais, evidenciando que a atividade política estava estritamente liga-

da às questões econômicas, já que seus representantes viveram o eterno jogo da luta pela manutenção do status quo e pela defesa dos seus interesses particulares (ARAÚJO, 2010, p. 30-31, grifos do original).

Amorim (2017), professor de história e pesquisador da contribuição do método autobiográfico para a formação de professores/as que concluíram o curso de licenciatura em pedagogia, ofertado numa parceria entre a universidade estadual do Ceará (UECE), o núcleo de educação continuada à distância (NECAD) e o município de Itapiúna/CE, entre os anos de 1999 e 2002, também pontuou algumas características socioeconômicas do município, no início dos anos 2000, como índice de fragilidade e suscetibilidade à exploração pelas velhas práticas políticas originadas com o coronelismo.

Em todos os dados socioeconômicos apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do ano 2000, documento produzido pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), Itapiúna, entre os 184 municípios do Estado do Ceará, figura na casa dos 40% mais carentes; mais precisamente, de acordo com este índice, o referido município ocupava a posição 119º (IPLANCE, 2002). No âmbito político-administrativo, relevante em municípios pequenos, em que a população convive diretamente com seus representantes políticos, isso quer dizer que a população vive com grande dependência do poder público municipal, o que faz valer a máxima de que quem realmente precisa do estado é a população pobre (AMORIM, 2017, p. 49).

A pesquisa em comento demonstra ainda que a vitória nas eleições municipais depende da relação entre troca de favo-

res e indicação a cargos públicos, além do controle político dos recursos e serviços públicos por interesses familiares e utilitários. Tal fórmula implica na permanência das condições de vulnerabilidade e dependência de boa parte da população, ademais da exclusão dos grupos e setores não-alinhados à vigente prática de assalto político e ideológico.

Seibel e Oliveira (2006) definem, nesse sentido, o clientelismo como uma continuada ação de deturpação política, consistente na troca entre sujeitos que demandam um serviço de caráter público, o qual provavelmente não poderia ser obtido por meio do mercado, e outros que administram ou têm controle e acesso àqueles que decidem sobre a concessão desse serviço.

As relações clientelistas conjugam assim as condições de precariedade na vida da população mais pobre e a contumaz utilitariedade das elites políticas, em negociações as quais não correspondem nem às expectativas da população nem ao atendimento do interesse público. Depois de eleitos, os grupos e as coalizões vitoriosas selecionam o *seu pessoal* para manter o funcionalismo público ao serviço de seus interesses e mapear os votos das próximas eleições municipais e estaduais, ferindo os princípios da legalidade e da impessoalidade nas seleções e contratações públicas e colocando a eficiência do serviço em um plano absolutamente secundário.

Logo, podemos observar que o clientelismo não se mantém somente em decorrência das condições de pobreza e vulnerabilidade da maior parte da população, mas também como fator de captação de expectativas e benefícios pessoais. Desse modo, são muitos os obstáculos para a mudança dessa cultura de dependência, haja vista a ausência de consciência, de coibição e repressão por parte de órgãos como o ministério pú-

blico, a justiça eleitoral e os tribunais de contas, e de políticas que efetivamente promovam a igualdade e o real exercício da cidadania e da democracia.

Ao tratar da lógica das ações político-administrativas do município de Itapiúna, no final da década de 1990 e início do século XXI, Amorim (2017) considera que:

Um fato importante em Itapiúna é a crença, por parte de muitos agentes públicos ligados a grupos e partidos políticos, de se esperar das lideranças políticas a alternância no poder, a resolução dos seus problemas e interesses pessoais, atribuindo-lhes uma responsabilidade que não lhes cabe, passando, por isso, a ressentir-se quando seus pleitos são negados, retirando o seu consentimento para o exercício do poder político em circunstâncias inesperadas (AMORIM, 2017, p. 98).

Nos dias atuais, o balcão de negócios e a troca implícita de favores são, portanto, o que ainda vigora na administração pública municipal, haja vista tratar-se de uma conjuntura estrutural e fundante de nossa ordem social e de nossa cultura política. A maior preocupação dos gestores tem sido, assim, desde sempre, com o controle e a manutenção do poder, como mostram as nossas entrevistadas, e não a solução para as demandas recorrentemente apresentadas pelo eleitorado.

Contribuindo para a compreensão do cenário político de Itapiúna, a professora 01¹⁹ nos fala como são ali tratadas as professoras temporárias e de como ela mesma acabou, na prática, desistindo, ou tendo de associar a docência a outras ati-

¹⁹A professora 01 (como assim a chamamos) preferiu terminantemente omitir o seu nome. A mesma considerou relevante a pesquisa e se comprometeu a compartilhar a sua visão e as suas experiências conosco, ressaltando bem, todavia, que não fizéssemos qualquer menção nem inferência à sua identidade. Durante alguns anos, ela foi professora do município e atualmente ainda trabalha no magistério, mas agora se dedica mais à venda autônoma de vários produtos. A entrevista foi concedida em 12 de dezembro de 2021.

vidades:

Itapiúna é um município que precisa de investimento em muitos aspectos. Parece até que o município já foi mais desenvolvido no passado. Hoje em dia não tem espaços de lazer, nem investimento na cultura e nos empreendedores locais. As possibilidades de trabalho são escassas. Vejo mulheres que são formadas trabalhando como garçonetes e atendentes em lojas. As mulheres geralmente trabalham como domésticas, em mercantis, ou vendendo pratinhos de comida e bolo na rua ou na prefeitura. Como aqui não tem empresas, fábricas, fica todo mundo correndo pra prefeitura. Itapiúna escraviza as professoras, não valoriza nem um pouco essas profissionais. A pessoa passa quatro anos trabalhando e se o prefeito dela perder, ela sai, além de receber muito pouco. Ainda bem que eu saí da prefeitura, porque se eu ainda trabalhasse lá, como coordenadora ou professora, eu nunca ia crescer. Eu ia sempre ser vista como aquela pessoa que recebeu um emprego do prefeito ou do vereador. Eu também sei ganhar dinheiro fora da sala de aula e me tornei empreendedora pelo lucro também, mas principalmente porque acho que empreendedora e professora são duas profissões que casam muito bem. A professora é aquela que conquista os alunos e quer ver a realização do potencial deles. Ela aposta em algo que às vezes nem eles mesmos acreditam. A empreendedora também aposta em um potencial que pouca gente vê. Então me sinto realizada fazendo as duas coisas. Eu mesma já trabalhei os três turnos, e sei que essa é uma realidade do Ceará todo, e que não dá mais pra mim (PROFESSORA 01, 2021).

A falta de valorização e reconhecimento profissional da classe docente não é, porém, uma marca apenas do município de Itapiúna. Para todo o estado, como afirma a entrevistada, há de fato a necessidade de mobilização da categoria do magistério, em favor de sua luta por reconhecimento e valorização profissional, através de sindicatos e representações de outras entidades.

No ano de 2010, o Ceará figurava “no ranking dos mais baixos salários pagos à categoria docente. Levando em consideração apenas os estados nordestinos, o Ceará ocupava então a quarta pior posição, ganhando apenas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco”. Como destaca a matéria do jornal diário do nordeste, de 07 de abril de 2010, o/a professor/a cearense ainda tinha o quinto pior salário do país. Os dados apresentados foram baseados no levantamento da análise comparativa salarial das/os professoras/es das redes públicas estaduais no Brasil ²⁰.

A lei federal nº 11.738/2008, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecia então o piso salarial profissional nacional (PSPN) para o magistério público da educação básica a partir do ano de 2009. Entretanto, somente no ano de 2022 o então governador do Ceará e ministro da educação do atual governo Lula, Camilo Santana, anunciou a sanção da lei para o reajuste do piso do magistério estadual e a garantia do percentual de 33% de reajuste acima do piso nacional.

A correção salarial e o pagamento de precatórios devidos ao magistério cearense (em decorrência dos anos em que a categoria não recebeu o piso) foram, contudo, fruto da longa e árdua luta das/os profissionais da educação, na garantia do

²⁰ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/professor-do-ce-tem-quinto-pior-salario-do-pais-1.64063> Acesso em: 4 de abr. de 2022.

repassa do novo fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (FUNDEB). Não se tratou, por isso mesmo, de nenhuma benesse do governo do petista.

No âmbito municipal, somente onze prefeituras no Ceará tinham confirmado, até fevereiro de 2022, o pagamento do reajuste salarial de 33% às/aos professoras/es ²¹. Os municípios foram: Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo, Fortaleza, Capistrano, Assaré, Milagres, Mauriti, Nova Olinda e Santana do Cariri. Mais uma vez, Itapiúna se omitiu do compromisso de valorização do magistério, composto, em sua grande maioria, por mulheres contratadas temporariamente. Mulheres que são, muitas vezes, as provedoras do sustento de seus lares e familiares.

O que agrava ainda mais a situação delas no município é a falta de segurança nas relações de emprego, gerada pelos recorrentes atrasos nos pagamentos (sempre abaixo do piso) e principalmente pela temporariedade dos contratos: que têm como principal critério para serem firmados e renovados *a compra e a venda* de votos nas eleições municipais. Nesse *jogo* não há qualquer preocupação com a qualidade do serviço nem muito menos com a desvalorização das/os profissionais em

²¹ Ao anunciar o reajuste, as prefeituras nada mais fizeram do que atender aos pressupostos da lei federal nº 11.738, de 2008, que por sua vez apenas regulamenta uma disposição já prevista na constituição federal e na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). A lei nº 11.738/2008 é, de fato e de direito, uma conquista histórica das/os profissionais da educação e foi sancionada ainda no primeiro governo do presidente Lula. A legislação estabelece ainda que os reajustes devem ocorrer anualmente no mês de janeiro. Entretanto, somente no ano de 2022 foi que o piso salarial profissional nacional para o magistério público da educação básica (PSPN) teve a maior e mais efetiva correção desde o surgimento da lei do piso, e isso só aconteceu em decorrência de outra conquista das/os defensoras/es da educação: a aprovação do novo fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) constitucional. De acordo com a atualização do referido fundo, prevista na emenda constitucional nº 108, a contribuição da união aumentará gradativamente, até atingir o percentual de 23% dos recursos que formarão o Fundeb em 2026. Pela primeira vez na história, esse percentual saltou de 3,5% para 15%, no ano de 2022. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/74579-ceara-11-municipios-anunciam-reajuste-de-33-24-para-os-profissionais-do-magisterio> Acesso em: 02 de mar. de 2022.

exercício, sobretudo as/os da educação.

Vale salientar que tanto os/as profissionais contratadas/os quanto as/os que têm vínculo efetivo - além, evidentemente, das crianças - sofrem, diante disso, com as consequências da precarização do trabalho docente. Sobra para as professoras temporárias a necessidade de ir buscar emprego também nas cidades vizinhas, devido à baixa remuneração em Itapiúna, ou aceitar a enorme sobrecarga de trabalho (em Itapiúna mesmo) para complementar a renda mensal.

Para ajudar a compreender os aspectos sórdidos dessa situação no município, vamos observar o que nos diz a professora 02 ²², que faz parte do quadro docente do ensino fundamental de Itapiúna:

Hoje a gente escuta muito aquela frase *lugar de mulher é onde ela quer*. Eu acredito nisso e acho que as mulheres veem na educação essa oportunidade de mudança, de ocupar diversos espaços. Não é só ser professora, mas ocupar qualquer cargo, nessa e em outras áreas. Eu gostaria de ver no município a valorização dos professores. Seria interessante cumprir os aumentos que são conferidos à categoria, pra se ter uma melhor qualidade de vida e trabalho, e a gente não precisar tá buscando outros empregos pra retirar um valor x. Eu trabalho em vários locais e, aqui e acolá, a gente vai encontrando algumas pedras no caminho, e essas pedras a gente vai juntando e fazendo a nossa estrada. As pessoas até

²² A professora 02 é pós-graduada e veio morar em Itapiúna após a aprovação em seleção pública, em 2018, para a vaga de professora da rede estadual com contrato temporário. Nos finais de semana, ela dá aulas em faculdades privadas. Na entrevista, ela descreve como foi a sua experiência de assumir a docência em Itapiúna. Convocaram-na para ensinar em uma comunidade de difícil acesso, a fim de que ela desistisse da vaga, mas ela fez questão de continuar, apesar das adversidades (como ter de atravessar o rio cheio para ir dar aulas). Somente depois de um ano a remanejaram para outra escola mais próxima da sede e que igualmente tinha carência de docentes na sua área. Entrevista concedida em 01 de março de 2022.

perguntam se eu não tenho filho e marido (eu não tenho), pra poder dar conta de tanta coisa, como se isso me impedisse. No município, eu sinto que faltam investimentos na segurança pública e na valorização da cultura. Falta a valorização do *quem sou eu e de onde vim*. Vejo as pessoas com enorme potencial, aqui tem muitas artistas, e isso não é valorizado, nem no setor econômico nem no educacional. As mulheres que são empreendedoras, que vendem comidas ou frutas, ou artesanato, só são incentivadas pela família ou pelo CEACRI (centro de apoio à criança) (PROFESSORA 02, 2022).

Não queremos aqui construir um discurso de vitimização ou resignação dos/as professores/as, mas perceber o significado do lugar que ocupam, e como a colonialidade do poder (de classe e de gênero) se expressa na política e no trabalho com a educação em Itapiúna. Além disso, interessa-nos perceber como os/as sujeitos/as resignificam as hierarquias do poder que regem a sociedade em que estamos inseridos/as. Isso é algo muito importante. Certamente, o magistério não é um lugar de passividade, já que, ao mesmo tempo em que *são subordinadas/os*, as/os professores questionam, buscam ações e representações sindicais e produzem conhecimento, além de outros trabalhos e movimentações como via de superação de suas condições adversas de vida e trabalho.

Entretanto, inobstante todos os esforços, a injunção histórica dos fatores de opressão e supressão de direitos segue produzindo-se e atualizando-se em formas e dinâmicas estruturalmente elitistas, racistas e sexistas, desarticulando na base a resistência e a luta das/os professoras/es. Tecendo uma crítica sobre o intercruzamento das relações clientelistas e privatistas do capital neoliberal com a luta das/os trabalhadoras/

es em superação à relativização de garantias e direitos públicos, Seibel e Oliveira (2006) pontuam que:

O neoliberalismo retraduziu esse sistema, secundarizando o princípio do direito e afirmando o mérito e a necessidade como princípios orientadores. No cenário brasileiro, testemunhou-se, assim, o retorno do privado em detrimento do (frágil) público, como lógica que organiza o acesso à proteção social. A inserção desse movimento não encontrou maiores resistências, uma vez que se identificou com o conteúdo e as práticas clientelistas, já cristalizadas profundamente nas relações políticas (SEIBEL; DE OLIVEIRA, 2006, p. 143).

Para Dardot e Laval (2016, p. 322), não são só as ações do estado e do empresariado que ora são norteadas pela racionalidade neoliberal, originalmente colonial e egoísta, de verve elitista, racista e sexista. Na prática, são todos os sujeitos e agentes que passam a, simultaneamente, ser internados e guiados por uma espécie de lógica empresarial e competitiva, segundo a qual não deve prevalecer mais nenhum sentimento ou consciência solidária, já que “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial”.

Essa racionalidade opera nas bases ou nas matrizes de formação da subjetividade das pessoas, em suas percepções, valores, relações e concepções de mundo. Praticamente todas passam a gerir a sua vida como a uma empresa, cada uma torna-se como que *empreendedora de si mesma*, inteiramente responsável por seu sucesso ou fracasso individual, sem mais o apoio de quaisquer garantias do estado, sem mais referenciais comunitários nem de lutas nem de ideais sociais, obstinadas apenas na garantia de seu bem-estar individual.

Caso não vençam na vida, foi pela falta de habilidade em gerir e atingir metas, sem que consigam mais olhar nem se importar com as reais condições de acesso às oportunidades de educação, trabalho, cultura, lazer, saúde etc, ao mesmo tempo em que praticamente *naturalizam* todas as situações de desigualdade, violência cotidiana e injustiça social. O sistema capitalista e suas facetas criam, então, algumas ilusões, como a de que *toda mulher é guerreira, é forte, pode ser empreendedora e vencer na vida*.

Conforme podemos perceber, cultivada nessa lógica, não há na gestão municipal de Itapiúna qualquer preocupação em melhorar as condições de vida e trabalho do magistério, profissão em que há uma expressiva maioria feminina, e, desse modo, impulsiona-se - ainda mais - a precarização programada das posições sociais das mulheres. Ainda assim, elas escrevem as suas histórias de resistência e luta contra o estrangulamento das relações de classe, gênero e clientelismo, que evidenciam a colonialidade do poder através das diversas formas de exploração e dominação da mão-de-obra feminina.

Em outras palavras, a negação dos direitos interfere diretamente na subjetividade das mulheres, que são alvo estrutural da colonialidade do poder. Ainda assim, elas continuam a resistir, conforme o que se depreende das palavras da professora 02: “Eu trabalho em vários locais e, aqui e acolá, a gente vai encontrando algumas pedras no caminho, e essas pedras a gente vai juntando e fazendo a nossa estrada”.

Na visão de Lugones (2014):

A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os signi-

ficados e a organização social, estruturados pelo poder (LUGONES, 2014, p. 942).

As mulheres docentes resistem, assim, por dentro, nas microrrelações do cotidiano. Buscam se reinventar, como sujeitas, como corpos políticos e classe profissional - para além das organizações sindicais -, nas manifestações em redes sociais e nas ruas. Prova disso são as diversas movimentações e passeatas que organizaram pelo pagamento dos precatórios ²³, entre os anos de 2019 e 2021.

Além disso, elas nutrem o desejo de vencer, de não desistir facilmente de nada e ocupam outros espaços, todos os espaços que podem, como também ganham mais visibilidade nos debates do município. Elas não ficam, agora, confinadas no lar, ao passo que precisam sair para trabalhar (trabalhar cada vez mais!), para vender seus produtos, se formar e garantir outras oportunidades de emprego e renda nos municípios vizinhos. Elas não aceitam “a redução ativa das pessoas”, como nomeia Lugones (2014) ²⁴. A batalha por igualdade e equiparação salarial, de gênero e de classe é escrita como práxis de emancipação social na labuta diária, nos diversos espaços em que diuturnamente elas atuam e se destacam.

²³ Os precatórios pagos às/aos professoras/es a partir de 2021 têm a sua origem em ações judiciais promovidas por estados e municípios contra a união por discordâncias nos repasses de fundos educacionais. São devidos, portanto, de verbas remanescentes e não repassadas do extinto fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF). Em 2019, o sindicato das/os servidoras/es de Itapiúna conseguiu o bloqueio dos precatórios do FUNDEF nas contas da prefeitura. Mesmo com diversas manifestações em prol do pagamento, as/os professoras/es de Itapiúna só receberam os seus precatórios no final de 2022. Disponível em: <https://fetamce.org.br/sindicato-de-servidores-de-itapiuna-consegue-bloqueio-de-precatorio-do-fundef/> Acesso em: 01 de mar. de 2022.

²⁴ “Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de dominação de poder e gênero, mas também expressar o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a algo menos do que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939, grifos nossos).

2.2 Poderes legislativo e executivo: analisando os campos de força e atuação feminina no município de Itapiúna/CE

Gláucia Holanda Ferreira, professora de história na rede estadual e pesquisadora da trajetória e da atuação das mulheres na câmara municipal de Itapiúna, entre os anos 1996 e 2008, observa que:

(...) desde 1957, quando Itapiúna foi emancipada, foram os homens que ocuparam os cargos de comando. As mulheres deveriam exercer apenas o seu papel de rainhas do lar. (...) Foram muitos os homens que escreveram seus nomes na galeria dos ilustres escolhidos para ocupar uma cadeira no legislativo municipal. Então, por muito tempo, foram somente eles que ditaram as regras, formularam as leis, construíram a história oficial do município, ocupando os tronos do poder, negando a presença que teimava em aparecer: a presença feminina, que só em 1997 tornou-se visível, com o ingresso das primeiras vereadoras itapiunenses na câmara municipal. A entrada das mulheres na política pública de Itapiúna só se deu, portanto, em 1997, com a eleição de Claudia Rejane Almeida Maciel (1997 a 2000), Maria Aurineide Gonçalves Ribeiro (1997 a 2004) e Edimar Martins da Cunha (2000 a 2008) (FERREIRA, 2010, p. 32).

Nas eleições seguintes a 2008, o cenário político infelizmente retrocederia a quase os mesmos patamares anteriores de hegemonia masculina. Apesar de ter havido um aumento no número de candidatas ao pleito municipal, nenhum resultado posterior ao período que é retratado na pesquisa da professora Gláucia traz mudanças significativas na estrutura e na composição patriarcal dos cargos representativos do poder le-

gislativo local.

Nas eleições municipais de 2012, aparece o nome de dez mulheres candidatas a vereadora, mas somente duas são eleitas: Claudia Freitas (PP) recebeu 733 votos, com o apoio dos empresários da família Mendes, de Itapiúna, e Érika Medeiros (PDT), filha da ex-vereadora Edimar Martins, foi eleita com 369 votos. Ambas, contudo, só exerceram um único mandato na câmara do município.

Em 2016, somente Naraline Costa Antenor (MDB) é eleita para o cargo de vereadora. Com o apoio de familiares e empresários da cidade, a candidata conseguiu ser eleita com 542 votos, tendo também exercido só um mandato na câmara do município.

Atualmente, o poder legislativo municipal de Itapiúna é composto por dez vereadores e apenas uma vereadora. A atual vereadora Yara Barros é do Partido Social Democrata (PSD) e disputou as eleições municipais pela primeira vez em 2020, tendo sido eleita com 850 votos. A vereadora eleita é irmã do igualmente vereador Francisco Alberto Leite Barros Filho.

Albertim, como é conhecido em Itapiúna, teve seu primeiro mandato de vereador em 2013. Em 2017 ele conseguiu se reeleger e em 2020 lançou a sua candidatura a prefeito, ficando em terceiro lugar na concorrência com o prefeito reeleito, Dário Coelho, e com o segundo colocado, Wauston Cavalcante, que também já tinha sido prefeito (2013-2016). *Albertim* e Yara Barros são filhos do ex-vereador e empresário Francisco Alberto Leite Barros, conhecido como *Branquinho*, que esteve na câmara de Itapiúna entre os anos de 2001 e 2004.

Diante dessa sinopse eleitoral, é fácil verificar que as candidaturas e os pouquíssimos mandatos femininos em Itapiúna representam, de fato, apenas a extensão do domínio reprodu-

zido pelo poder patriarcal das famílias da elite local, que pretende manter sob o seu controle a rotatividade no legislativo e, simultaneamente, burlar as atuais cotas eleitorais de gênero, de candidaturas, orçamento de campanha e representação partidária feminina no poder legislativo²⁵.

No que concerne à composição do poder executivo, não há praticamente diferença nenhuma. Itapiúna nunca teve uma mulher, sequer interinamente tampouco como vice, à frente da administração municipal. Os quadros de secretarias (atualmente quatro, administração, desenvolvimento rural, cultura, trabalho e assistência social) são tradicionalmente ocupados por homens; à exceção da assistência social, que - como dissemos - costuma ser de maneira estratégica ocupada pela *primeira-dama* (como é agora, sendo a atual secretária a Sra. Ginna Kittéria Coelho, esposa do prefeito Dário Coelho).

A pífia representação das mulheres nos poderes executivo e legislativo em Itapiúna revela as marcas de uma cidade conservadora, que preserva e reproduz os costumes patriarcais e excludentes, deixando as mulheres sub-representadas no cenário político partidário e silenciando as suas expectativas e necessidades (muitas vezes incompreendidas pelos homens que estão no poder), como creches e melhores oportunidades

²⁵ Historicamente alijadas da vida política, as mulheres conquistaram o direito ao voto muito mais tardiamente do que os homens. No Brasil, isso aconteceu apenas no ano de 1932. A quantidade de mulheres no poder legislativo permanece, portanto, em decorrência deste e de inúmeros outros fatores estruturalmente sexistas e misóginos, significativamente menor em relação à de mulheres na sociedade. Como forma de corrigir esse problema de enorme distorção e sub-representatividade, o Brasil tem tentado adotar regras eleitorais que visam aumentar a participação e a presença feminina na política, bem como a quantidade de mulheres candidatas e eleitas em eleições proporcionais, isto é, aquelas para as casas legislativas (câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais e congresso nacional). Atualmente, a Lei nº 13.165/2015, produto final da mais recente reforma político-eleitoral, prevê que os partidos obrigatoriamente empenhem recursos nas campanhas de candidatas, como forma de garantia da cota de representatividade, a qual deveria ser de minimamente 30% de mulheres parlamentares em todas as casas legislativas. A imensa maioria dos parlamentos de todo o país, incluído o congresso nacional, estão, contudo, muito distantes dessa composição mínima de 30% de parlamentares mulheres e os partidos políticos, por sua vez, têm recorrentemente exercido manobras criminosas para burlar e manipular as cotas de candidaturas de mulheres e o empenho de orçamento em campanhas das candidatas.

de qualificação e formação profissional. Em outras palavras, o ato de eleger sempre sujeitos masculinos inibe a participação feminina no campo político, restando na sociedade a promoção da equidade de gênero.

Todavia, esse não é um problema localizado, pois,

(...) segundo um estudo coordenado pelo programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD) e pela ONU Mulheres, com o apoio da organização IDEA Internacional, o Brasil é um dos últimos países na América Latina em relação aos direitos e à representação feminina, ficando em 9º lugar entre onze países. A baixa representatividade pode ser comprovada pela análise da ocupação por mulheres nos legislativos e executivos municipais. De acordo com o perfil dos municípios brasileiros (MUNIC, 2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2018, 4.908 prefeituras eram ocupadas por homens e 662 por mulheres. Ou seja, as prefeitas representavam apenas 11,9% do total²⁶.

Diga-se que o município de Itapiúna conta com uma população de homens ligeiramente maior do que a de mulheres. São 9.086 homens (50,93% do total) e 8.755 mulheres (49,07% do total), conforme mostram os dados do último censo populacional publicado pelo IBGE (2022)²⁷. Essa proporção populacional não corresponde, porém, à proporção eleitoral. Ou seja, a maioria do eleitorado do município é constituída por mulheres, conforme registra o tribunal superior eleitoral

²⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/08/presenca-das-mulheres-na-disputa-por-espacos-de-poder-ainda-e-timida>. Acesso em: 20 de fev. de 2022.

²⁷ Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios_20230622.pdf. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

²⁸. Elas estão, contudo, muito longe de contar com uma representação proporcional ou ao menos equitativa nos quadros da política local. Tenha-se em vista que a maioria esmagadora dos cargos de chefia é ocupada por homens brancos, que seguem naturalizando a ausência das mulheres nas representações e no controle das decisões públicas.

Em 2008 pela primeira vez uma mulher concorreu às eleições municipais para o cargo de prefeita. A professora de história da rede estadual de ensino, Ângela Maria Sousa Barros, disputou as eleições de Itapiúna pelo partido dos trabalhadores (PT) contra quatro candidatas já conhecidos nos sucessivos pleitos eleitorais. A professora ficou em 5^o lugar na disputa, atingindo o total de 592 votos. O candidato a prefeito então eleito foi o médico Felisberto Clementino Ferreira, do partido da social democracia brasileira (PSDB), com 4.108 votos. Felisberto era irmão do ex-prefeito e também médico, Joaquim Clementino Ferreira.

De acordo com o professor 03, atuante no município na área de linguagens e suas tecnologias, igualmente engajado no cenário político local, a indicação da professora Ângela Barros para o pleito municipal de 2008 se deu pelo fato de que:

Ela era uma pessoa de destaque na escola estadual da sede do município (E.E.E.M. Franklin Távora) e também foi uma gestora respeitável do Centro de Apoio à Criança, desde a década de 1980. Sempre foi uma servidora íntegra, que nunca se envolveu em corrupção, apesar de ter gerido muitos recursos. E embora se relacionasse bem com todos, nunca teve esse perfil de *ser política*

²⁸ De acordo com o tribunal superior eleitoral (TSE), em Itapiúna o número de eleitoras corresponde a 7.943 e o total de eleitores é de 7.729. Disponível em: Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Acesso em: 10 de out. de 2022.

(PROFESSOR 03, 2022, grifos nossos) ²⁹.

Ainda de acordo com o professor 03, simplesmente o fato de ter sido indicada uma mulher como candidata à prefeita e a mesma ter disputado o pleito, isso não implica necessariamente que haja havido promoção da igualdade de gênero na política municipal. Na sua percepção, prevaleceu o reconhecimento da capacidade individual da professora em gerir os bens e os recursos públicos com competência e sem improbidade administrativa, garantindo assim o atendimento adequado às demandas sociais sob a sua responsabilidade.

Além desse fato, não houve, por assim dizer, em nenhuma composição, um esforço verdadeiro, nem do PT (nem de nenhuma das legendas e coligações em seus diretórios locais) tampouco de qualquer outra força ou entidade política, no sentido de buscar uma representação mais proporcional entre homens e mulheres para as candidaturas em Itapiúna.

Prevaleceu, no caso da professora Ângela e de sua campanha, apenas o reconhecimento de uma liderança feminina bem consolidada no município, sem qualquer compromisso, além disso, de se promover ou reconhecer outras lideranças de mulheres que sempre existiram e que continuam invisíveis e sem voz no meio popular.

Ao final, o entrevistado faz a ressalva de que, “embora ela se relacionasse bem com todos, nunca teve esse perfil de *ser política*”. Depreende-se disso que, a despeito de reconhecer na candidata as condições de uma boa representante municipal, capaz de gerir com eficiência a esfera, o interesse e os recursos públicos, sem manipulações ou práticas corruptivas, persiste na opinião do entrevistado a inferência de certa impropriedade

²⁹ Entrevista concedida para esta pesquisa pelo professor da área de linguagens e suas tecnologias, atuante na rede estadual do município. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2022.

de ou inépcia no perfil da mulher candidata, como se ela fosse incapaz ou não tivesse força o insuficiente para fazer frente à truculência da tradição política local. A ideia de que a então candidata não detém ou não detinha o perfil de *ser política* nos faz questionar um pouco dos estereótipos de gênero que insistentemente recaem sobre a mulher que *se aventura* em um campo ou em espaço *que não seriam os seus*.

Do que disso se resume, pode-se dizer que o partido dos trabalhadores tentou - em certa medida - romper com os padrões da política machista local, mas falhou em indicar apenas uma mulher, deixando de reconhecer as condições e de incentivar o potencial de outras tantas mulheres, passada mais de uma década da última disputa eleitoral em que apresentou uma candidatura feminina.

Diversos fatores misóginos e conservadores, à época, também devem ter impedido uma votação mais expressiva para a professora Ângela, como a falta de credibilidade da população ao ver uma mulher, pela primeira vez, candidata à prefeitura, além da própria fragilidade do partido dos trabalhadores no município, que não consegue alcançar uma maior adesão ou simpatia da população, permanecendo sempre com uma pequena percentagem da votação municipal.

Outro fator determinante desse acabrunhamento se deve por igual ao fato de o domínio patrimonialista da elite política local ancorar-se ideologicamente em preceitos bastante conservadores, que com veemência disseminam ideias e sentimentos de ordem racista, classista e sexista, poderosamente contrários a todos/as aquelas/es que se opuserem aos seus desmandos.

Nobre (2017), ao delinear um panorama sobre os limites da democracia brasileira, assevera que:

O Brasil tem histórico de democracia tardia e oscilante, com ciclos longos de processos ditatoriais e instituições políticas frágeis. Com esse histórico de autoritarismo, a sociedade brasileira não conseguiu alcançar o patamar devido da cidadania burguesa (*sic*), e sequer preservar de forma mais ou menos igualitária as liberdades e os direitos de todos. Em consequência, a disputa pelo poder continua ancorada no domínio patrimonialista da elite política e econômica. Isto é predominante nos momentos eleitorais, mas se estende ao exercício do poder político em geral. Nas duas situações prevalece a realização de interesses egoístas e predatórios com o fundo público (NOBRE, 2017, p. 438).

No âmbito nacional, mediante complexas e questionáveis alianças e coalisões, o partido dos trabalhadores conseguiu, no entanto, lançar a candidatura de Dilma Rousseff³⁰ em 2010 e, pela primeira vez na história do país, uma mulher foi eleita para ocupar a presidência da república. Dilma Rousseff integrou o cenário feminino que, de maneira inédita, comandou politicamente algumas das mais importantes nações da América Latina no curso dos anos 2000 e da década de 2010: no Chile, Michelle Bachelet governa de 2014 a 2018; na Argentina, Cristina Kirchner teve seu primeiro mandato de 2007 a

³⁰ Eleita duas vezes presidenta da república, em eleições populares livres, diretas e democráticas, em 2010 e em 2014, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a governar o Brasil. Antes, ela ocupou secretarias no governo municipal de Porto Alegre, no governo do Rio Grande do Sul, no ministério de minas e energia e na casa civil da presidência da república, durante os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Natural de Belo Horizonte/ MG, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947. Foi presa, torturada e teve os seus direitos políticos cassados pela ditadura militar. Quando o país foi redemocratizado, denunciou todas as torturas, abusos e violências de que foi alvo em processos judiciais, sendo indenizada pela secretaria de direitos humanos do Rio de Janeiro, junto com outros perseguidos políticos. Dilma Rousseff integrou a equipe que elaborou a proposta de governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Eleito presidente, Lula a nomeou ministra de minas e energia, ocasião em que ela também assumiu a presidência do conselho de administração da petrobras. Cf. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil> Acesso em: 03 de fev. de 2022.

2011 e o segundo de 2012 a 2015; no Panamá, Mireya Moscoso assume de 1999 a 2004; e, na Costa Rica, Laura Chinchilla governa de 2010 a 2014.

A presidenta Dilma foi empossada em 1º de janeiro de 2011, ocupando o posto de 36ª presidenta da república. Nos primeiros anos de seu mandato houve plena continuidade e expansão das políticas progressistas e de programas sociais do governo Lula. Apesar de todas as apostas contrárias e das desconfianças machistas e conservadoras do empresariado patriarcal, ela alcançou altos índices de aprovação e popularidade.

Em 2014, ela ganhou então a sua segunda eleição presidencial, em uma acirrada e desleal disputa com o candidato do PSDB de Minas Gerais, Aécio Neves. A campanha à reeleição sofreu fortes ataques ideológicos e reacionários, muitos de cunho sexista, elitista e misógino. Todo o processo caracterizou-se como muito árduo e polarizado, ainda que tenha se mantido, dentro do mínimo possível institucional, conforme as regras do jogo democrático.

Em 1º de janeiro de 2015, portanto, ela já assumiu o segundo mandato politicamente enfraquecida, muito em decorrência das massivas campanhas misóginas e de ódio de que foi alvo por parte de seus opositores e adversários, além de uma crise econômica aguda e de inúmeras denúncias orquestradas, as quais atingiram a ela e aos partidos que a apoiaram.

A partir de fevereiro de 2015, os seus índices de popularidade entraram em declínio e começaram as manifestações conhecidas como *panelaços*, ouvidas desde as varandas dos edifícios da classe média e seguidas dos pedidos de *impeachment*. Em dezembro de 2015, o então presidente da câmara dos deputados, o condenado por corrupção passiva e lavagem

de dinheiro Eduardo Cunha (MDB/RJ), deu curso a um dos processos que pediam o *impeachment* da presidenta Dilma e, em 12 de maio do ano de 2016, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o senado autorizou a abertura do referido processo, determinando o afastamento de Dilma da presidência da república.

Todas as evidências jurídicas e históricas, além da sua mais recente absolvição das supostas *pedaladas fiscais*³¹, apontam, contudo, para o fato de que a deposição da presidenta democrática e legitimamente eleita duas vezes pelo voto popular tratou-se, na verdade, de um golpe político, parlamentar, jurídico e midiático, regado ideologicamente a ódio de classe, *fake news* e muita misoginia.

A despeito de toda essa vergonha de nossa história mais recente e do retrocesso abissal que se seguiu em todas as áreas do direito e do interesse público, representado pelos anos de profunda crise institucional do (des)governo de Jair Messias Bolsonaro (PL/DF), entre os avanços políticos mais recentes na promoção da cidadania e no combate ao sexismo nas esferas de poder, destacamos a aprovação no senado, em junho de 2021, e a atual tramitação na câmara dos/as deputados/as do projeto de lei nº 1.951/2021, que estipula uma porcentagem mínima de 30% de mulheres parlamentares efetiva-

³¹ Por unanimidade, em 22 de agosto de 2023, o tribunal regional federal (TRF) da 1ª região decidiu pelo arquivamento de uma ação de improbidade administrativa contra a presidenta Dilma Rousseff no caso das supostas *pedaladas fiscais*, arquitetadas pelos golpistas como fulcro ou lastro jurídico de ilegalidade que culminaria com o seu afastamento da presidência. Os desembargadores mantiveram a decisão do ministério public federal (MPF), de setembro do ano passado, pelo arquivamento do processo de investigação civil referente às supostas irregularidades nas transações de crédito entre o tesouro nacional e instituições públicas financeiras, como o banco nacional de desenvolvimento econômico e social (BNDES), o banco do Brasil e a caixa econômica federal no ano de 2015. As alegadas manobras fiscais embasaram então o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Antes disso, no entanto, ainda em junho de 2016, uma perícia feita por técnicas/os do senado concluiu que Dilma não teve responsabilidade nenhuma nas supostas *pedaladas fiscais*. Cf. <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/22/trf-confirma-arquivamento-de-processo-contra-dilma-por-supostas-pedaladas-fiscais>. Acesso em: 23 de ago. de 2023.

mente ocupando as cadeiras da câmara das/os deputadas/os, das assembleias legislativas dos estados, da câmara legislativa do Distrito Federal e das câmaras de vereadoras/es de todo o país.

O projeto ainda define que, caso a quantidade de mulheres eleitas não for suficiente, as suplentes deverão ser convocadas para cumprir a cota de 30% de ocupação por mulheres em todos os parlamentos do país. Objetiva-se, assim, mediante a alteração da lei das eleições (nº 9.504/1997) e da lei dos partidos políticos (nº 9.096/1995), garantir que não apenas haja um mínimo de 30% de candidaturas femininas, conforme já determina a lei das eleições, nº 9.504/1997, mas que elas efetivamente ocupem espaço nas casas legislativas nesse percentual mínimo de 30%. Entende-se que somente nessa proporção é que haverá minimamente paridade e representatividade de gênero nas casas legislativas de todo o país.

O projeto de lei nº 1.951/2021 tem também o objetivo de fazer com que os recursos do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) e do fundo partidário para candidaturas proporcionais femininas (para os cargos de deputada e vereadora) sejam distribuídos somente para as candidaturas de mulheres efetivamente registradas e que tenham viabilidade eleitoral, a fim de se evitar fraudes e manobras contábeis por parte das legendas políticas, na tentativa de burlar as cotas partidárias e eleitorais de gênero.

A senadora Simone Tebet (MDB/MS) ressaltou que há mais de dez anos as mulheres vinham tentando institucionalizar o fundo e estabelecer cota razoável e moderada para que as mulheres brasileiras alcançassem a média mundial de 30% de cumprimento dos mandatos legislativos até o ano de 2040. Na avaliação do senador

Paulo Paim (PT/RS), o projeto é ousado e vai no caminho das grandes potências, que começam a admitir cadeiras na disputa eleitoral a setores discriminados da população ³² (BRASIL, 2022).

Conforme a senadora do MDB/MS e atual ministra de estado, a luta pela cidadania das mulheres não é recente, ainda que, somente no ano de 2018, após mais de uma década reivindicando, o tribunal superior eleitoral tenha determinado que 30% da arrecadação do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) fossem destinados às campanhas de candidatas. Isso porque o fato de somente disponibilizar uma cota partidária para mulheres não foi suficiente para garantir a disputa efetiva e a participação feminina nos últimos pleitos eleitorais. Na verdade, essa e muitas outras medidas se tornam imprescindíveis para mudar as estruturas patriarcais da política e revolucionar a sub-representação feminina nos espaços de poder.

No cenário do executivo estadual, somente em 2015, pela primeira vez, e mais recentemente em 2022 houve uma mulher ocupando o cargo de governadora do estado: Izolda Cela (PDT), vice do governador Camilo Santana (PT). Ela assumiu o comando do estado quando o então governador se ausentou do país, em 2015, tendo agora, no ano de 2022, assumido novamente o exercício do cargo, a fim de que Camilo Santana concorresse a uma vaga no senado.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho é “uma pessoa sensível, séria e republicana” ³³, descreve o governador Camilo San-

³² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/14/aprovado-projeto-que-estabelece-cota-para-mulheres-em-eleicoes-proporcionais>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

³³ Declaração dada pelo então governador Camilo Santana ao programa *jogo político*, do jornal O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/12/17/camilo-sobre-izolda-candidata-ao-governo-e-o-sonho-de-vice-de-qualquer-governador.html>. Acesso em: 07 de fev. de 2022.

tana. Ela exerceu a função de vice-governadora nos dois mandatos de Camilo Santana, de 2015 a 2018 e de 2019 a 2022. Ela é psicóloga, professora do curso de pedagogia da universidade estadual Vale do Acaraú e tem ganhado notoriedade pela sua atuação na área da educação, sendo a verdadeira responsável pelos bons resultados que o estado do Ceará tem apresentado nessa área nos últimos anos ³⁴.

Dentre os fatores da projeção de Izolda estão a sua boa relação política e ideológica com o ex-governador e atual ministro da educação e, obviamente, o seu desempenho técnico de excelência na execução das políticas educacionais públicas e de estado, sendo identificada como “a mulher que transformou a educação do Ceará em referência nacional” ³⁵.

No curso dos dois mandatos, Izolda Cela e Camilo Santana criaram o *pacto pela educação nos municípios* e o programa *Ceará educa mais*. Entre as ações dessas duas políticas estão o aumento de investimentos na educação, a integralização e a profissionalização da rede de ensino médio do Ceará até 2026 e também a promoção da equidade do acesso e da permanência na escola.

Sobre o desenvolvimento da educação no Ceará e o mais atual desafio de elevar também o ensino médio aos mesmos atuais patamares de excelência do ensino fundamental no estado, Izolda Cela pontua:

³⁴ Impressionantemente, por ser um estado pobre e com poucos recursos, o Ceará tem na atualidade 87 das 100 melhores escolas públicas de ensino fundamental de todo o país, segundo o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) 2022, divulgado pelo instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep). O estado tem mantido esses notáveis resultados pelo menos durante os últimos quatro anos consecutivos, destacando-se de longe das demais unidades da federação no aproveitamento do Ideb. Os créditos de todo esse avanço e reconhecimento devem, seguramente, ser prestados à ex-governadora Izolda Cela Cf. <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/09/16/ceara-tem-87-das-100-melhores-escolas-publicas-do-brasil-no-ensino-fundamental.html>. Acesso em: 30 de ago. de 2023.

³⁵ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2015/03/08/izolda-a-mulher-que-transformou-a-educacao-do-ceara-em-referencia-nacional/> Acesso em: 07 de fev. de 2022.

A escola de tempo integral é uma agenda do governo do Ceará, que realizamos com muito esforço e com muito empenho, para pouco a pouco vencer as dificuldades e expandir a matrícula em tempo integral. (...) Os resultados do estudo *excelência com equidade*, que selecionou escolas que atendem jovens de baixo nível socioeconômico, têm 95% de aprovação nas notas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), bem acima da média nacional, e notas mínimas de 275 e 300 no SAEB (sistema de avaliação da educação básica). Das 100 escolas de todo o Brasil que atingem esses critérios, 55 são do Ceará³⁶.

Em julho de 2021, o ex-governador Camilo Santana aprovou a lei que autoriza a distribuição de absorventes higiênicos íntimos para estudantes da rede pública estadual e das universidades estaduais, a fim de combater os impactos da pobreza menstrual, como o risco de abandono ou evasão escolar. Segundo o governador:

Eu considero uma lei muito simbólica. Nós vamos garantir que estudantes possam ter tranquilidade e segurança, que não precisem mais abandonar a escola por causa dessa situação. É um tema que muitas vezes as pessoas não gostam de tratar, mas é importante a sociedade saber da vulnerabilidade e das dificuldades de muitas famílias cearenses. E nós temos trabalhado para criar políticas para acolher e cuidar das nossas irmãs e irmãos cearenses³⁷.

³⁶ Fala da então vice-governadora Izolda Cela na audiência da frente parlamentar mista da educação, no dia 02 de outubro de 2019, na câmara federal em Brasília. O tema do ciclo de debates da frente foi *o ensino médio e a experiência do Ceará*. Disponível em: <https://www.vicegov.ce.gov.br/2019/10/02/izolda-cela-destaca-aco-es-do-governo-do-ceara-na-educacao-em-audiencia-da-frente-parlamentar-mista-da-educacao/> Acesso em: 08 de fev. de 2022.

³⁷ Trecho da fala do ex-governador nas redes sociais oficiais facebook, instagram e youtube do gover-

Segundo a relatora do projeto, Larissa Falcão: “Camilo Santana registrou que a elaboração da política contou com o empenho e a colaboração da primeira-dama do Ceará, Onélia Santana, da vice-governadora do estado, Izolda Cela, e da secretária da educação, Eliana Estrela”³⁸.

A medida é, de fato, importante para combater as desigualdades educacionais e socioeconômicas, a evasão escolar, bem como para promover a saúde pública e a garantia dos direitos humanos com base na equidade de gênero. Diga-se, contudo, que as gestoras não criaram ainda uma medida ou política específica para as professoras, como, por exemplo, o direito a uma licença menstrual ou a redução da carga horária para aquelas professoras que apontem a necessidade de um repouso nesse período, marcado muitas vezes por dores intensas, além do sangramento.

Em decorrência disso, mesmo nessas condições, as professoras precisam ser produtivas nas escolas, nas empresas e em suas casas. Quando retornam da jornada de trabalho, elas são vistas em pé de igualdade com os colegas homens e com os seus companheiros. Além disso, seria vital a criação para as professoras de dispositivos legais de isenção de impostos, na compra de produtos como notebooks, microfones, livros etc. Isso lhes garantiria melhores condições de acesso à cultura e mais autonomia em seus processos de qualificação e preparo profissional. Não podemos esquecer nunca que, historicamente, o magistério é uma profissão desprestigiada, com baixos salários e ocupada, maciçamente, por mulheres.

no do estado, no dia 27 de julho de 2021. FALCÃO, Larissa. Governo do Ceará garante distribuição de absorventes íntimos higiênicos a estudantes da rede pública estadual. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/07/27/governo-do-ceara-garante-distribuicao-de-absorventes-intimos-higienicos-a-estudantes-da-rede-publica-estadual/>. Acesso em: 14 de fev. de 2022.

³⁸ Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2021/07/28/governo-do-ceara-garante-distribuicao-de-absorventes-intimos-higienicos-a-estudantes-da-rede-publica-estadual/> Acesso em: 22 de fev. de 2022.

Não obstante os relativos avanços no Ceará, no mesmo dia do pronunciamento do então governador Camilo Santana, 27 de julho de 2021, o ex-presidente Bolsonaro vetou o projeto de lei nº 4.968/2019, de autoria da deputada federal Marília Arraes (PT/PE), que tramitava na câmara e no senado desde 2019 e que viabilizava a distribuição gratuita de absorventes para pessoas de baixa renda.

Diga-se que ante essa negativa do poder público federal o Ceará não foi o único estado a adotar medidas em prol do bem-estar e saúde das mulheres. Estados como São Paulo, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Amazonas, Pará, Bahia, Paraná, Roraima e Rio Grande do Norte também sancionaram suas leis para combater as desigualdades sociais entre as jovens em situação de vulnerabilidade e pobreza menstrual. A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a distribuir absorventes gratuitamente para estudantes do ensino fundamental e médio em 2019 e, no Ceará, as cidades que já promoviam a distribuição de absorventes desde 2019 são Jati, Fortaleza e Caucaia³⁹.

Nesta segunda década do século XXI podemos dizer que ocorreu uma onda de manifestações em prol da dignidade menstrual também em países como o Peru, a Argentina e a Colômbia. Na Argentina, por exemplo, o governo federal, depois de analisar dezesseis projetos de lei acerca do tema, lançou o documento *justiça menstrual: igualdade de gênero e gestão menstrual sustentável*, apresentando dados econômicos e comportamentais de mulheres e pessoas que menstruam⁴⁰.

No dia 28 de maio de 2022 (dia mundial da saúde menstrual), “a OMS (Organização Mundial da Saúde) chamou a atenção para o quanto essa problemática ainda é pouco discu-

³⁹ Disponível em: Prefeitura de Caucaia vai distribuir absorventes a adolescentes da rede pública de ensino - PontoPoder - Diário do Nordeste (verdesmares.com.br). Acesso em: 14 de mar. de 2022.

⁴⁰ Disponível em: Como outros países latinos combatem a pobreza menstrual? (uol.com.br). Acesso em: 22 de mar. de 2022.

tida na América Latina. Apesar disso, alguns países estão mais avançados do que outros, quando o assunto é acesso a produtos de higiene”⁴¹.

Retomando um pouco a reflexão sobre as possibilidades de progressão das mulheres na política e nos cargos de gestão nos âmbitos municipal, estadual e federal, podemos observar que se faz necessário o apoio de lideranças tradicionais para a promoção feminina nesse campo. Foi esse apoio que faltou a Ângela Barros (de quem falávamos há pouco). Ela construiu a sua carreira profissional na esfera municipal, se destacando com trabalhos sociais relevantes e também na área da educação. Faltou, no entanto, para que ela estivesse à frente do executivo municipal de Itapiúna, entre outros fatores, o apoio de mais partidos e lideranças políticas, a fim de que se fizesse mais em favor das mulheres e dos estratos mais subalternizados de nossa população.

Izolda Cela e Ângela Barros são mulheres que tiveram a sua capacidade de administrar reconhecida pela competência, pelas vivências com o trabalho socialmente referenciado e pela promoção da educação para a formação da cidadania, mas o pensamento conservador e o domínio masculino impedem que muitas outras mulheres, como elas, cheguem a mais patamares do exercício do poder.

Ainda que haja uma participação cada vez mais ativa das mulheres na política, a sua representatividade nesse campo segue ainda muito aquém de uma verdadeira proporcionalidade ou equidade com os homens. Na atual administração municipal de Itapiúna, apenas duas mulheres ocupam cargos de chefia no poder executivo. São elas: Aurilene Luciano de

⁴¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/10/11/peru-colombia-argentina-como-outros-paises-combatem-a-pobreza-menstrual.htm>. Acesso em: 14 de mar. de 2022.

Araújo, secretária municipal de administração, e Ginna Kittéria Coelho, secretária do trabalho e assistência social e primeira-dama do município.

Ginna Kittéria Coelho vem, infelizmente, na contramão do que se espera do avanço da equidade de gênero na política, construindo a sua imagem pública com base no populismo falogocêntrico e no assistencialismo à sombra da figura do prefeito. A agenda da importante secretaria sob o seu comando se resume à doação de *kits* e cestas básicas e à promoção de eventos como o *dia das mães*, a *festa do abc* e o *baile de debutantes* para moças que moram na sede do município. É o que se registra no jornal local e site *a voz do bem*:

Na última sexta-feira, 20, a Prefeitura de Itapiúna, através da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, promoveu a Festa de Debutantes e realizou o sonho de 29 adolescentes do município, o evento teve como tema “Uma Noite em Las Vegas”. O baile é uma oportunidade das famílias carentes realizarem o sonho de suas filhas debutantes. Foi uma bela festa, o vestido perfeito, a valsa e muitas fotos para registrar o momento. A Festa de Debutantes é um projeto da Primeira-dama e Secretária do Trabalho e Assistência Social, Ginna Kittéria, que teve início em 2018, e tem por objetivo propiciar um momento único e inesquecível às adolescentes do município que completaram ou completam 15 anos no ano corrente, e que estejam estudando. “Nós contamos com a parceria de empresários do próprio município e de outros municípios, que, assim como nós, almejam viabilizar a realização do evento e promover a felicidade das famílias durante o baile” destaca Marília Alves, Assistente Social (MARTINS, 2019, grifos do original).

Na matéria citada, percebe-se além da exclusão das jovens que moram nos distritos e zonas rurais do município a tosca alienação ideológica das políticas que deveriam ser promovidas efetivamente em favor do bem-estar e do desenvolvimento da juventude de Itapiúna. Além disso, não há transparência alguma quanto ao motivo da promoção da festa se dar para apenas vinte e nove jovens e familiares carentes do município. Certamente há uma diversidade de outras jovens que almejavam outras realizações nessa fase de suas vidas, além de uma fêérica e estaferma *noite em Las Vegas*, e que não foram ouvidas nem contempladas pelos serviços da secretaria de assistência social do município.

Diga-se que, originalmente, os *bailes de debutantes* eram realizados pelas famílias nobres da Europa dos séculos XVII e XVIII. A celebração da passagem para a nova fase da vida adulta era realizada com o fim de *apresentar as moças à sociedade* e encontrar para elas um *bom pretendente* ao casamento.

A palavra debutante se origina do francês *'débutant'*, que significa iniciante ou estreante. Após a Revolução Francesa de 1789, com a fuga das famílias nobres da guerra civil e a conseqüente migração para as colônias europeias, como Estados Unidos e Brasil, o baile de debutantes começou a se propagar com ainda mais força. No Brasil, os bailes de debutantes fizeram muito sucesso na década de 1950 (ESTÉBAN, 2014, p. 36).

Mediante a realização deste e de outros eventos voltados apenas para parte da população mais carente da cidade, a secretária e primeira-dama promove supostos momentos de sociabilidade entre as famílias, evidenciando na verdade uma concepção maternalista das funções que assume e reproduzindo inúmeros estereótipos de gênero, como o da dádiva de

ser mãe e o da celebração da *nova fase da vida da mulher*: embalada em docilidade, sonhos, encantamento e beleza, reforçando que o marco dos quinze anos é, para as meninas que se tornam moças, uma época de *preparação ao casamento*.

Na prática, não há o desenvolvimento de quaisquer ações de cunho realmente social, diversificadas e que potencializem formações ou qualificações que permitam às mulheres verdadeiramente sonhar, em um lugar marcado por falta de emprego, ausência de oportunidades e estruturais injustiças e desigualdades de ordem elitista, racista, sexista e patriarcal.

Quanto ao que deveria estar sendo feito em matéria de promoção social, não foram criados ainda no município quaisquer dispositivos que incentivassem a autonomia das meninas e jovens mulheres; como, por exemplo, bolsas de estudo e de permanência no ensino superior ou fontes de financiamento e incentivo à sua qualificação e profissionalização ou ainda algum tipo de apoio a empreendimentos comunitários e solidários organizados sob o seu protagonismo e iniciativa.

Ao contrário disso, como sabemos, as meninas são, desde cedo, responsabilizadas pelos cuidados com os irmãos mais novos, os idosos e os afazeres domésticos de suas e de outras residências. A conjunção disso tudo as conduz ao baixo rendimento, à infrequência escolar e à quase que total falta de perspectivas de qualificação e crescimento.

Celebrações como *uma noite em Las Vegas* reforçam, ademais, as desigualdades de papéis sociais e de costumes, concebidos de acordo com as notações de gênero e classe, reproduzindo o conservadorismo e a alienação acerca da formação da imagem feminina na sociedade patriarcal brasileira.

Aurilene Luciano, atual secretária de administração do município, é por seu turno natural de Itapiúna e assumiu pela

terceira vez um cargo de chefia na prefeitura. Ela já foi secretária de administração e finanças na gestão do prefeito Júnior Lopes. A participação de Aurilene na administração pública, e em postos de confiança, repõe em certa medida a credibilidade da figura feminina para atuar nos cargos de gerência do município.

Isso quebra, um pouco, o roteiro e a expectativa comum de se ser professora, cuidadora, babá, merendeira, cozinheira, vendedora, atendente, recepcionista, servente, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório e secretária escolar, além de mãe, esposa e dona de casa. Ainda assim, a presença de poucas mulheres à frente das secretarias, além da primeira-dama, é insuficiente ante os desafios e a responsabilidade que o poder público municipal tem em promover a equidade de gênero.

Diga-se que, mesmo na educação, onde há uma ampla predominância de funcionárias e colaboradoras, o secretário municipal é um homem. Vejamos a lista de secretários/as do poder executivo municipal⁴² nos dois mandatos consecutivos do atual prefeito Dário Coelho (2017-2022):

- Secretária do trabalho e assistência social: Ginna Kittéria Coelho.
- Secretária municipal de administração: Aurilene Luciano de Araújo.
- Secretário municipal de educação: José Arnaldo Araújo Batista.
- Controladoria geral do município: Aurélio de Oliveira Souza
- Procuradoria geral do município: Francisco Flávio de Menezes Filho.
- Secretaria municipal de cultura: José Hudson Menezes Oli-

⁴² Disponível no site: <https://www.itapiuna.ce.gov.br/>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

veira.

- Secretaria municipal de desenvolvimento rural: José Maria de Paula Campelo.
- Secretaria municipal de esporte: Adriano Aquino Lima.
- Secretaria municipal de meio ambiente: José Edinardo Bezerra Mendes.
- Secretaria municipal de obras, infraestrutura e controle urbano: Francisco de Assis Martins.
- Secretaria municipal de saúde: Francisco José Cavalcante Lima Melo.

Do que se depreende do organograma das secretarias municipais de Itapiúna, os cargos de poder ainda são quase que exclusivamente reservados aos homens, reproduzindo-se assim os estereótipos de gênero construídos ao longo da história; segundo os quais apenas determinadas atividades e habilidades, consideradas secundárias, podem e devem estar reservadas às mulheres, como cozinhar, limpar, cuidar da casa, dos filhos e do marido. Já os cargos de chefia e administração, estes devem ser prioritariamente designados aos homens, tal como era nas estruturas e organogramas da época colonial.

A fim de que se supere essa injunção histórica, criar cotas para que as mulheres ocupem cargos e exerçam mandatos nos poderes legislativo e executivo não é suficiente, caso não haja mudança interna no falogocentrismo dos poderes públicos: ainda pautados por valores conservadores e sexistas. Essa hierarquia de gênero nas relações de poder gera insistentes dificuldades na representatividade feminina e cria barreiras para o acesso das mulheres à educação, ao lazer, à saúde e a todos os direitos e garantias em condições iguais de cidadania com os homens.

Embora se diga constantemente na atualidade que *lugar*

de mulher é onde ela quiser, na tentativa de se negar ou se desmistificar que existam *lugares específicos para as mulheres*, não é bem assim que as relações seguem sendo tecidas no cotidiano. Pelo contrário, as estruturas institucionais continuam definindo nitidamente os espaços que cabem às mulheres ocupar, distintamente daqueles que são/estão preferencialmente destinados aos homens (os lugares de prestígio, de controle e de privilégio).

Desse modo, é indiscutível a necessidade de se criar estratégias de enfrentamento para superar as desigualdades de gênero ainda bastante enraizadas na sociedade e tornar efetiva a participação política das mulheres. Não basta só apontar a diferença numérica entre homens e mulheres na ocupação dos espaços públicos, é preciso garantir, sobretudo, que os direitos e os interesses de todos/as os/as cidadãos/ãos sejam materialmente contemplados/as, levando-se em consideração as suas especificidades e reais necessidades.

Não basta, portanto, ter uma ou duas mulheres nos espaços de poder, ou sempre apontar somente uma mulher para ocupar espaços de prestígio. Para promover mudanças relevantes não é suficiente ter uma representação feminina mínima, sem que elas tenham voz ativa, sem que todas as mulheres que lutam por igualdade e representação sejam ouvidas e apoiadas a participar ativamente da tomada de decisões, as quais envolvem as suas vidas, as de suas famílias e comunidades.

As mudanças sociais e políticas devem ser estruturadas, portanto, a partir das bases hierárquicas do poder, ou seja, não só por meio de cotas partidárias, eleitorais ou administrativas, para eleger e nomear algumas mulheres nos cargos, funções e serviços públicos. Mais do que isso, é imprescindível a equida-

de em toda a esfera da vida pública, pois, quanto mais diversas forem as representações governamentais e legislativas femininas, mais haverá possibilidades de se construir políticas sociais pautadas na diversidade, e não no destaque pontual de poucas mulheres rotuladas conforme o padrão universal de submissão ao patriarcado.





3. *Quem quer ser professora levanta a mão!* Histórias de vida e entrelaçamento das relações de trabalho, educação e serviço doméstico

*“Fiz das pedras meu castelo”
(Cora Coralina).*

No capítulo 02, analisamos as condições gerais de subordinação das mulheres no município de Itapiúna/CE, diante das escassas oportunidades de trabalho, da sub representatividade social e dos vícios políticos para a manutenção do controle do poder local pelo patriarcado: algo que tem se agravado ante a proliferação de ideias neoliberais, de currículos escolares elitistas e da precarização crônica das condições de vida da classe trabalhadora.

Neste capítulo 03 veremos então como a confluência dos fatores ligados às explorações de classe e gênero sobrecarrega as mulheres itapiunenses, fazendo-lhes permanecer invariavelmente em condições laborais de submissão e precarização. Em cada seção seguinte haverá uma frase topicalizando as entrevistas com as quatro mulheres interlocutoras/sujeitas de nossa pesquisa, apresentando como elas significam as suas

específicas condições de vida e trabalho, em meio às relações entre formação docente e serviço doméstico.

3.1 Eu fui escolhida pra ser doméstica porque fazia faculdade

Sobre a realidade e os desafios de vida das mulheres pobres no contexto de Itapiúna/CE, deparamo-nos com a situação da entrevistada A: que atualmente é balconista no comércio de seu pai e mantém uma pequena papelaria em sua casa. As primeiras entrevistas com ela foram realizadas na sala de sua residência; lugar onde a trabalhadora agora mantém o seu próprio negócio, no intuito de não ser mais empregada doméstica aos finais de semana, de obter uma renda extra e de poder ficar, assim, mais tempo próxima de sua filha, que é uma adolescente de 13 anos.

A entrevistada é divorciada e não consegue, como ela gostaria, contar com a pensão do pai da filha todos os meses. Foi desse modo que ela iniciou em casa as suas vendas, para complementar a renda e prover o próprio sustento e o de sua filha. Segundo a mesma, “precisava sustentar a minha família e realizar alguns sonhos, como ter a minha casa própria, que será uma das minhas maiores realizações”.

Sobre a docência e as oportunidades de trabalho na cidade, ela afirma:

As oportunidades para mulheres no interior são escassas: ou se vai trabalhar em casa de família e ganhar pouco - porque aqui as pessoas só pagam muito pouco; ou se vai trabalhar na prefeitura, quando se tem um *padrinho*. Um dos empregos que paga melhor é o de professora. Para a realidade do município é até um bom salá-

rio. Eu queria fazer contabilidade, mas a faculdade não abriu turma pra esse curso por aqui. O que vem é só a pedagogia. Então comecei a fazer e gostei. Meu pai queria muito que eu me formasse, como isso dava orgulho pra ele, eu resolvi enfrentar e fui fazendo. Eu vi que não era fácil, mas era prazeroso. Sei que quem é professora não ensina só quatro horas, trabalha muito em casa pra repassar coisas novas pras crianças. Quem quer ser uma boa professora tem que trabalhar muito em casa. Eu até aceitaria um contrato de professora temporária na prefeitura, mas sem vereador é muito difícil. No fim de semana que eu não ia pra faculdade, eu ia pra Fortaleza trabalhar como babá e, assim, já complementava minha renda e pagava a faculdade. Eu notei que quando eu disse pra minha patroa que eu fazia faculdade, ela se interessou mais por mim. Acho que eu fui *escolhida pra ser babá e empregada doméstica porque fazia faculdade* (grifo nosso). Acho que o certo é estudar. Eu fui escolhida pra trabalhar em casa de família porque fazia faculdade. É porque, assim, a gente que tem faculdade vai saber se comportar melhor nos cantos, nos médicos, nos restaurantes quando sair, quando for passear. Ser babá é assim, tem horas que você tá viajando, tem horas que tá ensinando. Você precisa saber de um tudo. Tu já pensou?! Tem horas que até inglês eu tenho que ensinar pras crianças nas tarefas da escola. Aí serviu sim o curso de pedagogia que eu fiz, tanto pra ensinar as tarefas de casa da minha filha, educar bem a minha filha, como quando eu estou sendo babá. Na época em que eu fazia faculdade, levava meus textos pra o comércio do meu pai. Enquanto tinha tempo, eu ia lendo. Quan-

do chegava, ia fazer as coisas de casa, dormia e acordava de madrugada pra fazer os trabalhos da faculdade O curso mudou assim minha visão de mundo. Eu acho que mulher não é sexo frágil, e lugar de mulher é sim onde ela quiser. Hoje do que mais me orgulho é de não depender de homem pra me sustentar. Tem muita mulher que se esconde atrás de homem, fica esperando que um homem sustente a casa, e se submete a todo tipo de humilhação. Eu nunca fui assim, jamais seria assim e procuro não mexer na pensão da minha filha, embora ela nem receba todo mês. Às vezes fico é até três meses sem receber nada e não boto na justiça. Sei que trabalho demais, mas se dependesse de homem, tudo ia ser muito pior (ENTREVISTADA A, 2022)⁴³.

Diante desse depoimento da entrevistada A, percebe-se a recorrência do clientelismo nos quadros locais da política. Especificamente na conjuntura de Itapiúna/CE, dadas a pobreza e a pouca e precária oferta de trabalho, impera a troca de favores entre autoridades e servidores do executivo e do legislativo com a população, sendo essa a maneira mais usual de se conseguir um emprego.

Diga-se que um dos únicos cursos ofertados pelas faculdades particulares, que atuam no município na modalidade à distância ou semipresencial, é o de pedagogia. Entretanto, a maioria das egressas - praticamente todas elas são mulheres - acaba assumindo funções alheias à educação. Muitas permanecem na informalidade ou desempregadas, pois - justamente por causa dessa política de apadrinhamento - acabam sendo preteridas por outras, sem a mesma qualificação.

Contrariamente a essa subalternização ideológica da for-

⁴³ Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2022.

mação pedagógica, a respeito da dignidade e da relevância do trabalho docente, Paulo Freire preconiza que: “reconhecer a importância de nossa tarefa não significa pensar que ela é a mais importante de todas. Significa, contudo, reconhecer que ela é fundamental, indispensável à vida social. Eu não posso, por isso, formar-me para a docência só porque não houve outra oportunidade” (FREIRE, 1997, p. 32).

No entanto, além da estruturação dos fatores que seguem associando a carreira do magistério infantil e fundamental a uma *improvisada e desprestigiada ocupação feminina*, temos de observar a específica condição histórica de formação de nosso capitalismo periférico e tardio: racista, sexista, elitista e, conseqüentemente, de planejada desvalorização do magistério e da educação como forma de conscientização política.

Para a entrevistada A, o valor do curso de pedagogia está em também poder educar bem a sua filha e em ser uma babá *mais bem qualificada*, às vezes incumbida de desempenhar a função de *professora particular*, embora não receba mais por este serviço. Nesta configuração, vemos que mais uma mulher pobre e subalternizada reforça a necessidade de se formar e estudar constantemente para, ainda assim, ser submetida a um trabalho precário e explorada, sem ser remunerada de acordo com a sua qualificação profissional e sem ter os seus direitos trabalhistas respeitados, tais como: férias, décimo-terceiro salário, pagamento de previdência social etc.

Respectivamente, neste caso, a conjugação dos fatores de subalternização de classe e gênero, como a necessidade de complementar a renda mensal e a ausência de responsabilidade financeira do pai para cuidar da filha, sobrecarrega a mulher com reiteradas precarizações laborais. Mesmo com um nível de escolarização mais alto, a sua jornada de trabalho é

ordinariamente extensa, fragmentada e desvalorizada.

3.2 Professora não é profissão de pobre. A contingência profissional e a expectativa de ascensão social

A entrevistada B trabalha no serviço doméstico da casa paroquial da igreja de São José. A paróquia fica no distrito de Caio Prado, onde residem todas as entrevistadas desta parte de nossa pesquisa. A paróquia de São José foi construída na localidade no ano de 2007, gerando algumas oportunidades de sociabilidade, crescimento espiritual e geração de empregos, entre eles os serviços domésticos de limpeza e manutenção.

Sobre a sua trajetória, ela relata em entrevista ⁴⁴ que, quando era adolescente, já chegou a caminhar diariamente até seis quilômetros (três de ida e três de volta) para ir à escola. Ia sem café da manhã, pois saía muito cedo. Ainda assim, a sua mãe e o seu pai sempre lhe incentivavam dizendo: “Estude para ser alguém na vida!”.

Desde pequena, também a incentivaram a trabalhar. No inverno, todos as/os cinco filhas/os iam colher milho e feijão no roçado. Para cumprir com as orientações de sua mãe e de seu pai, aos onze anos de idade ela passou a morar no distrito de Caio Prado com o avô paterno, a fim de concluir o ensino fundamental, já que no período de inverno (chuvoso) era difícil o acesso à escola desde a sua comunidade em Riacho da Várzea (onde até hoje reside parte de sua família).

Concluído o ensino fundamental, ainda adolescente, ela foi morar com uma prima na cidade de Baturité, porque queria trabalhar e continuar estudando. Iniciou ali o curso técnico em hospedagem, no IFCE (Instituto Federal de Educação, Ci-

⁴⁴ Entrevista realizada na casa da trabalhadora, em 26 de abril de 2022.

ência e Tecnologia do Ceará), ao mesmo tempo em que trabalhava como cuidadora de idosos/as e em restaurantes, a fim de poder se manter sem depender da prima e de sua família em Itapiúna.

Hoje, a entrevistada B está casada e não tem filhos/as. Terminou o curso de licenciatura em geografia no IFCE em 2022. Ela relata que nunca teve a oportunidade de dar aulas na rede municipal de ensino de Itapiúna/CE, apesar de ter tentado isso por diversas vezes. A jovem se formou primeiro que o marido, mesmo tendo de trabalhar fora de casa, estudar e cuidar de quase todos os afazeres domésticos sozinha. Para conseguir se manter e concluir a faculdade, ela conta que a melhor oportunidade que lhe foi dada foi o trabalho doméstico na casa paroquial, emprego esse em que se mantém até hoje e com o qual afirma estar satisfeita.

Vejam os mais o que nos diz a entrevistada B sobre a sua contingência profissional e as opções de trabalho que lhe foram ofertadas.

As pessoas têm preconceito com a profissão de professora, porque ganha pouco, recebe abuso de aluno, de mãe e de pai de aluno, de diretor e ainda por cima é explorada. Eu escolhi ser professora porque penso em ficar aqui (em Itapiúna), e onde mais se emprega mulheres é justamente na educação. Mas eu não escolhi a profissão por ter sido a única oportunidade que tive. Antes de fazer geografia, eu comecei a fazer hotelaria, mas não gostei. Acho que eu sempre quis ensinar, não por ser a única opção que resta pra quem é pobre, como muita gente diz. Eu não. Eu escolhi licenciatura porque gosto, ainda que saiba das dificuldades de se arrumar vaga, de se arranjar uma escola pra dar aula aqui em Itapiúna.

Ser professora não é fácil, não é qualquer um que consegue fazer esse trabalho com qualidade. Vejo pessoas que não são formadas em geografia dando aulas e nem são concursadas. Isso me revolta e traz um prejuízo grande pra nossa área, tem conteúdos específicos que só quem é da área entende. Eu já posso dar aulas, mas o pessoal da prefeitura não faz uma seleção, e só chama quem votou neles. Mas acredito sim que dentro da profissão eu posso crescer, quando tiver uma oportunidade, e, quem sabe, ser até uma professora universitária, ser bem remunerada e mais valorizada. Professora não é profissão de pobre, não! Agora, empregada doméstica é! Ainda que eu também goste e esteja satisfeita com o meu serviço na casa paroquial. Eu comecei a fazer faxina na paróquia mesmo já quando fazia faculdade, pra poder ajudar nas minhas despesas e nas de nossa casa, já que o que o meu marido ganhava era e ainda é pouco. Olha, trabalhar com faxina é bom, porque a gente recebe na hora e não leva trabalho pra casa. Também é profissão que todo mundo respeita hoje em dia. Eu nunca sofri preconceito nem discriminação na casa paroquial, e o padre gosta muito do meu serviço. Acho que a única profissão que leva trabalho pra casa é mesmo professora. O que eu vejo em comum nas duas profissões é que precisam ser mais valorizadas, pois nenhuma delas é fácil. Como eu cuidava da casa paroquial, das coisas da minha casa e à noite ainda ia pra faculdade, sobrava pouco tempo pra eu estudar. Estudava mais no ônibus ou no fim de semana. Meu marido me ajudava um pouco, mas a maior parte das tarefas de casa sempre era eu que fazia, e faço até hoje, graças a Deus. Ele também é professor e tem

que preparar muitas aulas (ENTREVISTADA B, 2022).

O relato mostra que - em um contexto como o de Itapiúna/CE - *tornar-se professora*, apesar de envolver alguma satisfação, é muitas vezes visto apenas como a oportunidade mais viável de se permanecer ali, no lugar, com alguma dignidade profissional e de vida. É provável que, por motivos afetivos e pessoais, muitas das jovens de Itapiúna/CE pretendam seguir residindo - tal como a entrevistada B - em seu município de origem, e o magistério pode lhes reservar alguma dignidade nesse projeto de vida.

É, no entanto, relevante ressaltar que não são propriamente *os marcadores de gênero* que conformam as desigualdades nessa jornada, mas o modo dinâmico como as suas determinações assumem um status estruturante: conferindo valores e comportamentos socialmente representados por pensamentos, afetos, discriminações e omissões - considerados normais e aceitáveis quando, por exemplo, se impõem às mulheres condições de trabalho as quais comumente não se admite exigir dos homens.

Quase tudo o que se pode observar das práticas políticas e econômicas de diferenciação de gênero - nas condições de organização e produção do trabalho - se reflete então, nas diversas áreas de vida das mulheres, em termos de injustiça, desigualdade, abuso, opressão, exploração e violência. Isso interfere diretamente nas expectativas de desenvolvimento e reconhecimento delas como profissionais.

Mediante a fala da entrevistada B: “Meu marido me ajudava, mas a maior parte das tarefas de casa sempre era eu que fazia. Ele também é professor e tem que preparar muitas aulas”, pode-se facilmente constatar a divisão desigual das atividades domésticas; pois, se ele *ajuda* isso significa dizer que a maior

parte das atividades domésticas ainda segue sendo realizada por ela, posto que os dois tenham que trabalhar fora de casa. O que, todavia, é mais notável é o fato de que ele ainda não concluiu a licenciatura, e ela sim. No entanto, quem está na sala de aula é ele, e quem trabalha como doméstica na casa do pároco é ela. A propósito dessa hierarquia social de gênero, Helena Hirata (2015) destaca:

O paradoxo dessa desigualdade é sempre estruturado segundo a divisão sexual do trabalho, conforme um princípio hierárquico: o trabalho masculino sempre com um valor superior ao trabalho feminino. Isso persiste, a despeito do fato de as mulheres atingirem níveis de escolaridade cada vez maiores que os dos homens (HIRATA, 2015, p. 07).

Apesar de ter de trabalhar fora de casa e realizar todas ou a maioria das atividades domésticas, a entrevistada B conseguiu se formar primeiro que o marido. Vê-se, então, que mesmo com diversas atividades, dificuldades e múltiplas jornadas, as mulheres provam a sua capacidade, ainda que permaneçam em situação de inferioridade. Mesmo licenciada em uma instituição pública federal de ensino, a nossa interlocutora não conseguiu emprego na área da educação, e permanece sendo empregada doméstica.

Nesse sentido, a ausência de políticas de estado contribui para a precarização da formação e a não qualificação do trabalho feminino. Verifica-se nesse caso que, mesmo estudando em um instituto federal, a entrevistada não contou com nenhuma bolsa de estudo nem com qualquer auxílio que lhe garantisse a permanência na graduação. Isso dificultou a sua formação, já que, por conta do excesso de trabalho, só lhe restava pouco tempo de estudo: antes de ir para a faculdade, no deslo-

camento do ônibus, ou durante as madrugadas.

3.3 Desde pequena eu sonhava em ser professora

Dentre os sonhos que as jovens mulheres pobres do interior alimentam, podemos destacar *o de ser professora* e *o de ter a casa própria*, ainda que a ambição mais próxima para a maioria delas seja, não raro, a de conseguir uma casa de família mais abastada, onde possam trabalhar como diaristas ou empregadas domésticas (e ali receberem semanalmente algum dinheiro).

Vejam, sob esse aspecto, o que relata a entrevistada C sobre os atravessamentos do machismo em sua vida, sobre as condições sociais precárias de sua família e os seus sonhos já realizados através da docência e do trabalho doméstico.

Eu nasci em plena seca no dia 09 de dezembro de 1983, na localidade de Poço Comprido, zona rural de Quixadá/CE. Sou filha de pai agricultor e de mãe exclusivamente *dona de casa*. Somos cinco irmãos: dois homens e três mulheres. Nossa família era bastante humilde, mas a minha vida escolar teve início aos seis anos de idade, na mesma localidade onde nasci. Essa é a parte boa e feliz de que me lembro na infância: adorava ir pra escola e estudar. Torcia pra chegar logo o recreio e a merenda. Lembro também das brincadeiras em frente à escola e dos jogos de bola, quando se misturavam meninos e meninas. As lembranças mais fortes que guardo desse período são, no entanto, os momentos difíceis que passamos por conta do comportamento agressivo de meu pai quando estava bêbado. Minha mãe suportou muitas coisas. Como ela mesma dizia: preferia sofrer com ele a ver

os filhos serem maltratados por outras pessoas. Assim, a gente cresceu e sobreviveu. Bem cedo, ainda criança, comecei a ajudar em casas de família, tentando um pouco de independência, pelo menos pras coisas menores. Não gostava de pedir nada ao meu pai, pois entendia que era muito difícil manter uma família tão grande. Aos 14, 15 anos, eu era empregada durante o dia, e durante a noite estudava pra concluir o ensino médio. Sonhava em ter minha casa, meu espaço e, aos dezoito anos, encontrei o que parecia ser a oportunidade perfeita. Fui morar com um homem recém-separado e com dois filhos. Quando completei dezenove anos já vivia numa situação de muito trabalho e responsabilidade. Como nunca gostei de ser dependente de outras pessoas, para me manter, eu comecei a trabalhar como vendedora ambulante e, em seguida, consegui meu primeiro emprego de carteira assinada numa fábrica de calçados em Quixadá. Três anos mais tarde, deixei o emprego e resolvi sair da situação conjugal em que vivia. Retornei para Quixadá e dei início à faculdade de pedagogia, onde também trabalhei como vendedora em uma loja. No terceiro semestre da faculdade, comecei a lecionar, paralelo a isso, me casei. Engravidei no 3º mês de casamento e me separei no 8º mês. Quando meu filho nasceu, eu já não vivia mais com o pai dele. Para me manter, manter a casa e toda a responsabilidade com o meu filho, já que eu não podia contar com a ajuda nem do pai dele nem da minha família, meu trabalho como professora ainda não era suficiente, então acrescentei às minhas atividades, como renda extra, o trabalho de manicure. Lógico que eu tinha muita dificuldade em conciliar es-

cola, filho, trabalho extra, faculdade... Mais tarde, decidi também vender bolos aos finais de semana. Trabalhava na escola ⁴⁵, estudava durante a semana e, aos sábados e domingos, vendia de porta em porta os meus bolos. Esqueci de dizer que, nessa mesma época, congregava em uma igreja evangélica, à qual dedicava muito do meu tempo, mas ali encontrava paz em meio ao imenso cansaço físico e psicológico em que eu vivia. Talvez o esquecimento sobre essa parte seja pelo fato de, mais tarde, eu ter tido uma grande decepção ou, por assim dizer, ter encontrado uma verdade que realmente me libertaria da prisão religiosa. Espero ter a oportunidade de falar muito sobre isso ainda e poder esclarecer meu ponto de vista. Em momento algum perdi a fé em Deus, mas perdi a fé em pastores e em muitas pessoas de atitudes carregadas de hipocrisia, machismo, preconceitos e tantos outros valores negativos e escondidos atrás de uma religiosidade doentia. Bom, voltando aqui. Demorei muito a concluir a faculdade, devido às tantas dificuldades enfrentadas, filho pequeno, excesso de trabalho, cansaço físico extremo, só o caco mesmo. Mas quando recebi meu diploma já tinha sido aprovada no concurso público do município de Quixadá, ainda que tenham se passado quase três anos para ser homologado e nos contratarem. Nesse período, também fui aprovada em uma seleção de Itapiúna, quando fui chamada e optei pelo de Quixadá. Comecei a trabalhar pelo município de Quixadá em 2019. Em 2021 recebi convite para fazer parte do núcleo gestor da escola onde estou lotada. Agora estou como diretora pedagógica. Esse é o tipo de trabalho que

⁴⁵ A escola a que ela se refere é a de ensino fundamental I Maria Alaíde Bezerra Lopes, localizada no distrito de Caio Prado.

me dá muitos trabalhos, mas também é muito gratificante. Me sinto feliz e abençoada. Posso fazer pelo meu filho o que meus pais não puderam fazer por mim (ENTREVISTADA C, 2022)⁴⁶.

Entre muitos aspectos, vemos na entrevista que atuar no magistério do ensino fundamental só garante o sustento de modo precário às professoras, situação essa que lhes obriga a assumir outros empregos e ocupações informais: a fim de melhorar, grosso modo, a sua renda do mês e o seu poder aquisitivo, sem que com isso necessariamente venham a ter uma melhor qualidade de vida. Quanto mais encargos assumem, menos tempo têm para estudar, preparar as aulas, cuidar das/os filhas/os, da casa, da saúde e do próprio bem-estar.

Essa conjunção de fatores tem consolidado o magistério como ocupação tipicamente feminina. Vejamos as tabelas sobre o número de mulheres empregadas nas redes municipal e estadual de ensino em Itapiúna/CE:

Tabela 1- Quantitativo de professoras/es por gênero na rede municipal

	professoras ed. infantil	professores ed. infantil	professoras ens. fundamental i e ii	professores ens. fundamental i e ii
2020	55	01	65	08
2022	51	01	58	07

Fonte: secretaria de educação municipal de Itapiúna/CE ⁴⁷.

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2022 no distrito de Caio Prado.

⁴⁷ Dados fornecidos diretamente para esta pesquisa pelo secretário Francisco Arnaldo Araújo Batista, responsável pela secretaria de educação municipal, em 14 de março de 2022. Não há dados específicos da secretaria municipal de educação de Itapiúna disponíveis na internet, a não serem os índices e estatísticas gerais de matrículas e avaliações, disponibilizados pelo MEC e pelo Inep. Foram ainda solicitados ao secretário os dados do corpo docente por gênero desde o início dos anos 2000, mas não nos foram fornecidos.

Tabela 2 - Quantitativo do núcleo gestor da rede municipal por gênero

	coordenadora ed. infantil		coordenadora ens. fundamental i e ii	coordenador ens. fundamental i e ii
2020	15	04	15	04
2022	15	04	15	04

Fonte: Secretaria de Educação Municipal de Itapiúna/CE.

Como comprovam os dados da secretaria de educação do município, as mulheres são a ampla maioria de servidoras a ocupar os cargos de gestão e docência no ensino fundamental em Itapiúna/CE. Todavia, o que pode parecer um avanço na história do trabalho feminino revela, na verdade, uma forma de controle sobre o gênero no âmbito da política municipal.

Neste caso, as mulheres ocupam cargos e assumem funções sob a autorização e o controle dos políticos eleitos, além do que os seus empregos seguem automaticamente associados ao espectro do cuidado com crianças e à esperada docilidade feminina e materna. São as mulheres, professoras na rede municipal, que precisam se desdobrar entre o trabalho docente, os afazeres domésticos e outras ocupações vistas como subalternas, a fim de complementarem a sua renda e a de suas famílias.

Ao arrepio disso, na rede estadual de ensino há uma concorrência interna aos cargos de coordenação e direção, os quais são ocupados por meio de provas de seleção e por votação. Em Itapiúna, no entanto, são os professores - e não as professoras - os que durante décadas vêm ganhando a maioria dessas concorrências, e ocupando os cargos de direção e coordenação pedagógica nas escolas estaduais do município.

Registre-se que, em nossa pesquisa, não identificamos professoras da rede estadual que são ou que tenham sido trabalhadoras domésticas, apenas professoras contratadas na rede municipal se veem nessa situação: de simultaneamente compaginar - ou de já terem compaginado - as duas atividades. No entanto, as mulheres são numericamente minoria na rede estadual em Itapiúna e, como dissemos, os cargos de coordenação pedagógica ou de direção são quase que exclusivamente ocupados por homens.

Interessante observar que, na mesma rede estadual, as mulheres são maioria nos cargos de secretária escolar e cozinheira; ou seja, em funções com pouco poder de decisão e mais baixa remuneração. A segmentação de gênero nos trabalhos escolares gera hierarquizações profissionais e reforça ainda mais estereótipos de discriminação entre homens e mulheres. Vejamos as tabelas da rede estadual de ensino em Itapiúna:

Tabela 3. Corpo docente por gênero na escola de ensino médio Vereadora Edimar Martins da Cunha.

	professoras	professores
2014	08	07
2019	08	07
2022	08	09

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

Tabela 4. Núcleo Gestor da E. E. E. M. Vereadora Edimar Martins da Cunha.

	diretor		sec. escolar	assessor adm. financeiro	cozinheiro/a
2014	m ⁴⁸ 1	m 1	f 1	m 1	f ⁴⁹ 1
2019	m 1	m 1	f 1	m 1	f 1
2022	m 1	m 1	f 1	m 1	f 2

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

Tabela 5. Corpo docente por gênero na E. E. E. M. Franklin Távora.

	professoras	professores
2010	15	26
2022	9	14

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

Tabela 6. Núcleo gestor e cozinheiras da E.E. Médio Franklin Távora

	Diretor	Coordenador	Sec. Escolar	Assessor - adm. Financeiro	
1990	M-1	M-2	F-1	0	0
2010	M-1	M-3	F-1	0	F-2 M-1
2022	M-1	M-2	F- 1	M -1	F-2 M-1

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

Vê-se que a segregação dos cargos e funções se reproduz também nas escolas como parte da construção das dicotomias

⁴⁸ m - masculino.

⁴⁹ f - feminino.

de gênero e da manutenção da submissão das mulheres no município. Não basta ser maioria numérica, como no caso do ensino fundamental i da rede municipal. O número de cozinheiras e de secretárias escolares na rede estadual também confere maioria às mulheres, mas é preciso discutir as condições sistemáticas da feminilização de *alguns tipos e postos de trabalho*, para que assim nos libertemos do controle patriarcal e machista e não se gerem mais subalternidade, desvalorização profissional e invisibilidade das pautas feministas.

Vemos que os marcadores de classe e gênero, quanto à distribuição de poder e ao próprio exercício profissional, determinam as aspirações sociais das mulheres de Itapiúna/CE. Dessa forma, mesmo na educação, os homens continuam mantendo o domínio, e os postos de trabalho aos quais as mulheres seguem sendo relegadas (contratos temporários e funções consideradas mais subalternas) as cingem na escola aos pressupostos naturalizados do cuidado e da maternagem.

Outro aspecto o qual achamos interessante destacar é que, após narrar a sua autobiografia, a entrevistada C (2022) ainda refletiu e enfatizou a importância da religiosidade em sua trajetória: “Quando eu analiso o que Deus fez em minha vida, vejo que ele me proporcionou e me permitiu viver várias coisas que, sem ele, eu não viveria. Ele me provou que eu nunca estive sozinha”.

E reforça:

É necessário, quando a gente conta a nossa história, não esconder a intervenção divina. Quando tudo parecia treva, e quando meu peito estava inundado de tristeza e desesperança, Deus foi meu guia, foi meu tudo. A gente se frustra, porque colocamos em nós mesmos expectativas altas demais, mas com Jesus não há decepção e cer-

tamente alcançamos lugares que nem a gente mesmo imaginava (ENTREVISTADA C, 2022).

Ao relatar especificamente a sua relação pessoal com o trabalho doméstico e com a docência, a interlocutora ainda destaca:

Eu comecei a ajudar em casa e na casa dos outros desde criança, então pra mim é natural. Aos 13, 14 anos eu já era doméstica mesmo. Com essa idade era só o que eu podia fazer e, por necessidade, sempre que aparecia uma oportunidade de ir trabalhar nas casas dos outros, eu ia. Ia ajudar a limpar a casa, a lavar a louça, cozinhar e lavar roupa. Aprendi a fazer as coisas mais nas casas dos outros, porque em nossa casa minha mãe **às vezes** queria fazer tudo sozinha. Os homens não podiam fazer nada e nem a minha irmã mais nova. Caçula é assim! Então eu e minha irmã mais velha, a gente ia pras casas, fazer as coisas e ganhar alguma comida, roupas, às vezes dinheiro. Com 14 anos, a minha responsabilidade era grande: cuidava de um senhor de 90 anos, da casa, das roupas, de tudo de uma casa! Eu queria sair de nossa casa pra não ver a violência do meu pai com minha mãe, com meus irmãos e até comigo. Muitas vezes tive que correr para não apanhar por motivo nenhum. Eu não suportava aquela violência toda por conta do machismo e da bebida dele (ao lembrar e relatar esses fatos, a entrevistada chorou. Nesse momento as lágrimas escorreram devagar e a emoção tomou conta da entrevista. Diante disso, foi necessária uma pausa). Desde nova eu já ia trabalhar na serra (Guaramiranga/CE) e em Fortaleza. Mas também, desde cedo, eu sonhava em ser professora, pois a minha madrinha era professora e

eu achava muito bonito o jeito educado dela. Quando eu passei em pedagogia na UECE ⁵⁰ foi uma alegria enorme pra mim. Nessa época, eu trabalhei como professora no município. Como eu trabalhava oito horas por dia, eu não tinha muito tempo pra estudar, então eu aprendi na sala de aula mesmo. Se tinha trabalho, eu fazia de madrugada ou nos finais de semana. Por conta do meu trabalho e da faculdade, eu sempre fui uma mãe ausente. Minhas irmãs me ajudaram muito a cuidar do meu filho. O pai dele era ainda mais ausente e eu procurava não pedir nada, nem dinheiro nem ajuda pra cuidar dele. Toda a responsabilidade era comigo. Eu não queria ir pra justiça, para ter que ter mais uma luta, mais um desgaste pra mim. Isso ia roubar o meu tempo e a minha paz. Meu tempo sempre foi muito corrido, na época da faculdade eu vendia bolo e ainda fazia unhas nas casas. Pensei em fazer outros concursos por causa da valorização profissional, a recompensa financeira do magistério ainda é muito baixa. Todo profissional precisa de um professor, mas a nossa classe é bem desvalorizada. Antigamente, **só via homem sendo diretor**, mulher era sempre professora. Hoje, eu penso que não existe profissão que mulher não possa assumir. Mas ser diretora eu acho que é um cargo em que mulher se encaixa mais, porque precisa ter muita atenção e cuidado, tem que ter um olhar amplo e sensível ao mesmo tempo. Com o cur-

⁵⁰ A entrevistada C estudou na FECLESC, unidade acadêmica da UECE em Quixadá/CE. A faculdade de educação, ciências e letras do sertão central (FECLESC) foi criada em 1976, sendo fruto de muitas lutas e mobilizações da sociedade quixadaense e do sertão central. Em 1983, passando então a integrar a universidade estadual do Ceará (UECE), a FECLESC implantou os cursos de pedagogia, ciências e história; em 1988 esses cursos foram então reconhecidos pelo conselho nacional de educação (CNE). A partir desse reconhecimento, a FECLESC inicia efetivamente a sua história, tendo como cerne a formação de profissionais da educação, com a responsabilidade de formar pessoas fundamentalmente comprometidas com o desenvolvimento cultural, educacional e socioeconômico da região do sertão central cearense. Cf. <https://www.uece.br/feclesc/>. Acesso em: 12 de set. de 2022.

so de pedagogia eu passei a ver as coisas de um jeito mais amplo, mais criterioso e ao ver um problema na escola eu consigo resolver da melhor forma (ENTREVISTADA C, 2022).

Sobre os fatores que a motivaram a ser professora e empregada doméstica, e as semelhanças entre as profissões, ela observa que:

A mulher que é professora é muito mais cobrada, pois é cobrada em casa e na escola. Já o homem não! O que eu mais gosto na profissão é ensinar uma criança a ler. Eu fico muito feliz ao ver aquelas crianças que não têm incentivo em casa começarem a ler. Isso me motiva. Vejo que as duas profissões exigem um bom controle das tarefas e do tempo. Ser empregada exige respeito e humildade. Ser professora, eu acho, exige mais afeto da gente. O que me motivou a fazer trabalho doméstico nas casas das pessoas foi o pagamento em dias. Eu nunca sofri, assim diretamente, discriminação fazendo faxina ou sendo empregada doméstica, mas a gente sabe que tem constrangimento sim. **Já vi isso sim com minhas colegas de profissão** aqui em Itapiúna. Tive uma patroa que dizia assim comigo: “Essa daí é gente”. Essa minha patroa era advogada e, quando falava isso, minha colega (que já era uma senhora e que sempre cuidou da cozinha e das roupas dela) e eu, a gente ouvia e ficava constrangida, mas nunca dissemos nada. Acredito que ela me considerava *gente* por eu estar fazendo faculdade na época e também por eu ser branca. Eu acho que ela ficava me comparando com a dona *, que era cozinheira da casa dela e que era uma senhora morena (ENTREVISTADA C, 2022, grifos nossos).

Diante dos depoimentos da entrevistada C, cabe considerar o que nos diz Michael Pollak (1989):

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é, de saída, reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto de forma seletiva (POLLAK, 1989, p. 06).

No caso da entrevistada C, vimos que ser empregada doméstica era, para ela, uma chance de sair de casa, de escapar da violência do pai, das várias situações de machismo na família e de garantir, sem perder a fé, o seu sustento. Nesse contexto, tornar-se empregada doméstica e tornar-se professora corresponde, no mesmo tom emotivo da entrevista, à possibilidade de ruptura com a situação de pobreza, tanto quanto com as violências de gênero, dentro de casa e nas conturbadas relações conjugais: algo intermediado contínua e pessoalmente por sua fé, resiliência e uma espécie de dedicação devotada ao trabalho *de servir*.

Quando ela cita que “a mulher que é professora é muito mais cobrada, pois é cobrada em casa e na escola. Já o homem não”, ela demonstra como o marcador de gênero atravessa e estrutura as desigualdades, e como ela vivencia isso: tendo que trabalhar ainda mais para dar conta dos papéis de gênero que lhe são impostos, como a responsabilidade com o filho e os cuidados com a casa, restando-lhe pouco tempo para a sua própria formação e investimento em si.

Nesse mesmo sentido, sobre o legado da *escravidão doméstica* inconsideradamente imposta às mulheres, Angela Davis (2016) destaca:

A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas - incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças - pressupõe igualmente colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia (DAVIS, 2016, p. 254).

Já quanto aos elementos que, a pretexto das relações de gênero e trabalho, formam a memória e a identidade das mulheres nos lugares de subalternidade, Michel Pollak (1989) observa que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (...) O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 08).

Vemos que, para a entrevistada C, a sua vida não pode ser narrada nem as suas memórias oralizadas sem a presença e o testemunho da fé, como elemento primordial de seu discurso e móvel da superação ao que ela mesma entende ser resultado do machismo e das demais violências de gênero. Ela confere plena credibilidade aos acontecimentos que lhe parecem ligados e atravessados pela fé, mesmo reconhecendo que as suas dificuldades se devem a causas materiais, com origem nas desigualdades de classe e gênero. Ela vê a fé, enfim, como um

instrumento de luta, de resistência e não apenas de consolo frente às condições materiais adversas.

A entrevista, nesse caso, possibilita a evidenciação desse e de outros aspectos, os quais comumente escamoteiam ou mitigam o protagonismo e a autodeterminação das mulheres. Para Thompson (2009),

(...) a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder e cujas vozes estão ocultas, porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres (THOMPSON, 2009, p. 16-17).

Em seu depoimento, é ainda possível conferir o quão colonial e elitista segue sendo a mentalidade de quem contrata os serviços domésticos de mulheres em contextos como os de Itapiúna/CE. Vale destacar a frase da patroa *essa daí é gente*. Concretiza-se nessa fala a discriminação entre duas mulheres que realizam os mesmos trabalhos. Uma é tratada com uma (falsa) distinção, *como gente*, apenas por cursar o nível superior, conforme foi destacado pela própria entrevistada. A outra, não. A patroa desconsidera a educação que a outra empregada recebeu em casa, em suas experiências de vida e até o fator de sua idade. Ela desrespeita uma senhora, ainda que precise dos seus serviços e do seu conhecimento para a organização de sua casa.

Vê-se nesse tipo de atitude como a herança colonial ainda alimenta preconceitos e impede a efetivação das leis e garantias trabalhistas. Em relação à colonialidade de gênero e à hierarquia entre *humanos* e *não humanos* no trabalho doméstico,

vejamos a definição de Lugones (2014):

(...) ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos, em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também expressar o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a algo menos do que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939).

Diante disso, superar a visão de que o trabalho doméstico é apenas uma atividade repetitiva e animalizada é, pois, uma questão de afirmação e efetivação de direitos humanos. O trabalho doméstico é, na realidade de Itapiúna/CE, uma chance que as mulheres têm para demonstrar as suas habilidades e proatividade, devendo, por isso, ser resguardado com toda a dignidade e tratado com apreço.

No que a isso se acresce, o trabalho doméstico envolve múltiplas tarefas, habilidades e práticas de circulação de saberes técnicos e tradicionais, devendo, por isso mesmo, ser mais bem remunerado e valorizado socialmente. Nesse trabalho, é preciso que as mulheres estejam dispostas a igualmente ensinar e a aprender diversos conhecimentos ancestrais, como, por exemplo, de receitas e segredos culinários que se preservam, e que são importantes para a manutenção da saúde, para a valorização/utilização de alimentos e ingredientes da terra e para a preservação da segurança alimentar.

São os saberes domésticos que igualmente cultivam e difundem o uso de remédios e receitas caseiras para o restabelecimento da saúde e do bem-estar, os quais as mulheres aprendem a manipular ao longo de suas vidas e com as suas mais velhas. Nas atividades domésticas elas também disseminam

os seus inúmeros fazeres como atitudes éticas, estéticas e solidárias, as quais herdam de suas famílias e de suas religiosidades; traduzidas, por sua vez, como valores em favor da proteção e do bem-estar delas mesmas e de todos/as os/as que com elas convivem, numa dedicação dificilmente comparável à de outras profissões.

Uma trabalhadora doméstica não pode, portanto, ser respeitada e tida *como gente* somente quando tiver nível superior, mas sim pelo trabalho valoroso que desempenha em uma casa. Valorizar todos os saberes é alimentar o pensamento pós-colonial, e isso se dá na medida em que também ressignificamos o trabalho doméstico e contribuímos para a valorização dessas profissionais.

O bom funcionamento de um lar resulta do serviço doméstico diuturnamente ali realizado: higiene e organização dos espaços e refeições prontas no horário certo. Muitas vezes, são as mulheres cuidadoras que observam primeiro quando uma pessoa idosa ou uma criança adoce. Toda essa gama de serviços e trabalhos, que exige criatividade, inteligência, técnica e resistência, além de esforço e dedicação, não pode seguir desvalorizada nem invisibilizada apenas por se tratar de algo quase sempre realizado por mulheres sem educação formal.

A realidade para essas mulheres segue, contudo, sendo a de exploração de seus corpos e de seu trabalho, através do aumento dos turnos laborais, da baixa remuneração e do acúmulo de atividades e jornadas, como observamos nas situações de vida de todas as entrevistadas aqui. Infelizmente, em nosso meio, parece que o bem-estar da classe privilegiada segue dependendo estruturalmente da precarização e da extorsão das condições de vida e trabalho dessas mulheres. É o que nos ex-

plica Helena Hirata (2015):

O trabalho precário é majoritariamente feminino. Aqui também, como nos outros aspectos referidos anteriormente, é necessário estabelecer a relação entre desigualdade no mercado de trabalho e desigualdade na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber, relações de dominação) (HIRATA, 2015, p. 11).

Dessa forma, as mesmas relações servis, em casa e na sociedade, parecem seguir reduzindo as mulheres à condição de auxiliares gerais da dominação e dos privilégios do patriarcado, e isso tem de mudar o quanto antes.

3.4 Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos. A educação como um compromisso ético com o mundo

A entrevistada D iniciou o curso de licenciatura em pedagogia em 2016, mesmo ano em que teve a oportunidade de trabalhar no município, durante a gestão do Prefeito Wauston Cavalcante, como auxiliar de professora da educação infantil. Como afirmou em entrevista, ela **não** conseguiu concluir o curso, pois as dívidas com mensalidades foram se acumulando e fugiram ao seu controle, ao mesmo tempo em que a instituição de que era aluna encerrou todas as suas atividades fora da sede em Arapiraca/AL, a partir de fevereiro de 2021.

A faculdade de ensino regional alternativa (FERA)⁵¹, da

⁵¹ A faculdade de ensino regional alternativa (FERA), de Arapiraca/AL, ofereceu até o ano de 2020, em praticamente toda a região nordeste, cursos de pedagogia em serviço ou em regime especial, com aulas apenas aos finais de semana, e voltados prioritariamente para professoras que já atuavam na educação infantil e no ensino fundamental i sem ser licenciadas. Atendendo à portaria do MEC, nº 102, de 04 de fevereiro de 2021, a instituição teve restringida a oferta de seus cursos apenas à circunscrição de sua sede, qual seja o município de Arapiraca, no estado de Alagoas (Cf. <https://www.>

rede particular, funcionou durante os finais de semana em Caio Prado, do ano de 2016 até 2020. Foi trazida até ali por intermediação do primeiro pároco da paróquia de São José, padre Luciano Limaverde Vieira Costa. Segundo a nossa interlocutora, o padre se empenhou em trazer a faculdade para o distrito para que mais pessoas tivessem a oportunidade de cursar o ensino superior na comunidade. Os cursos à época ofertados foram os de licenciatura em pedagogia e bacharelado em contabilidade. No curso de pedagogia, segundo a entrevistada, 90% das/os estudantes eram mulheres.

Já entre os anos de 2010 e 2019 também foram ofertados em Itapiúna, na sede do município, os cursos de pedagogia, educação física e administração. De acordo com uma das ex-coordenadoras da universidade Brasil ⁵², até o ano de 2019, foram formadas na sede do município três turmas de pedagogia e, entre os/as 400 alunos/as formados/as, 95% eram mulheres. No curso de administração, 60% eram de mulheres e no curso de educação física apenas 20%. Quando indagamos sobre o motivo da recorrência da oferta curso de pedagogia, a ex-coordenadora do curso nos informou:

Por ser um município de pequeno porte, o que se oferece às mulheres é a oportunidade de dar aulas nas escolas. As mulheres daqui são muito independentes e guerreiras, trazer esses cursos pra cá foi uma boa oportunidade para aquelas professoras que já ensinavam sem ter o nível superior (EX-COORDENADORA, 2022)⁵³.

fera-al.com.br/. Acesso em: 22 de nov. de 2022).

⁵² A universidade Brasil, com sede em Fernandópolis, interior do estado de São Paulo, por força da mesma portaria do MEC, nº 102, de 04 de fevereiro de 2021, teve de igualmente restringir os seus cursos presenciais à sua sede e os seus cursos EAD aos locais onde mantivesse estruturas de pólo (Cf. <https://ubvestibular.com.br/cursos-graduacao-presencial/>. Acesso em: 22 de nov. de 2022).

⁵³ Entrevista concedida por uma das ex-coordenadoras da faculdade no município, em 23 de fevereiro de 2022.

Quando questionamos sobre as oportunidades de trabalho para essas mulheres depois de terem se formado, a então coordenadora nos respondeu: “depois de formadas, algumas delas foram embora, mas as mulheres daqui são lideranças no empreendedorismo. Muitas delas foram então trabalhar em salão de beleza, foram vender doce, bolos e roupas” (EX-COORDENADORA, 2022) ⁵⁴.

Havia, de fato, até antes da pandemia de covid-19, uma recorrência da oferta do curso de pedagogia no município e uma grande procura por parte das mulheres - que, apesar de buscarem formação na área da educação, não conseguiam/não conseguem permanecer atuando de maneira contínua na área. A maioria acaba mesmo tendo de se tornar *empreendedora*, permanecendo assim na informalidade e em condições bastante difíceis de vida e trabalho.

Outro motivo para que o curso de pedagogia fosse o mais ofertado e procurado no município é, certamente, o seu baixo custo, o que torna essa formação mais acessível às mulheres e à população de baixa renda. O recorrente discurso de que as mulheres são potentes empreendedoras locais invisibiliza, por sua vez, os conflitos entre capital, gênero, classe e trabalho, notadamente em meio à situação crônica de estagnação econômica, pobreza, patriarcado e cultura política clientelista do interior do estado.

Como consequência dessa situação é que as mulheres buscam criar suas próprias oportunidades de negócios, assumindo atividades de risco, devido ao aprisionamento da cultura de gênero, como se naturalmente elas devessem seguir o caminho da docência e/ou da permanência em ocupações e profissões menos valorizadas socialmente, como professora,

⁵⁴ Entrevista concedida por uma das ex-coordenadoras da faculdade no município, em 23 de fevereiro de 2022.

cabelereira, manicure ou vendedora de comidas. Infelizmente, não há políticas públicas de apoio ou de planejamento especificamente focadas nas situações de vida e trabalho dessas mulheres.

Vale, Carvalho e Chaves (2014) mostram, por sua vez, que o aumento de oportunidades para o ensino superior privado é rentável e:

(...) é parte da política neoliberal que tem sido implementada no país desde o início da década de 1990, em consonância com os organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, que defendem a oferta desse nível de ensino por meio das instituições de ensino privadas (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 200).

Esse processo de expansão do ensino superior decorre, em parte, da promulgação da LDB nº 9394/1994, segundo a qual se passou a exigir formação em nível superior (em cursos de licenciatura) para a atuação no magistério do ensino fundamental. Dessa maneira, com imensa satisfação em *ser professora*, ainda que *não formada*, em participar de uma pesquisa acadêmica e em contar os seus desafios e vitórias, a entrevistada D nos relata:

Eu tive uma infância muito feliz! Eu brinquei muito! Na minha época, as bonecas eram de pano e de sabugo de milho (risos). Passei a minha infância na comunidade Juá (distrito de Quixadá) e com 09 anos de idade vim morar aqui no Caio Prado. Sou filha de agricultores e desde cedo precisei trabalhar para ajudar a sustentar minha família. Desde os 10 anos eu já cuidava de crianças mais novas do que eu. Nessa idade, eu já trabalhava em casa de família e na minha adolescência também,

mas sempre focada, estudando. Eu sabia que só através dos estudos eu ia melhorar de vida e ter um trabalho digno. É somente com os estudos que a gente consegue algo bom na vida. Cedo eu precisei sair de casa pra ajudar a criar meu irmão mais novo e um sobrinho. Com vinte e quatro anos me casei, mas continuei estudando. Meu casamento foi conturbado, porque meu marido já era alcóolatra. Com trinta e oito anos fiquei viúva e com dois filhos pra criar (uma menina e um menino). O meu sonho era fazer enfermagem e, se Deus quiser, um dia eu ainda vou fazer, apesar de estar satisfeita em ser professora. Eu sou uma pessoa sonhadora e não desisto fácil das coisas. Eu estou sempre pensando nos meus filhos e na melhoria de vida deles. Quero poder ajudar quando eles precisarem (ENTREVISTADA D, 2022)⁵⁵.

Mais uma entrevistada descreve a infância como o momento da vida em que precisou iniciar os trabalhos domésticos, reduzindo assim o tempo para se dedicar aos estudos e às oportunidades de crescer profissionalmente. Sobre a injusta divisão sexual dos trabalhos de cuidado e a naturalização dessas atividades pelas/ para as mulheres, Helena Hirata (2015) observa que:

O trabalho do *care* (cuidado) é exemplar das desigualdades imbricadas entre gênero, classe e raça, pois as cuidadoras são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes imigrantes (migração interna ou externa). (...) O trabalho de cuidado foi exercido por muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizada “por amor”, com idosos, crianças, doentes, deficientes fí-

⁵⁵ Entrevista concedida em 17 de março de 2022.

sicos e mentais (HIRATA, 2015, p. 09, grifos do original).

A aparente neutralidade nos encargos de cuidado e nos trabalhos subalternos que as mulheres desempenham expõe a própria visão de mundo dos líderes e diretores das instituições que, através da distribuição de competências, externam suas ideias patriarcais incorporadas à produção e manutenção da ordem do mundo. Conforme essa lógica, as mulheres permanecem silenciadas e **são** comumente convocadas para atividades de cuidado e/ou decorativas, tidas como atribuições tipicamente femininas.

Em relação às desigualdades de gênero e classe, Hirata (2014) esclarece que “o *care* revela as relações de poder, pois os que têm os recursos recebem cuidados, independentemente de suas necessidades” (HIRATA, 2014, p. 66). Consequentemente, quem não tem os recursos - as mulheres - são *as que cuidam*.

Vejam como a entrevistada D relaciona as duas profissões (docência e trabalho doméstico) com a questão do *cuidado*:

Eu sempre gostei de cuidar das crianças e das pessoas da minha família, por isso fui ser doméstica e também professora... e um dia ainda quero ser enfermeira, se Deus quiser. Olha que desde pequena eu já cuidava das pessoas e comecei a trabalhar pra ajudar no sustento de casa. Quando surgiu a oportunidade de ser professora na prefeitura, eu fui fazer pedagogia, eu vi que isso seria bom pra educar bem os meus filhos e deixar pessoas melhores no mundo. *Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos*. Pra mim, ser professora é isso, é cuidar das pessoas e deixar o mundo um lugar melhor. Eu sempre achei bonita essa profissão, en-

tão pra mim foi uma alegria e uma honra. Pra ser professora você precisa estudar muito. Mas pra profissão de doméstica você também precisa saber de muita coisa. Por exemplo, quando for viajar, tem de saber se comportar, precisa saber dar um remédio, identificar alguém com febre... num dia, você está com uma idosa, noutro você está com a neta dela. Por isso eu digo: educação e saúde andam juntas! A gente não pode parar de estudar nunca. Como também sou professora, acho que minha patroa me respeita mais... sabe? Eles me tratam super bem, acho que é porque eu tenho uma boa formação. *Eu sento na mesa com eles.* Antes a gente não via isso. Eu sinto que sou muito respeitada nas duas profissões que assumi. Hoje eu me sinto uma pessoa guerreira, capaz de cuidar dos filhos, da casa, de assumir duas profissões. Ser mulher é assim: é ser capaz de pensar em mil coisas que o homem não consegue fazer sozinho. Se você deixar a casa na mão de um homem, quando você volta, tá tudo de cabeça pra baixo. Ele simplesmente não consegue cuidar de nada, não tem essa capacidade, é raro (ENTREVISTADA D, 2022).

Quando a entrevistada D diz: “*eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos.* Pra mim, ser professora é isso, é cuidar das pessoas e deixar o mundo um lugar melhor. Eu sempre achei bonita essa profissão, então pra mim foi uma alegria e uma honra”, ela está, desde o seu lugar, da sua história e dos seus próprios modos e comportamentos de vida, afirmando e reforçando a sua responsabilidade ético-existencial no/com o mundo.

Há de se ver que não se pode, aqui, criticar - de maneira insensível e absoluta - qualquer alienação da entrevistada

quanto à reprodução dos estereótipos do *cuidado* ou quanto à exploração e generificação dos trabalhos subalternos, tradicionalmente atribuídos (relegados) à mulher pelo patriarcado local.

Antes da apreciação desses efeitos na formação de sua subjetividade e na limitação de sua consciência política, salta - na espontaneidade do *ethos* da entrevistada D - o seu compromisso genuíno e poderoso com o amor e a esperança, tal como teorizado pela filósofa Hannah Arendt (2001), quando elabora o seu conceito de amor ao mundo (*amor mundi*). A esse respeito, Adriano Correia (2010) nos explica:

Amor mundi converte-se aqui em “quero que o mundo persista”, e o *amor aos homens* em “quero que eles persistam”. Hannah Arendt assume justamente que o mundo só se torna um lugar habitável e a convivência suportável e desejável se assumirmos por amor ou gratidão a responsabilidade por ele e se, por amizade e respeito, interagirmos com nossos pares mediados pela esperança (CORREIA, 2010, p. 821, grifos do original).

Desse modo, a despeito de toda manipulação da ordem patriarcal *do mundo e das coisas*, em função utilitária do egoísmo capitalístico e mesquinho da periferia política e econômica do interior do Ceará, aqui podemos e preferimos ver (pensar e celebrar), por meio do seu depoimento, que *ser professora*, aceitar o convite para fazer parte do quadro docente em Itapiúna, é algo que humanamente desborda todos os mezinhos interesses partidários, que supera as ominosas condições materiais de vida e trabalho da entrevistada.

Antes de qualquer coisa, a sua escolha alia-se genuinamente ao compromisso consciente de cuidar dos filhos, da casa, do mundo e, por meio da educação, construir uma vida

melhor para si e para todos/as com quem ela convive, encorajando cada ser a encontrar um sentido em comunhão com os/as semelhantes.

A verdade é que a conjunção sórdida dos agentes e das estruturas - que funcionam e determinam as condições de sua atuação laboral - passa-lhe despercebida, conquanto especificamente em relação aos princípios educacionais e às concepções de amor ao mundo, presentes nos estudos de Hannah Arendt (2001), seja impossível deixar de ver e destacar nas ideias e no compromisso de mundo da entrevistada a seguinte reflexão:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele - tal como ele é - e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum e sempre possível (ARENDR, 2001, p. 247).

Como salienta Paulo Freire (1991), acresce-se a isso o fato de que: “ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58).

Ser professor/a é, pois, uma tarefa que exige constante reflexão para melhorar a experiência educacional, exige a dedi-

cação aos estudos, para uma formação eficiente e uma prática de ensino qualificada. É igualmente dizer não ao conformismo da precariedade das/os profissionais que formam todos/as os/as outros/as profissionais e que são tidos/as como baluartes da educação. Mas é, sobretudo, como nos diz a entrevistada D: “cuidar das pessoas e deixar o mundo um lugar melhor” (ENTREVISTADA D, 2022).

Não se pode ser ou tornar-se professor/a, portanto, meramente a convite de um gestor, sem que se esteja dentro de um projeto, conforme a um ideal político-educacional de vida e compromisso em longo prazo. Um projeto, ou melhor, um propósito de vida, em que se decide, sim, amorosamente, pela construção de uma sociedade mais igualitária e digna, capaz de oferecer um futuro promissor às novas gerações. Um compromisso que implica, porquanto, definitivamente na escolha pela esperança: também como forma de resistência contra a reprodução dos modelos de dominação de gênero e de expropriação pelo sistema capitalista.

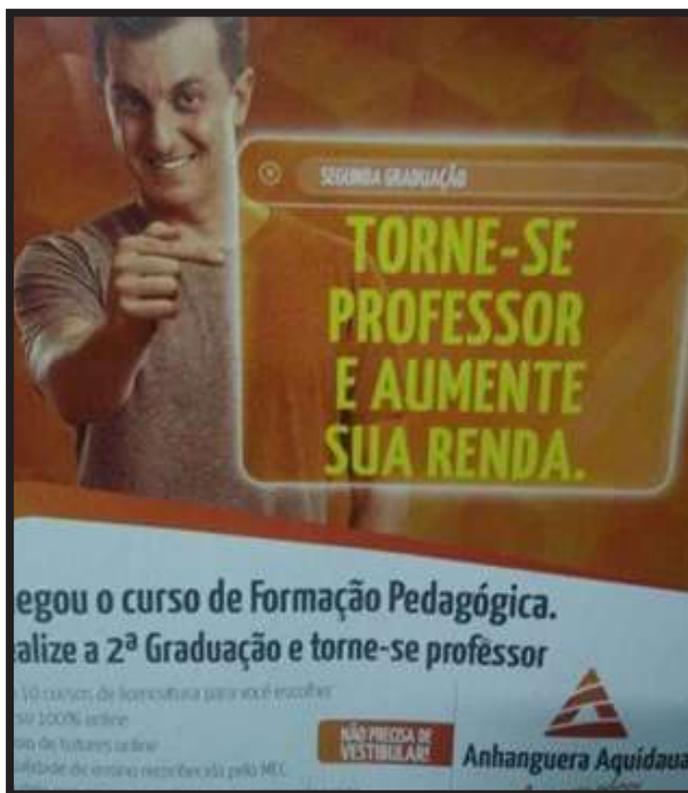
3.5 *E o salário, ó!* Desvalorização e desprestígio econômico entre trabalho doméstico e docência

A *escolinha do professor Raimundo* foi um programa de entretenimento exibido pela rede Globo de televisão durante a década de 1990, reprisado em 2010 e regravado em 2015, com outro elenco, mas com o mesmo roteiro. Como jargão, o professor Raimundo, originalmente interpretado pelo ator, diretor, escritor, roteirista e comediante cearense Chico Anísio, repetia sempre no fim da aula: “e o salário, ó!...”.

A sátira reforça a ideia de que as/os professoras/es são profissionais frustradas/os, e que mesmo diante da desmo-

tivação financeira seguem compulsoriamente o seu trabalho, porque não têm outra escolha.

Em 2017, o apresentador Luciano Huck participou, por sua vez, de uma campanha publicitária do grupo empresarial-educacional Anhanguera, que também desqualifica o magistério como profissão de carreira, reduzindo-o a um *bico*, a um complemento de renda ou a uma eventual oportunidade tecnicista de emprego e renda:



Fonte: Para Huck, ser professor é “bico”! — Conversa Afiada. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/cultura/para-huck-professor-e-bico>. Acesso em: 06 de set. de 2022.

A propaganda, de fato, repercutiu mal e rapidamente foi tirada do ar. Na ocasião, o grupo empresarial-educacional Anhanguera lançou a seguinte nota de esclarecimento:

Erramos. Nós, da Anhanguera, pedimos desculpas pela mensagem equivocada sobre a função e a importância dos professores. A campanha de marketing que causou mal-estar não representa o que nós, como instituição de ensino, acreditamos, e foi retirada do ar. Nossa intenção com o curso de Formação Pedagógica é incentivar que profissionais já formados possam ter também essa habilitação e contribuir para a resolução do déficit de professores que o Brasil enfrenta. Acreditamos que, promovendo a docência, temos o caminho para o desenvolvimento social e econômico do país. Por fim, esclarecemos que, esta campanha, em específico, não foi submetida à análise prévia do Luciano Huck e de sua equipe⁵⁶.

Desagravo apresentado. Isentada a figura do apresentador. O que vemos, contudo, cada vez mais se reproduzir na mídia e na opinião pública é a desvalorização social e profissional da docência, na medida em que se disseminam o discurso e a compreensão de que *ser professor/a* não é uma escolha *válida ou bem pensada, mas uma segunda opção*.

Prevalece ainda a negação da necessidade de uma formação mais eficiente para *se tornar professor/a*. Ou seja, isso indica a banalização da desqualificação do magistério como profissão, a ponto de qualquer pessoa poder se tornar professor/a - *em caso de necessidade* -, em alguns poucos meses e/ou aos finais de semana. A docência é vista, assim, como apanágio

⁵⁶ Disponível em: Para Huck, ser professor é “bico”! — Conversa Afiada. <https://www.conversaafiada.com.br/cultura/para-huck-professor-e-bico>. Acesso em: 06 de set. de 2022.

à pobreza de quem ensina ou *dá aulas*, como opção de quem investe em um novo e barato empreendimento pessoal, exercendo, sem maiores problemas nem consequências, um novo emprego e obtendo, assim, facilmente uma *renda complementar*.

Em contextos como o de Itapiúna/CE, onde as políticas públicas educacionais costumam se resumir ao balcão de contratação de afilhados/as na secretaria de educação do município, todo esse descrédito em torno da docência e a ordinarização/precarização da carreira do magistério naturalizam ainda mais a conjuntura local do clientelismo político, das desigualdades e injustiças de classe e gênero.

Ante a irresponsabilidade do poder público e as investidas neoliberais do individualismo, do falso empreendedorismo e do capacitismo, observa-se no pensamento de Valci Melo (2019) a compreensão precisa em torno dessa desqualificação dos fazeres e dos saberes docentes:

Percebe-se, aí, o discurso do individualismo neoliberal, que desloca o problema da sobrevivência digna de uma perspectiva estrutural, sistêmica, localizando-o na esfera individual. Com isso, silenciam-se as precárias condições de trabalho alienado do sistema capitalista (MELO, 2019, p. 157).

A ideologia neoliberal transfere, de fato, os problemas estruturais do sistema capitalista (em nosso caso, capitalista, periférico, patriarcal, coronelista e economicamente estagnado) para os indivíduos, senão mais especificamente para *as indivíduos trabalhadoras*: como se tudo dependesse do esforço pessoal, dócil, servil, grato e resignado delas para que, a despeito de todas as mazelas, as estruturas se mantenham funcionando a serviço dos interesses do patriarcado.

Vimos que no caso das entrevistadas A e B, ainda que licenciadas em pedagogia, elas nunca estiveram em uma sala de aula; já a entrevistada C só teve a oportunidade de trabalhar na docência por um ano. Segundo Angela Davis (2016), “o processo de produção capitalista pressupõe a existência de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis e sempre à disposição” (DAVIS, 2016, p. 247).

Nesse bojo, trabalhadoras domésticas e professoras da educação infantil e do ensino fundamental certamente representam parte considerável do grupo mais explorável, precisamente porque são essenciais as funções que desempenham para a estruturação e reprodução da ordem social. Paradoxalmente à sua importância, elas não podem, no entanto, sob nenhuma hipótese, ser remuneradas dignamente, e o que é feito por elas deve seguir sendo compreendido como algo naturalmente *subalterno e feminino*.

Os problemas impostos pelo capitalismo, como a dificuldade ou a falta de oportunidades para empregar condignamente as mulheres (mesmo com nível superior), trouxeram às interlocutoras desta pesquisa a necessidade de seguir buscando empregos precários e de transformar até mesmo as suas residências em espaços comerciais.

Onde antes era a sala de casa, o *empreendedorismo local feminino* faz surgir uma papelaria, uma lanchonete ou um salão. Ante a necessidade que têm de complementar a renda necessária à sua sobrevivência pessoal e familiar, essas mulheres abrem a intimidade de seus lares e de suas vidas para improvisar restaurantes, mercearias e estúdios de beleza.

Na verdade, ter formação em pedagogia não proporcionou nenhuma *renda extra* às entrevistadas que não conseguiram emprego (concurso ou contrato) na rede municipal de educa-

ção. Tampouco ser *patroas de si mesmas* lhes trouxe qualquer autonomia ou prosperidade, de modo que elas continuaram a depender dos serviços domésticos que prestavam, e que seguem prestando desde sempre, mesmo depois de sua formação.

Todos os depoimentos e entrevistas aqui considerados correspondem a histórias de mulheres do interior cearense em pleno século XXI, que durante a vida inteira trabalharam fora de casa e que, quando estão em casa, trabalham igualmente o máximo possível de horas: seja com os afazeres domésticos não remunerados - referentes aos cuidados do lar, dos/as filhos/as e dos companheiros - ou com a venda de produtos e prestação de outros serviços, como higiene, cuidados corporais, culinária e beleza.

Recusar a naturalização da precariedade e da desvalorização do trabalho das mulheres, assim como das múltiplas jornadas que lhes são inconsideradamente impostas, é apenas o começo da luta pela igualdade laboral de gênero. Consiste, por outro lado, em também reconhecer que as mulheres podem e devem estar em quaisquer espaços profissionais públicos e/ou privados, percebendo salários dignos: em total equiparação com os homens que ocupem os mesmos cargos ou aos quais sejam atribuídas as mesmas ou análogas funções.

Não obstante a isso, podemos observar nas falas das entrevistadas que ser empregada doméstica, hoje em Itapiúna/CE, pode ser considerada uma situação que lhes garante um relativo *respeito*, além da segurança de um pagamento pontual. Diga-se, ademais, que - para pelo menos duas delas - isso parece ser mais vantajoso do que ser professora.

Elas ainda demonstram, em suas falas, que ser doméstica e/ou professora são profissões complexas, para as quais é ne-

cessário, de modo análogo, estudar e saber bastante: a fim de se dar conta convenientemente das exigências e das dinâmicas inerentes a ambos os trabalhos. Ambas as profissões exigem, conseqüentemente, esforços intelectuais, sensibilidade, criatividade, disponibilidade e interatividade, além de *vontade de servir*.

Ao que a isso se acresce, elas afirmam ter escolhido o curso de pedagogia pelo fato de sua formação lhes proporcionar uma melhor educação para os seus filhos e filhas, tanto quanto por uma questão político-econômica de ordem prática: relativa à possibilidade de obtenção de uma vaga de trabalho junto à secretaria de educação do município. Todas afirmam ainda ter escolhido a formação docente, não por lhes ter sido a última ou a única opção, mas porque *amam e acreditam na educação*.

Por último, não se escreve aqui simplesmente para *dar voz às mulheres*, mas a fim de se olhar e de se pensar *as trajetórias de vida das mulheres interlocutoras desta pesquisa*, a partir de suas narrativas e perspectivas próprias: como sujeitas políticas dotadas de potencialidades e particularidades históricas.

Interessam os modos como elas conjugam as suas experiências e saberes no enfrentamento das relações de poderes (insidiosamente estruturadas na exploração de seu trabalho e na subalternização de seus corpos, de seus modos e comportamentos vitais). Interessa compreender as estratégias por elas desenvolvidas na resistência e na luta contra valores e condições mesquinhas, mantidas a custo de renitentes papéis de gênero e escorchantes injustiças e desigualdades sociais.

Entre as maiores vitórias que elas, apesar de todas as dificuldades, destacam em suas trajetórias estão: formar-se em um curso superior; ter a sua casa própria e; manter-se moran-

do na mesma cidade em que nasceram (e que não lhes oferece boas oportunidades de emprego e renda). Do ponto de vista subjetivo, elas se consideram vitoriosas, na medida em que se orgulham de sua formação, da potência e do valor de seu trabalho e que entendem poder contribuir com uma educação de melhor qualidade para os seus filhos e filhas.

Não se pretende, com o destaque a essa compreensão das entrevistadas, corroborar com qualquer romantização das condições de vida e trabalho dessas mulheres do interior do Ceará - que são professoras, mães, donas de casa, empregadas domésticas e empreendedoras, sem que os seus direitos e a sua cidadania sejam reconhecidos e respeitados em condições de igualdade com os homens.

No entanto, tampouco se pode deixar de estimar e valorizar todos os seus esforços, a vivacidade de seus ideais e, sobretudo, a esperança e o amor com que se dedicam à educação, ao cuidado dos/as filhos/as, à família e ao trabalho, a despeito do atavismo patriarcal das estruturas de injustiças, desigualdades e explorações: as quais - tanto ainda - lhes cerceiam as oportunidades e lhes oprimem a vida.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhamos com a hipótese de que há um entrelaçamento histórico das questões de gênero, classe e trabalho: as quais, na conjuntura de pobreza, estagnação econômica, patriarcado e clientelismo político de Itapiúna, na região do maciço de Baturité, interior do estado do Ceará, reproduzem específicas injustiças e desigualdades estruturais: direta e contingencialmente impactantes nas condições de vida e trabalho das jovens mulheres pobres da região.

Observou-se a síntese material dessas injustiças e desigualdades na naturalização das condições de subalternidade da mulher, na subserviência da mão de obra feminina, no colonialismo das relações com o trabalho doméstico e na precarização/desvalorização do trabalho docente, especificamente da educação infantil e do ensino fundamental (sob o encargo e organograma da rede municipal de educação).

Observou-se, ademais, que todas as entrevistadas, interlocutoras desta pesquisa, têm uma origem social comum: são mulheres advindas de famílias pobres que, desde a infância, tiveram de se dedicar ao trabalho nas lavouras e nas *casas de família*. A alternativa inicial mais viável para todas elas foi o

trabalho doméstico, sendo que, a posteriori, viram nos cursos de licenciatura a possibilidade de conseguir um emprego na prefeitura, sem deixarem os seus lugares de origem.

A despeito de nem todas elas terem obtido colocações nos quadros da educação, todas elas enxergaram nos cursos de licenciatura uma referência positiva para a melhoria do desempenho de suas funções e reconhecimento no trabalho doméstico remunerado. Entretanto, o fato de *estarem formadas*, de terem nível superior, não lhes garantiu, como babás, cuidadoras, faxineiras, diaristas, cozinheiras e empregadas domésticas, o cumprimento de nenhum de seus direitos trabalhistas nem de nenhum acréscimo salarial por parte dos seus patrões ou patroas.

Entres as maiores dificuldades para se formar, todas alegam a falta de tempo e de apoio para estudar adequadamente, já que são sobrecarregadas com tarefas domésticas e outros serviços para se manter na faculdade. Algumas são mães solo ou não contam muito com o apoio de maridos e companheiros. Ser mulher e ser pobre em Itapiúna/CE lhes arroja, assim, a uma verdadeira situação de vulnerabilidade, ante a qual elas não têm como retroceder, pois que *na prática não lhes restam outras escolhas* para o atendimento condigno de suas necessidades pessoais e familiares.

Depois de formadas, elas precisam de um apadrinhamento político no poder público municipal, a fim de alcançar alguma vaga como docente, em alguma creche ou escola de educação infantil e ensino fundamental. Algumas vezes, no entanto, mesmo contratadas na educação, elas não conseguem *se ver livres* da necessidade de prestar - contínua ou eventualmente - alguns serviços domésticos.

Há no município um direcionamento por indicação para

as atribuições de vagas de professora da educação infantil e do ensino fundamental, áreas em que há maior ingerência/controlado dos cargos a serem ocupados, sendo a maioria das indicadas mulheres.

Diante desse cenário, cada uma aproveita o curso de licenciatura a seu modo: para permanecer dando aulas na escola, mas também para ser mais bem aceita no serviço doméstico e em outros trabalhos, tanto quanto para educar melhor os/as filhos/as ou ainda com o objetivo de prestar concurso público e alcançar uma ascensão profissional, como no caso da entrevistada C.

As maiores vitórias para elas consistem em conseguir se manter no município, obter a casa própria e se formar. Desse modo, todas entendem que, positivamente, são vencedoras e pretendem, com seus exemplos de vida, inspirar filhos/as e familiares. Os cursos de licenciatura lhes pareceram igualmente válidos não apenas quanto à perspectiva de uma melhor remuneração financeira, mas também como estímulo a uma maior e mais adequada compreensão da vida e do mundo.

Concluímos que o patriarcado e o colonialismo ainda permeiam profunda e estruturalmente as relações sociais locais, segmentando os trabalhos de homens e mulheres, cingindo-lhes os lugares e a importância, reproduzindo inúmeros obstáculos para a ascensão feminina na educação e no mercado de trabalho.

Vimos como os papéis de gênero seguem conferindo sentido às organizações sociais do trabalho, tanto nos lares quanto nas demais instituições sociais. As desigualdades se reproduzem essencialmente nas questões ligadas ao gênero, à classe e a distorções políticas como o clientelismo: assentes às estruturas excludentes do capitalismo e permissíveis ao desní-

vel salarial e de condições de trabalho entre homens e mulheres, mesmo que estas detenham nível superior.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (Org.). A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000. Campinas: Pontes, 2003. p. 255-290.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2002.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Novos feminismos e a luta pelos direitos das mulheres. Nexo Jornal, Coluna Ensaio. Data: 06/03/2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/Novos-feminismos-e-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 07/03/2021.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

AMORIM, Gusmão Freitas. **Vida que forma:** autobiografia e formação de professores. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará-UECE, Fortaleza, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Alguma poesia. Rio de Janeiro:

ro: Record, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Maria das Graças de. **Trajetórias de formação e profissionalização de professoras leigas do município de Itapiúna/CE**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460 - 475, agosto, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo, vol. I. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1997.

BLOCH, Marc. Apologia da história. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília/ DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Education at a Glance 2021 - Destaques da OCDE para o Brasil. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília/ DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo da educação básica 2021: resumo técnico. Brasília/DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estu-

dos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Panorama da educação: destaques do *Education at Glance 2020*. Brasília/DF, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dados históricos do município de Itapiúna. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Itapiúna. Acesso em 14 de maio de 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (con) formação das identidades profissionais. VI Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente, v. 6, 2006.

_____. Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CORALINA, Cora. Melhores poemas Cora Coralina. São Paulo: Global Editora, 2015.

CORREIA, Adriano. Natalidade e *amor mundi*: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 36, p. 811-822, junho, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. Origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro: Vitória, 1978.

ESTÉBAN, Stephanie Duarte. **O consumo ritualístico do baile de debutantes**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Syccorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Glaucia Holanda. **Gênero e memória política: a presença feminina na Câmara Municipal de Itapiúna (1996-2008)**. 2010. 68 f. Monografia (Curso de História) - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, Universidade Estadual do Ceará – UECE. Quixadá, 2010.

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed UNESP. 2000.

_____. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

FREITAS, Francisco Emílio Campelo. O Moderno e o Tradicional na Política de Itapiúna. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Revista do Centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41- 62, abril, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, São Paulo, v. 26, p. 61-73, março, 2014.

Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Fundação Friedrich Ebert Brasil – Análise, São Paulo, v. 7, p. 01-24, junho, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 37, p. 595-609, agosto, 2007.

JOSSO, Marie-Christine. Caminhar para si. Tradução de Albino Pozzer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social. Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. Tempo Social, São Paulo, v. 31, p. 149-172, junho, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIO-RI, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: contexto, 2004. p. 443-481.

LUGONES, María. Colonialidad y género. Tabula Rasa, Bogotá, v. 09, p. 73-101, jul-dez, 2008.

Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, p. 935-952, setembro, 2014.

MAGALDI, Ana Maria B. de Mello. Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e de Aluisio Azevedo. In: COSTA, Albertina O. da;

MARTINS, Marcelino. Prefeitura de Itapiúna promove Festa de Debutantes e realiza o sonho de 29 adolescentes. A Voz do Bem, Itapiúna, 23 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.avozdobem.com/2019/12/prefeitura-de-itapiu-na-promove-festa-de-debutantes-e-realiza-o-sonho-de-29-adolescentes/> Acesso em: 23 de fev. de 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MELO, Valci et al. Torne-se professor e aumente a sua renda: o discurso de negação da docência como profissão. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, v. 01, n. 42, p. 146-166, 2019.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Revista Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 430-438, 2017.

NUNES, Edson. A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento democrático. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Trabalho e gênero: a construção da diferença. Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 3, p. 01-07. 2011.

PEREIRA, Virgínia Areias. Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado: rupturas e permanências. Recife: O autor, 2012.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. Narrativas e Trajetórias: abordagens metodológicas a partir da UNILAB. Cadernos CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 169-186, jan./abr. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral:

a pesquisa como experimento em igualdade. Projeto História, São Paulo, n.14, p. 01-18, fev. 1997a.

O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 01-15, fev. 1997b.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Emprego doméstico e capitalismo. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. A relevância de classe no debate da desigualdade—Classe social e gênero, intersecções. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, V, 2007, Campinas, Anais, Campinas, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Os saberes implicados na formação do educador. Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, p. 145-155, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 01-29, 1995.

SEIBEL, Erni José; DE OLIVEIRA, Heloisa Maria José. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 39, p. 135-145, 2006.

SILVA, Benedicto. Dicionário de ciências sociais. São Paulo: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1987.

SOARES, José. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. In: Annual meeting of National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS). 2016.

SOUSA, Vera Luísa de. As relações entre o feminino e o magistério no Brasil. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 20, n. 1, p. 38-48, 2017.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. História oral, São Paulo, v. 5, n. 01, p. 01-20, 2009.

TOLENTINO, Luana. Você faz faxina? Não, faço mestrado. Sou professora. Entrevista concedida a Ana Luiza Basílio. Carta Capital, São Paulo, v. 01, jul. 2017, n. p.

TORRES, Monalisa Lima. **A gramática do poder local: ciclos políticos, trajetórias e recursos sociais de liderança políticas em Acarape/CE.** 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

VALE, Andréa Araújo do; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, Belmiro; CASTRO, Alda; CERDEIRA, Luísa; CHAVES, Vera Jacob (Orgs.). Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização. Lisboa (PT): EDUCA, 2014, p. 199-220.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. Temporalis, Vitória, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

ZIENTARSKI, Clarice; OLIVEIRA, Kalina Gondim de. A luta das mulheres pela educação diante de questões que envolvem o mundo do trabalho, classe, etnia e gênero. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v.32, n.1, p. 01-19, jan./jun. 2019.



SOBRE OS AUTORES



FRANCISCO VÍTOR MACÊDO PEREIRA é Professor de Filosofia do Instituto de Humanidades (IH/UNILAB) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB. Email: vitor@unilab.edu.br



MARIA ESTEFÂNIA SABINO FREITAS é Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará/ UECE, Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Alagoas / UFAL e Mestra Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/ UNILAB. Atualmente é Professora na área de Ciências Humanas na Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Vereadora Edimar Martins da Cunha, em Itapiúna/CE, atuando também no campo das artes visuais, com fotografia autoral e comercial. Email: maria.freitas5@prof.ce.gov.br



MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA BERRAUI é Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará/ UFC, Professora Associada II do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN/UNILAB) e do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH/UNILAB) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/ UNILAB. É também Coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação, Diversidade e Formação de Educadores Brasil/África (GEDIFE). Email: mararita@unilab.edu.br





XIV RAM

Reunião de Antropologia do Mercosul
Reconexões e desafios a partir do sul global

1 a 4 de Agosto - 2023

Univ. Federal Fluminense (UFF)

Niterói - Rio de Janeiro

CERTIFICADO

Certificamos que **Francisco Vítor Macêdo Pereira** apresentou o trabalho **O arquétipo da comunicação e as encruzilhadas da ancestralidade em Exu** no grupo de trabalho **GT122: Religiões afro-latino americanas e novas tecnologias de produção do sagrado** da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023 na Universidade Federal Fluminense em Niterói, Rio de Janeiro.

Niterói, 04 de agosto de 2023

Renata de Sá Gonçalves

Renata de Sá Gonçalves

Presidente da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul de 2023

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



Organização:



EMITIDO EM 08/12/2023 17:26

DECLARAÇÃO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA, Matrícula SIAPE de número 2079545, ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

2013.3	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
2014.1	Nível
ESTUDOS DAS HUMANIDADES - 40h	GRADUAÇÃO
FILOSOFIA I - 40h	GRADUAÇÃO
2014.2	Nível
ESTUDOS DAS HUMANIDADES - 40h	GRADUAÇÃO
FILOSOFIA I - 40h	GRADUAÇÃO
TCC III - 280h	GRADUAÇÃO
2014.3	Nível
ESTUDOS DAS HUMANIDADES - 40h	GRADUAÇÃO
FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO I - 40h	GRADUAÇÃO
2014.4	Nível
ESTUDOS DAS HUMANIDADES - 40h	GRADUAÇÃO
2015.1	Nível
FILOSOFIA I - 40h	GRADUAÇÃO
FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO II - 40h	GRADUAÇÃO
2015.2	Nível
FILOSOFIA I - 40h	GRADUAÇÃO
FILOSOFIA I - 40h	GRADUAÇÃO
2015.3	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
2015.4	Nível
OFICINA DE INTRODUÇÃO À LÍNGUA INTERNACIONAL ESPERANTO - 12h	GRADUAÇÃO
2016.1	Nível
EDUCAÇÃO, GÊNERO E ETNIA - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 40h	GRADUAÇÃO
LINGUAGEM, PENSAMENTO CRÍTICO E INTERCULTURALIDADE - 40h	GRADUAÇÃO
2016.2	Nível
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
2017.1	Nível
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS EM FILOSOFIA SOCIAL E POLÍTICA - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
2017.2	Nível
EDUCAÇÃO, GÊNERO E ETNIA - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
2018.1	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS I - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
INTERCULTURALIDADE, POESIA E SUBJETIVIDADE - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO

LINGUAGEM, PENSAMENTO CRÍTICO E INTERCULTURALIDADE - 60h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2018.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 15h	GRADUAÇÃO
LINGUAGEM, PENSAMENTO CRÍTICO E INTERCULTURALIDADE - 20h	GRADUAÇÃO
2019.1	Nível
LINGUAGEM, PENSAMENTO CRÍTICO E INTERCULTURALIDADE - 60h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2019.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO - 30h	PÓS-GRADUAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES I - 90h	GRADUAÇÃO
2020.1	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS I - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2020.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
MÓDULO 5 / DISCIPLINA 2: MASCULINIDADES POSITIVAS - 30h	LATO SENSU
2020.3	Nível
DO ESTILO DE VIDA GAY COMO ÉTICA E ESTETIZAÇÃO EXISTENCIAL: SEMINÁRIO DE LEITURAS FILOSÓFICAS - 30h	GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DO EXU E DA ANCESTRALIDADE: SEMINÁRIO DE LEITURAS FILOSÓFICAS. EQUIVALÊNCIA: ATIVIDADE COMPLEMENTAR - 30h	GRADUAÇÃO
2021.1	Nível
EDUCAÇÃO, GÊNERO E ETNIA - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTUDOS ORIENTADOS I - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
2021.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE E DA EDUCAÇÃO - 60h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES: LITERATURA E POLÍTICA - 30h	PÓS-GRADUAÇÃO
2022.1	Nível
ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES: LITERATURA E POLÍTICA - 30h	PÓS-GRADUAÇÃO
2022.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO

Redenção, 08 de Dezembro de 2023

Código de Verificação:
9436a0769e

Para verificar a autenticidade deste documento acesse
http://sigaa.unilab.edu.br/sigaa/public/autenticidade/tipo_documento.jsf, informando a Matrícula do
SIAPE, data de emissão do documento e o código de verificação.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o(a) Professor(a) FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA, SIAPE 2079545, participa da Ação de Extensão TRANS*FORMANDO, em desenvolvimento no período de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023 na função de VICE-COORDENADOR (A), perfazendo um total de 4 horas, com atividade(s) prevista(s) para o(s) período(s) de:

1º: 01/01/2023 à 31/12/2023, com dedicação de 2 hora(s);

2º: 01/01/2023 à 31/12/2023, com dedicação de 2 hora(s);

Redenção, 8 de Dezembro de 2023

LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE
Coordenador(a)

Código de verificação: **d24e945881**

Número do Documento: **12979**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse http://sigaa.unilab.edu.br/sigaa/public/autenticidade/tipo_documento.jsf e utilize o link *Extensão* >> *Declaração de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES

PORTARIA Nº 88, de 16

de novembro de 2023-UNILAB

Altera a Portaria IH nº 46, de 22 de junho de 2023, a qual dispõe sobre a nomeação dos membros do Colegiado do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A DIRETORA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010; a Portaria Reitoria/Unilab nº 289, de 22 de agosto de 2022; a Resolução CONSUNI Nº 23/2014; e a Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB nº 2, de 16 de julho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo listados, sob a presidência do primeiro, para integrarem o Colegiado do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) do Instituto de Humanidades da Unilab:

Docentes Permanentes:

- 1) Prof. Edson Holanda Lima Barboza;
- 2) Prof. Antônio Vieira da Silva Filho;
- 3) Prof. Arilson dos Santos Gomes;
- 4) Prof. Bas'Illele Malomalo;
- 5) Prof. Carlos Subuhana;
- 6) Prof. Carlos Henrique Lopes Pinheiro;

- 7) Prof^a. Denise Ferreira da Costa Cruz;
- 8) Prof. Francisco Vitor Macedo Pereira;
- 9) Prof^a. Geórgia Maria Feitosa e Paiva;
- 10) Prof^a. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos (UFC);
- 11) Prof^a. Larissa Oliveira e Gabarra;
- 12) Prof. Luís Carlos Ferreira;
- 13) Prof^a. Mara Rita Duarte de Oliveira;
- 14) Prof^a. Natalia Cabanillas;
- 15) Prof. Ricardo Ossagô de Carvalho;
- 16) Prof. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Docentes colaboradores (as):

- 1) Prof^a. Jacqueline da Silva Costa.

Representação discente:

- 1) Ana Cássia Alves Cunha;
- 2) Gilvanda Soares Torres.

Art. 2º Conforme Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB nº 2, de 16 de julho de 2021, a carga horária de trabalho deste Colegiado respeita o item 1.2.2 do Anexo I da referida Resolução Complementar.

Art. 3º Tornar sem efeito, a partir da assinatura desta, a Portaria IH Nº 46, de 22 de junho de 2023-UNILAB.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE, DIRETOR(A) DE INSTITUTO**, em 16/11/2023, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0809552** e o código CRC **760E3C51**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS

PORTARIA Nº ILL 041/2020, de 02 de outubro de 2020

Dispõe sobre a nomeação de coordenadores pedagógicos de idiomas e colaboradores do Núcleo de Línguas da UNILAB - NuLi / ILL.

A DIRETORA DO INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e a Portaria nº 293, de 04 de julho de 2019, publicada no DOU de 08 de julho de 2019,

Considerando o Art. 7º da RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSUNI Nº 1, DE 29 DE JULHO DE 2020, que aprovou a criação e implantação do Núcleo de Línguas, na condição de órgão complementar do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;

Considerando o Resultado Final do Edital ILL nº 07/2020, que tratava da seleção interna para composição do rol de colaboradores do núcleo de línguas do instituto de linguagens e literaturas;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a professora Dra. ANA CRISTINA CUNHA DA SILVA, servidora docente do Instituto de Linguagens e Literaturas, Matrícula SIAPE nº 1356140, CPF 737.715.463-20, para assumir a função de Coordenadora Pedagógica do Setor de Línguas Estrangeiras Modernas, no idioma Língua Inglesa, no NuLi - ILL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Designar a professora Dra. GISLENE LIMA CARVALHO, servidora docente do Instituto de Linguagens e Literaturas, Matrícula SIAPE nº 2335704, CPF: 665.159.713-20, para assumir a função de Coordenadora Pedagógica do Setor de Línguas Estrangeiras Modernas, no idioma Língua Espanhola, no NuLi-ILL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 3º Designar a professora Dra. KALINE ARAÚJO MENDES DE SOUZA, servidora docente do Instituto de Linguagens e Literaturas, Matrícula SIAPE nº 2335614, CPF: 919.369.425-34, para assumir a função de Coordenadora Pedagógica do Setor de Línguas Estrangeiras Modernas, no idioma Língua Portuguesa como Língua Adicional, no NuLi - ILL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 4º Designar a professora Dra. LIA RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE, servidora docente do Instituto de Linguagens e Literaturas, Matrícula SIAPE nº 1553911, CPF: 918.368.323-20, para assumir a função de Coordenadora Pedagógica do Setor de Línguas Estrangeiras Modernas, no idioma Língua Italiana, no NuLi - ILL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 5º Designar a professora Msc. VANESSA TEIXEIRA DE FREITAS NOGUEIRA, servidora docente do Instituto de Linguagens e Literaturas, Matrícula SIAPE nº 2332968, CPF: 256.936.098-80, para assumir a função de Coordenadora Pedagógica do Setor de Língua Brasileira de Sinais no NuLi-ILL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 6º Designar o professor Dr. SÉRGIO SERVILHA DE OLIVEIRA, servidor docente do Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável, Matrícula SIAPE nº 2144638, CPF: 096.986.418-31, para assumir a função de Coordenador Pedagógico do Setor de Línguas Estrangeiras Modernas, no idioma Língua Francesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 7º Designar o professor Dr. SÉRGIO KRIEGER BARREIRA, servidor docente do Instituto de Humanidades, Matrícula SIAPE nº 2279014, CPF: 945.170.883-91, para assumir a função de Coordenador Pedagógico do Setor de Línguas Estrangeiras Clássicas, no idioma Língua Latina, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 8º Designar o professor Dr. FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA, servidor docente do Instituto de Humanidades, Matrícula SIAPE nº 2079545, CPF: 754.031.963-15, para assumir a função de Coordenador Pedagógico do Setor de Línguas Estrangeiras Clássicas, no idioma Esperanto, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 9º Designar o servidor CARLOS EDUARDO BARBOSA, lotado na Secretaria de Governança, Matrícula SIAPE nº 1876166, CPF: 009.802.523-69, para assumir a função de colaborador do Setor de Línguas Estrangeiras Modernas, no idioma Língua Italiana, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 10º Tornar sem efeito a Portaria ILL Nº 33, de 13 de novembro de 2019.

Art. 11º Tornar sem efeito a Portaria ILL Nº 33, de 13 de novembro de 2019.

Art. 12º Tornar sem efeito a Portaria ILL Nº 27, de 20 de julho de 2020.

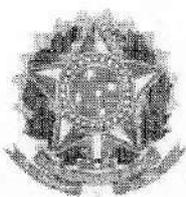
Art. 13º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **LEIA CRUZ DE MENEZES RODRIGUES, VICE-DIRETOR(A) EM EXERCÍCIO**, em 06/10/2020, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0175457** e o código CRC **EC59A4DB**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SGP/UNILAB Nº 311, DE 17 DE MAIO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB, nomeado pela Portaria da Reitoria nº 535, de 10/05/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 90, de 11/05/2018, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 885, de 03/08/2018, publicada no DOU nº 183 de 07/08/2018, no uso das atribuições a ele conferidas,

Considerando o que consta no Processo nº 23282.004067/2023-02, resolve:

Art. 1º Conceder ao servidor FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA, Siape nº 2079545, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, pertencente ao quadro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com lotação e exercício no Instituto de Humanidades, horário especial definido em 30 (trinta) horas semanais de trabalho, sem necessidade de compensação, conforme Laudo Pericial nº 074.526/2023, em conformidade com o art. 98, § 3º, da Lei 8.112/90.

Art. 2º Conforme laudo pericial supracitado, a reavaliação será realizada na data prevista de 28/04/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação em Boletim de Serviço.

ANTONIO ADRIANO SEMIÃO NASCIMENTO
Superintendente de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ADRIANO SEMIÃO NASCIMENTO**, SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS, em 18/05/2023, às 08:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0685304** o código CRC **A1851501**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES

PORTARIA Nº 89, de 27 de novembro de 2023-UNILAB

Altera a Portaria Nº 56, de 25 de julho de 2023, que dispõe sobre a Composição do Colegiado do Curso de Bacharelado em Humanidades, Campus dos Palmares, Ceará, vigência 01/01/2021 - 31/12/2023, Edital BHU 01/2020.

A DIRETORA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria Reitoria/Unilab no 289, de 22 de agosto de 2022; a Resolução CONSUNI Nº 23/2014; e a Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB no 2, de 16 de julho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Colegiado do Curso de Bacharelado em Humanidades, Campus dos Palmares, Ceará, vigência 01/01/2021 - 31/12/2023, Edital BHU 01/2020.

Art. 2º O colegiado será composto pelos membros abaixo relacionados:

Membros natos (2 vagas)

1. Leandro de Proença Lopes - Coordenador
2. James Ferreira Moura Junior - Vice-coordenador

Docentes com códigos de vagas vinculados ao BHU (15 vagas)

1. Adolfo Pereira de Souza Junior
2. Ana Paula Sthel Caiado
3. Antônio Vieira da Silva Filho
4. Francisca Rosália Silva Menezes

5. Francisco Vítor Macêdo Pereira
6. Gisele Soares Gallicchio
7. James Ferreira Moura Junior
8. Jo A-mi
9. Jon Anderson Machado Cavalcante
10. Leandro de Proença Lopes
11. Luís Carlos Silva de Sousa
12. Maria de Fátima Souza da Silveira
13. Patrick de Oliveira Almeida
14. Ruben Maciel Franklin
15. Salvio Fernandes de Melo

Demais representação docente (11 vagas)

1. Carolina Maria Costa Bernardo
2. Eduardo Gomes Machado
3. Jacqueline da Silva Costa
4. Joceny de Deus Pinheiro
5. Joanice Santos Conceição
6. Marcos Vinícius Santos Dias Coelho
7. Natalia Cabanillas
8. Ricardo Ossagô de Carvalho
9. Roberto Kennedy Gomes Franco
10. Rosângela Ribeiro da Silva
11. Segone Ndangalila Cossa

Sem representação estudantil

Sem representação servidores/servidoras técnico-administrativo

Art. 3º Conforme RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSEPE/UNILAB nº 2, DE 16 DE JULHO DE 2021, a carga horária de trabalho deste Colegiado respeita o item 1.2.2 do Anexo I da referida Resolução Complementar.

Art. 4º Esta Portaria conta seus efeitos a partir de sua assinatura, revogando a partir desta data, a Portaria IH Nº 56, de 25 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE, DIRETOR(A) DE INSTITUTO**, em 27/11/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0815497** e o código CRC **CDC84897**.

Referência: Processo nº 23282.018508/2023-45

SEI nº 0815497

Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa	
Código:	PVH1905-2023
Título do Projeto:	OLOIOBÁ: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CANDOMBLÉ NO CEARÁ
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Pesquisa Científica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Centro:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Palavra-Chave:	Violência de gênero; Religiões afro-brasileiras; Ceará; História; Memória
E-mail:	patricionisoji@unilab.edu.br
Edital:	Edital Proppg 01/2023 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Cota:	2023-01 Edital Unificado (01/10/2023 a 31/10/2024)
Área de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa	
Área de Conhecimento:	Antropologia
Grupo de Pesquisa:	Tierno Bokar - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre o fenômeno religioso
Linha de Pesquisa:	linha default
Resumo	
<p>A presente proposta de pesquisa objetiva uma reconstituição da história guardada na memória dos antigos e atuais membros de uma das Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas do Ceará. Trata-se de um dos mais antigos terreiros de candomblé de tradição Ketu da cidade de Fortaleza, o Ilê Axé Oloiojá, a fim de evidenciar seu papel na configuração do campo afro-diaspórico cearense, desde sua vertente religiosa até suas contribuições culturais no Ceará e em outros estados do Brasil, evidenciando o legado da sua liderança máxima, a Iyalorixá Mãe Obassi (Francisca Maria da Justa Teixeira), como uma das matriarcas do Candomblé cearense. Por meio de uma sistemática pesquisa - de campo e documental - espera-se refazer o percurso dessa importante liderança afro-religiosa nordestina, nos seus trajetos entre Rio de Janeiro, Bahia, Acre e Ceará, demonstrando o quanto sua atuação feminina foi determinante para a configuração do campo religioso no Ceará.</p>	
Introdução/Justificativa	
<p>(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UNILAB em geral)</p> <p>A presente proposta de pesquisa justifica-se, dentre outros fatores, pela necessidade de reconhecer que no Brasil nem sempre se dá a devida importância ao legado africano na constituição da nossa história, cultura e população. Nesse sentido, o estudo das religiões afro-brasileiras e afro-indígenas em suas Comunidades Tradicionais, significa um marco fundamental para o reconhecimento da importância dessa história, antes negada, e da relevância desse legado civilizatório. No caso do estado do Ceará isso ganha contornos ainda mais significativos, já que ao longo da História, muito se esforçou para negar a existência de populações negras e, conseqüentemente, de expressões culturais ligadas a essas populações.</p> <p>Nesse sentido, a história de um dos primeiros terreiros de Candomblé do Ceará, da linhagem do Ilê Axé Iyá Omin Iyassê (Terreiro do Gantois, Salvador, BA), representa uma importante referência, já que sua fundadora é uma das primeiras lideranças a trazer este legado feminino para o Estado. Elucidar essa história pode resultar numa contribuição determinante para a compreensão da importância desses territórios afrocentrados que servem como locus de existência e resistência para parcelas expressivas da população negra afro-cearense. Por outro lado, o assassinato da fundadora do terreiro em questão, no auge da sua atuação como liderança local, operou um dramático processo de silenciamento dessa comunidade religiosa, impondo-lhe o medo, além de provocar a limitação de sua atuação por muitos anos.</p> <p>O crime, que hoje seria categorizado como feminicídio (Conceição, 2021), até os dias atuais representa um delicado trauma nas populações afro-religioso-cearenses, principalmente da família religiosa do Oloiojá, que ainda convive com o estigma de pertencer ao terreiro no qual a mãe-de-santo foi assassinada. Nesse sentido, a pesquisa ora proposta, entre outras potencialidades, pode servir, se não para superar o trauma, ao menos para ressignificá-lo, fato que em si já inauguraria um novo tempo para o povo daquela comunidade e de todo o povo de terreiro do Ceará. Além disso, o reconhecimento da importância do Oloiojá para a consolidação do campo comunitário afro-religioso no Ceará, o resgate e a documentação da história e memória do legado da Mãe Obassi e o reconhecimento da importância dos terreiros de Candomblé como a formação social negro-brasileira (Sodré, 1988), se apresentam para nós como justificativa mais do que legítima para a realização da referida pesquisa.</p>	
Objetivos	
<p>Considerando-se a relevância das religiões afro-brasileiras e afro-indígenas no contexto nacional, regional e cearense, o projeto que ora é apresentado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG/UNILAB) considera como seu objetivo geral e principal demonstrar o quanto o Ilê Axé Oloiojá significa um marco histórico e identitário na construção do campo afro-cultural-religioso cearense, já que foi por meio de sua fundadora que o Candomblé Ketu, na forma que se conhece hoje no Estado, chegou ao Ceará. Essa importante contribuição inclui a introdução de algumas tradições, hoje adotadas pela maioria dos terreiros cearenses, que foram inseridas aqui por Mãe Obassi. Portanto, o objetivo geral deste Projeto abrange desde a chegada do Candomblé Ketu ao Ceará até a conformação dos territórios afroreferenciados neste Estado.</p> <p>Considerando-se o dia 22 de dezembro de 1996 como marco temporal da trágica interrupção da trajetória da Iyá Obassi - a ser lembrado no ano de 2023 -, 26 anos após este fatídico evento, entre os objetivos específicos que este Projeto visa atingir, três se destacam com mais evidência: (i) produção de um livro contendo a trajetória dessa importante liderança feminina e afro-religiosa do Ceará, no qual se documentará e demonstrará sua eminente atuação religiosa, política e cultural; (ii) produção de um filme-documentário sobre o legado de Dona Obassi, considerando-se os aspectos de sua vida como liderança religiosa, professora da educação básica e mãe de família; (iii) constituir um Memorial, a ser alocado nas dependências do Ilê Axé Oloiojá, nos moldes de outros museus-de-terreiro (por exemplo o Ilê Ohun Lailai do Ilê Axé Opô Afonjá e o Memorial Mãe Menininha do Gantois), que guardará, de forma permanente, a memória e a história do Oloiojá e sua fundadora.</p>	
Metodologia	

Para melhor atingir os intentos abarcados por seus objetivos geral e específicos já apresentados, a equipe multidisciplinar responsável pela pesquisa e coordenada pelo professor Patrício Carneiro Araújo (Unilab) atuará em três frentes de trabalho, de forma que: uma se responsabilizará pela produção do livro; outra pela produção do filme-documentário e a terceira, pela construção de um Acervo Memorial. Mesmo assumindo tarefas distintas e delimitadas, as três frentes de trabalho atuarão de forma orgânica, sistemática e colaborativa, já que o epicentro da pesquisa será o Ilê Axé Oloibá e as pessoas de alguma forma ligadas à sua história. Para assegurar que o trabalho se faça da melhor forma possível, sempre convergindo na mesma direção, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos a serem alcançados, a equipe manterá reuniões ordinárias e regulares, a fim de garantir um fluxo de trabalho constante e contínuo, já que a intenção é que a pesquisa não ultrapasse o limite de dois anos (2022-2023), prevendo-se, contudo, a possibilidade de prorrogação, caso isso se faça indispensável. Em termos de coleta de dados, a equipe será distribuída entre as seguintes tarefas: coleta de imagens, fotos, documentos, objetos e artefatos de alguma forma relacionados com a história do Oloibá e da Mãe Obassi; coleta de entrevistas e depoimentos de filhos e filhas da casa, amigos ou familiares da fundadora, personalidades públicas ou privadas que a conheceram e com ela conviveram. Tudo isso visa reconstituir sua trajetória entre Rio de Janeiro, Bahia, Acre e Ceará; tomada de imagens - no terreiro e fora dele -, para o filme-documentário; reunião, seleção, catalogação e análise do material recolhido; interlocução direta com o atual babalorixá da casa (Pai Lino de Ogum), a fim de articular e otimizar o acesso e o diálogo com os membros da comunidade; sistematização dos produtos finais a serem apresentados como resultado da pesquisa; escrita das partes (livro) e finalização do documentário; divulgação e publicização da pesquisa e seus resultados e, enfim, entrega dos produtos finais e avaliação do processo. Caso se faça necessário, ao longo da pesquisa, as estratégias metodológicas poderão ser revistas e readaptadas, sempre visando otimizar o acesso aos dados que se pretende obter, em comum acordo com a equipe de pesquisa e os interlocutores em campo, de forma que todas e todas saibam exatamente o que foi ou não redirecionado em termos de estratégias metodológicas.

Referências

ASSOCIAÇÃO AFRO-BRASILEIRA ALAGBÁ. Inventário dos Povos de Terreiro do Ceará. Coordenador Geral: Emmanuel Bastos. Fortaleza : Gráfica LCR, 2022. 2008p.

BANDEIRA, L. C. C. Entidades africanas em troca de águas: diásporas religiosas desde o Ceará. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado). Departamento de História. PUC-SP.

BEZERRA, Joel Alves. Uma noite na Bahia: africanidades e capoeiras em Fortaleza CE (1995). (Dissertação de Mestrado MIH/Unilab). Redenção, CE, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: A economia das trocas simbólicas. 7 ed., São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 27-78.

CONCEIÇÃO, Joalice. Masculinidade religiosa, patriarcado e feminicídio: revendo o caso de Mãe Obassi. In: Memórias, Masculinidades e Feminilidades. SANTOS, João Diógenes Ferreira dos; CARVALHO FILHO, Milton Júlio de; CUNHA, Tânia Rocha Andrade. (Orgs.). Uberlândia, Navegando Publicações, 2021.

FARIAS, Luís Leno Silva de. Religiões afro-brasileiras: história e memória em Fortaleza. (TCC/Licenciatura em História Universidade Estadual do Vale do Acaraú UVA). Fortaleza, 2011.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê. Amaru Mambirá. O Ceará no tráfico interprovincial 1850 -1881. Fortaleza: UFC, dissertação de mestrado em História, 2005.

LOPES, Emmanuel Bastos de Magalhães. Ebó-Virtual: internet, candomblé e disputas simbólicas em Fortaleza. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MENEZES, Nilza. A violência de gênero nas religiões afro-brasileiras. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 208 p.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. A força dos que resistem e a sanha dos que atacam: casos de racismo religioso e intolerância contra candomblecistas em Fortaleza e Região Metropolitana. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFC/UNILAB, 2020.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos, 17 CEEA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

SANTOS, Beatriz Ricarte. Obinrin Odara: o ativismo político afro-religioso das mulheres de Umbanda e Candomblé do Ceará. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.

SODRÉ, M. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis, 1988. (Col. Negros em Libertação).

Membros do Projeto

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
754.031.963-15	FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA	DOCENTE	8	INSTRUTOR (A)
034.632.174-30	PATRÍCIO CARNEIRO ARAÚJO	DOCENTE	8	ORIENTADOR (A)

2023

Atividades	Set	Out	Nov	Dez
COLETA E TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.				
SISTEMAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO. ESCRITA DAS PARTES DOS RELATÓRIOS.				

2024

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
COLETA E TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.									
SISTEMAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO. ESCRITA DAS PARTES DOS RELATÓRIOS.									

Avaliações do Projeto

Situação/Parecer	Data da Avaliação	Média
AVALIAÇÃO REALIZADA O projeto apresenta relevante temática relacionada à questão da religiosidade e povos de terreiro no Ceará. Aponta referencial teórico interessante e metodologia adequada. Considera-se aprovado e, considerando a complexidade do tema que envolverá subjetividades, sugere-se maior detalhamento acerca da metodologia e proposta teórica.	24/04/2023	39.0
NÃO REALIZADA		0.0
AVALIAÇÃO REALIZADA Projeto relevante, porém necessita de maior aprofundamento sobre a literatura e detalhamento de objetivos.	18/05/2023	54.5

Histórico do Projeto

Data	Situação	Usuário
19/03/2023	CADASTRO EM ANDAMENTO	PATRÍCIO CARNEIRO ARAÚJO / patricionisoji
19/03/2023	SUBMETIDO	PATRÍCIO CARNEIRO ARAÚJO / patricionisoji

10/04/2023	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	JOSERLENE LIMA PINHEIRO / lenopinheiro
10/04/2023	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	JOSERLENE LIMA PINHEIRO / lenopinheiro
17/05/2023	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	JOSERLENE LIMA PINHEIRO / lenopinheiro
30/11/2023	EM EXECUÇÃO	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva

Relatório Emitido por: FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA

SIGAA | UNILAB - Copyright 2016 - Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa	
Código:	PVH1759-2022
Título do Projeto:	PESSOAS TRANS NA UNILAB
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Iniciação Científica e Tecnológica
Situação do Projeto:	FINALIZADO
Unidade:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Centro:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Palavra-Chave:	Pessoas Trans; UNILAB; Sociabilidade; Políticas afirmativas.
E-mail:	luma.andrade@unilab.edu.br
Edital:	Edital Proppg 02/2022- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic (CNPq/UNILAB/Fapesb/Funcap)
Cota:	2022-02 Pibic-Unilab-IC (01/10/2022 a 30/09/2023)
Área de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa	
Área de Conhecimento:	Antropologia
Grupo de Pesquisa:	CIEG DANDARA - Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara (7992304979778880)
Linha de Pesquisa:	linha default
Resumo	
<p>Esta pesquisa tem por objetivo identificar como as pessoas trans vivem na UNILAB. A pesquisa tem como campo a UNILAB, localizada no município de Redenção, onde existe em implementação políticas afirmativas. Optamos por nos inserirmos no campo de estudo para nos aproximar, através da utilização das ferramentas da pesquisa qualitativa (observação participante, diário de campo e a entrevista em profundidade), da realidade dos/as sujeitos/as deste estudo. Pretendemos responder questões do tipo: Qual o tratamento destinado as pessoas trans na UNILAB? Como as políticas afirmativas em curso afetam ou não esta população? Estabelecemos neste estudo um diálogo com autores como Foucault (1994;1993), Certeau (1994), Louro (1998; 1997) e Geertz (1997).</p>	
Introdução/Justificativa	
(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UNILAB em geral)	

Este trabalho tem por objetivo identificar como as pessoas trans vivem na UNILAB. O interesse em realizar este estudo surge da carência de produção acadêmica sobre as pessoas trans na universidade e em especial na UNILAB. O campo de estudo será a UNILAB, Campus das Auroras localizado no município de Redenção-CE e o Campus dos Palmares no município de Acarape-CE. A referida ação ocorre motivada principalmente pela publicação de uma resolução n 40/2021- Reitoria da UNILAB que trata das políticas afirmativas.

Consideramos neste trabalho como pessoas trans todas aquelas que rompem com a relação linear tradicional entre genitália, corpo e performatividade. Por esta subversão as referidas pessoas são submetidas a diversas formas de violência que se revela na maioria das vezes logo no meio familiar.

Desde a infância é definido o que pode e o que não pode para quem nasce com o órgão genital vagina ou pênis. A exemplo da cor rósea para o enxoval das meninas e a cor azul para os meninos, além das cores os brinquedos, as estilos de roupas, os sapatos, os gestos corporais se constroem no separatismo entre o que é próprio para homem e para mulher de orientação heteronormativa. A família e a sociedade tenta manter estas regras de geração em geração assegurando uma heterossexualidade compulsória. As pessoas trans não se enquadra na rigidez das normas heterossexuais e as subvertem contrariando o esperado tradicionalmente.

Ao subverter as normas conservadora os sujeitos do referido universo sofrem com o processo de exclusão de toda ordem desde a familiar como metodologia pedagógica para adequação (Educação Informal), neste processo violento faz uso de todas as formas de repressão como a verbal, moral, psicológica e física. Para as pessoas trans a tentativa de adequação e assujeitamento as imposições passa a ser uma forma de tática para sobreviver na sociedade, mesmo que tudo não passe de encenação. Para outra parcela que se impõe resiste à norma, cria linha de fuga para sobreviver, mesmo tendo que enfrentar sua negação contínua. Os sujeitos desta pesquisa se enquadram no segundo caso, pois se impõe e resistem à norma ao se identificarem como trans. O presídio como instituição disciplinar tem reproduzido historicamente nas normas e organização a reprodução do pensamento e comportamento hegemônico heterossexual. Uma pessoa trans em situação de privação de liberdade pode ser submetida a situações de humilhações e violências diversas pela sua construção corporal e performática não está alinhada a sua genitália.

Aos que tentam resistir, vivenciando sua sexualidade em desacordo com as normas de gênero (caso dos sujeitos/as desta pesquisa), são considerados/as pelos conservadores como desviantes, restando à batalha para sobrevivência e abertura de espaço para os/as que virão. Desde a década de 60 com o movimento feminista surgem às lutas pela libertação das sexualidades, muitas vidas foram ceifadas neste propósito, mas outras usufruíram destas lutas e continuam trilhando o caminho para ampliar as conquistas. Conquistas estas advindas de um longo processo de luta do movimento LGBTQIA+ na conquista de políticas públicas em todos os âmbitos social de uma sociedade que foi construída sem pensar nas diferenças de gênero e sexualidades. Como as conquistas são recentes se faz necessários verificar se tais políticas públicas estão promovendo mudanças positivas na vida da população LGBTQIA+ ou são invisibilizadas ou ainda posta parcialmente em prática quando conveniente principalmente em ambientes que tais sujeitos/as estão privados de liberdade.

Com este estudo nós docentes e discentes dos diversos cursos de graduação e pós-graduação que fazemos parte do Centro Interdisciplinar de Gênero- CIEG da UNILAB em suas diversas linhas de pesquisas acompanharemos o estudo e teremos conhecimento, além da possibilidade de contribuirmos ainda mais nas reflexões produzidas nos encontros semanalmente do referido centro e nos estudos em sala de aula nas diversas disciplinas. Assim, consideramos que esta pesquisa mobiliza o respeito às diferenças, combate as formas de preconceitos, discriminações e efetiva a visibilidade de populações historicamente discriminadas, com este feito também estaremos pondo em prática o marco filosófico de existência da UNILAB. Estando a referida universidade se aproximando da/s realidade/s e singularidades das pessoas trans de forma a ser possível produzir conhecimento científico que possibilite apresentar contribuições incisivas à promoção da dignidade humana aos/as sujeitos/as em estudo na UNILAB.

Justificativa:

O trabalho parte de uma perspectiva feminista, pós-estruturalista e queer, cujo os lugares da investigação é a UNILAB.

Considerando ainda o resultado da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE1 em 2009 sobre preconceito nas escolas, foi identificado que 99,9% dos entrevistados desejam manter distância de algum grupo social. Os deficientes mentais são os que sofrem maior preconceito, com 98,9% das pessoas com algum nível de distância social, seguidos pelos homossexuais (98,5%), ciganos (97,3%), deficientes físicos (96,2%), índios (95,3%), pobres (94,9%), moradores da periferia ou de favelas (94,6%), moradores da área rural (91,1%) e negros (90,9%). Nas duas pesquisas realizadas no ambiente escolar, ficou explícita a presença da homofobia na escola e se este cenário é revelado no espaço que a sociedade legitimou como o formador de crianças, jovens e adultos para a vida, isto revela o tratamento que esta sociedade disponibiliza aos/as que transitam entre as fronteiras dos gêneros inclusive em outra instituição disciplinar que são as casas de detenções. A negação das/os LGBTQIA+ é, para a maioria dos indivíduos, imperceptível, estando presente na escola de forma bastante subjetiva, induzindo os sujeitos, ao longo da história, a uma padronização tida como natural a todos e a todas nos currículos, nas normas, nos procedimentos de ensino, nas teorias, na linguagem, nos materiais didáticos, nos processos de avaliação e nas relações interpessoais. (Andrade, 2012)

Assim como na escola as universidades e em especial na UNILAB têm suas normas, regras para a convivência e dinâmica de mobilidade neste espaço e ao se aproximar deste lugar buscaremos entender como as pessoas trans vivenciam este ambiente.

A Coordenadora deste estudo através de sua experiência de vida e acadêmica auxiliada por aluno/a bolsista (aprendizes da iniciação científica) a elucidar através deste estudo como se estabelece a sociabilidade e as relações de poder dos trans homens. Para além de detectar o/s resultado/s da pesquisa e apresentá-lo/s em eventos científicos, este/s subsidiará/ão a formatação/ões no CIEG da UNILAB e comunidade no tema em questão, assegurando desta forma a utilização da pesquisa proposta como disparadora de futuros trabalhos pela UNILAB.

Contudo a pesquisa também se justifica principalmente pela ausência de conhecimento e diálogos formativos sobre as pessoas trans na UNILAB.

Objetivos

Objetivo Geral:

Identificar como as pessoas trans vivem na UNILAB-CE. .

Objetivos Específicos:

Compreender como são inseridas as pessoas trans na UNILAB;

Identificar a sociabilidade das pessoas trans na UNILAB;

Perceber o tratamento que as pessoas trans recebem na UNILAB;

Fortalecer o CIEG da UNILAB através da pesquisa, ensino e extensão;

Proporcionar o/a discentes da UNILAB que participará da pesquisa o olhar etnográfico sobre as pessoas trans e o exercício da iniciação científica;

Metodologia

METODOLOGIA

Algumas pesquisas incursionam quase com a missão de fazer o mapa local, outras retornam precedidas de outras incursões para propor novas questões e examinar aspectos ainda não contemplados. (GEERTZ, 1997). Como pretendo também descobrir o ponto de vista dos nativos, entendo que para este trabalho faz-se necessário um método de pesquisa qualitativa que apresente características específicas, no caso a metodologia do tipo etnográfica utilizada pela Antropologia. Neste sentido, Magnani (2009, p.135) apresenta:

A etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Desta forma considero a etnografia o método que melhor permitirá, pela inserção do/a pesquisador/a, a compreensão do que ocorre nos campos de estudos em relação as pessoas trans para além do que é exposto pela mídia e instituições disciplinares, pois a convivência no lugar da pesquisa permite desvendar suas subjetividades.

O etnógrafo nas Ciências Sociais ao pretender compreender, tem para isso que viver dentro do contexto em análise, apesar de não se transformar num autóctone. Assim, a etnografia supõe um período de permanência no terreno, cuja vivência é materializada no diário de campo, e em que o instrumento principal de recolha de dados são as pessoas e o lugar do investigador, através de um procedimento geralmente designado por observação participante. (Caria, 1999b: 2000d).

Como relatado a utilização do diário de campo e a observação participante são de relevante importância na etnografia e consequentemente para este estudo. Os discentes da iniciação científica terão a oportunidade de conhecer e praticar em campo os citados dispositivos que proporcionam a abertura para o outro, uma vez que como destaca Silva (2009, p.176):

Nenhum etnógrafo vai ao campo senão movido por incertezas, dúvidas e perguntas. Há algo no campo que ele não sabe e não conhece. Seu movimento até ali é um movimento que busca saciar tal ignorância e desconhecimento. É verdade que essa é uma circunstância comum a todas as ciências, exatas ou não, naturais ou humanas. O que há de particular na relação etnográfica é a circunstância da intersubjetividade.

O campo é, portanto, o lugar onde encontraremos as respostas que buscamos e nos aproximaremos da realidade das pessoas em situação de privação de liberdade. No contexto do estudo das diferenças com base na antropologia, apenas no campo de pesquisa é possível confrontar os conhecimentos teóricos com o dos nativos, promovendo um feedback entre pesquisa e teoria. Assim, descreve Peirano3: A antropologia tem como projeto formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças, resultado do contraste dos nossos conceitos (teóricos ou de senso comum) com outros conceitos nativos. Se este feedback entre pesquisa e teoria constitui o procedimento básico do conhecimento científico em geral, ele assume uma dimensão mais dramática na antropologia porque nela a pesquisa tem como característica ser pesquisa de campo. A pesquisa de campo é central na antropologia.

A pesquisa de campo na condição de método da antropologia passa a ser instrumento fundamental para o desenvolvimento de trabalhos produzidos por especialistas com a técnica de imersão no universo social do sujeito que se propõe a ser pesquisado. Porém, como bem lembra Silva (2009, p.177):

Logo, o trajeto no campo não decorre apenas dos movimentos do etnógrafo. O campo é também um território demarcado, com limites que impõem múltiplos significados aos percursos trilhados ou possíveis e muitas fronteiras, zonas de transição, ambiguidade.

Ciente de seus limites, mas atento à observação participante, o/a pesquisador/a deve ter conhecimento de que ao entrar no campo para realizar um estudo de caráter etnográfico sua presença pode modificar a rotina do grupo, pois ele não é apenas observador, mas também observado. Escrevendo sobre a observação participante, cita Travancas (2006, p.104):

Este termo significa que antes de mais nada o cientista social não se coloca ingenuamente, ou pelo menos não deve se colocar, em relação a sua presença no grupo. Ele deve estar atento ao seu papel no grupo. Deve observar e saber que também está sendo observado e que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual. Isso não quer dizer que ele também não deva ou não possa participar.

Assim, com o método etnográfico será possível detectar o olhar interno das interlocutoras através da observação participante, diário de campo e entrevista em profundidade.

Utilizando-se de aparelho MP4, todas as entrevistas serão gravadas. As entrevistas possibilitarão as histórias de vida, os assujeitamentos, as resistências e sociabilidades vivenciadas na UNILAB (Campo de estudo).

Uma parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais, método que se caracteriza por uma investigação singular que teve Bronislaw Malinowski como pioneiro e que perdura na obra de um Marcel Maquet, caracterizada pela presença de um pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda.

No diário de campo, são acumulados todos os dados da observação participante, podendo ser considerado um diário íntimo, por estabelecer grande similaridade com os diários autobiográficos onde são depositados os humores e as emoções de seu autor. (WEBER, 2009). O/A discente da UNILAB contemplado/a com Bolsa de Iniciação Científica para o desenvolvimento desta pesquisa realizará suas atividades nos campus da UNILAB no Estado do Ceará.

Após a realização das entrevistas, observação participante e conclusão do diário de campo o/a discente fará estudo do material para construção do relatório.

O/A discente terá que além de participar dos encontros do CIEG da UNILAB, deverão ainda comparecer pelo menos em um encontro semanal para estudos, orientações e alinhamento à pesquisa. Os encontros semanais serão convocados pela docente orientadora via endereço eletrônico com antecedência de pelo menos 03 (três) dias. Ambos os encontros terão lista de frequência e em caso de 03 faltas injustificadas do/a bolsista no mês e/ou comprovada falta de compromisso com a pesquisa procederá imediatamente o desligamento do/a mesmo/a.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se alcançar 100% dos objetivos estabelecidos e que o/a discente da iniciação científica envolvido/a no projeto aprendam na teoria e prática o trabalho de pesquisa para que possa protagonizar futuras pesquisas de forma a contribuir com a produção de conhecimento científico com ética, compromisso social e experiência.

Muitas dificuldades surgirão no decorrer do trabalho, principalmente pelo tabu social em relação ao tema abordado e o campo de estudo. As dificuldades que surgirem, contribuirá com o processo de formação do/a pesquisador/a, pois estas serão discutidas, nos encontros semanais, com o foco de superação e manutenção da pesquisa em seu planejamento, mesmo que o trajeto, em algum momento, tenha que ser modificado. Dada a complexidade do trabalho não bastará apenas obter resultados, mas contribuir com o respeito às diferenças, disponibilizando conhecimento para que possibilitem uma tomada de consciência com vistas ao respeito a dignidade humana das pessoas trans em todas as instâncias da sociedade inclusive na UNILAB. É relevante possibilitar a inserção do tema à pauta também da UNILAB, considerando que é uma universidade nova com desafios de interiorização e internacionalização com uma filosofia pautada na diversidade com destaque para as populações historicamente discriminadas.

Referências

ABRAMOVAY, M. (Org.). Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004. BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: arte de fazer. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994. GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa/Clifford Geertz. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes 1997. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988a. _____ História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987. _____ Archirio Foucault (Vol. 3: Esteticadellesistenza A cura di Alessandro Pandofi). Milano: Feltrinelli, 1993. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

MAC NA GHAILL, M. Deconstructing heterosexualities within school arenas. Curriculum Studies. Vol. 4(2), 1996.

MAGNANI, J. G. Horizonte Antropológicos, Porto Alegre, UFRGS, IFCH, Programa de pós-graduação em Antropologia Social. PPGAS, ano 15, n. 32, 2009. PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. A Sexualidade e Escola. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. (orgs). Corpos, Gênero e Sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar. Caderno Pedagógico Séries Iniciais. Rio Grande: FURG, 2007.

SILVA, Hélio R. S. Horizontes antropológicos. UFRGS. IFCH. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Ano 15, n. 32. Porto Alegre: PPGAS, 2009. WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Membros do Projeto

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
013.947.593-12	JOSÉ WELLINGTON DE OLIVEIRA MACHADO	EXTERNO	12	CONSULTOR (A)
754.031.963-15	FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA	DOCENTE	12	INSTRUTOR (A)
747.252.623-15	LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE	DOCENTE	12	ORIENTADOR (A)

2022					
Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1) APROXIMAÇÃO COM AS PESSOAS QUE SERÃO INTERLOCUTORAS					
2) ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS					
3) ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE					
4) OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E PRODUÇÃO DO DIÁRIO DE CAMPO					
5) CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO PARCIAL					
6) CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL					

2023								
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
1) APROXIMAÇÃO COM AS PESSOAS QUE SERÃO INTERLOCUTORAS								
2) ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS								
3) ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE								
4) OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E PRODUÇÃO DO DIÁRIO DE CAMPO								
5) CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO PARCIAL								
6) CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL								

Avaliações do Projeto

Situação/Parecer	Data da Avaliação	Média
<p>AVALIAÇÃO REALIZADA</p> <p>O Projeto está muito bem organizado. A proposta está muito bem pensada para levantar as histórias de vivência de cidadania no campus em que ocorrerá a investigação e dele para o mundo ao redor da universidade onde habitam os interlocutores.</p> <p>Mas, preciso atentar que no texto escrito tem uma palavra escrita de forma errada - cenário e o correto é cenário - além de uma colocação equivocada na parte da metodologia do trabalho que informa sobre pessoas "privadas de liberdade", pode ter sido um equívoco na hora de copiar o texto de algum outro lugar, mas é preciso ter atenção a estes detalhes para não causar constrangimento na hora de apresentar o produto final do trabalho em forma de texto.</p> <p>Concordo com a aprovação do projeto, mas que seja realizado com toda seriedade e orientação qualificada pela orientador (a) e equipe de pesquisadores. Parabéns a todos os envolvidos.</p>	13/03/2022	54.0
NÃO REALIZADA		0.0

<p>AVALIAÇÃO REALIZADA</p> <p>Sugere-se que o(a) autor(a) faça a revisão bibliográfica adequada à temática de investigação pretendida no trabalho proposto. Abaixo deixo algumas sugestões de leituras:</p> <p>ÁVILA, S & GROSSI, M. P Reflexões sobre igualdade, justiça e tecnologias no processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. Artigo apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT22 - Sexualidades, corporalidades e transgressões, 2011. Publicado em http://www.sbs2011.sbsociologia.com.br/.</p> <p>BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 569-581, 2012.</p> <p>BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, pp.</p> <p>BRAZ, Camilo. Antropologia e políticas de saúde para homens trans no Brasil contemporâneo? diálogos entre duas pesquisas - http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1466447472_ARQUIVO_BRAZeSO_UZA-AntropologiaepoliticadesaudeparahomenstransnoBrasilcontemporaneo-GT16.pdf</p> <p>BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.</p> <p>BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, pp. 09-79, 2002.</p> <p>HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu 5 (2009): 7-41.</p> <p>HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, Campinas, n. 22, pp. 201-246, 2004.</p> <p>LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Capítulo 1 e 2.</p> <p>LIMA, Fátima. Corpos, Gêneros, Sexualidades: políticas de subjetivação (2 ed.). Porto Alegre: Reunida, 2014</p> <p>MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (orgs). Dicionário da crítica feminista. Porto: Edições Afrontamento, 2005, verbete: gênero, p. 87-88.</p> <p>PIERUCCI, Antonio Flavio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. In: Cíadas da Diferença. São Paulo: Editora 34, 1999. Cap.5</p> <p>PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, no 48. Campinas, IFCH- Unicamp, 2002, p. 7-42.</p> <p>SAMPAIO, Liliana L. P.; COELHO, Maria Thereza A. D. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador: UNEB, 2013.</p> <p>SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, PortoAlegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.</p>	05/04/2022	52.5
--	------------	------

Histórico do Projeto		
Data	Situação	Usuário
22/02/2022	CADASTRO EM ANDAMENTO	LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE / luma.andrade
22/02/2022	SUBMETIDO	LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE / luma.andrade
10/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
10/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
31/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
10/02/2023	EM EXECUÇÃO	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
04/12/2023	FINALIZADO	MARIA DO SOCORRO MAIA SILVA / socorro

Relatório Emitido por: FRANCISCO VITOR MACÊDO PEREIRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES

PORTARIA Nº 74, de 06 de outubro de 2023-UNILAB

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Aproveitamento de Estudos do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

A DIRETORA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria Reitoria/Unilab no 289, de 22 de agosto de 2022; a Resolução CONSUNI Nº 23/2014; e a Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB no 2, de 16 de julho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo indicados para integrarem a Comissão Permanente de Aproveitamento de Estudos do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades:

- I - Profa. Dra. Carolina Maria Costa Bernardo;
- II - Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira;
- III - Prof. Dr. Marcos Vinicius Santos Dias Coelho.

Art. 2º Estabelecer a data de 09/10/2024 para o encerramento dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria conta seus efeitos a partir de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE, DIRETOR(A) DE INSTITUTO**, em 09/10/2023, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0783830** e o código CRC **ADAE6C04**.

